

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BRUNO HENRIQUE FANCHIN

**O REDISTRIBUTIVISMO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO
ALEGRE: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2017**

Porto Alegre

2021

BRUNO HENRIQUE FANCHIN

**O REDISTRIBUTIVISMO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO
ALEGRE: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Bacharel em Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Fedozzi

Porto Alegre

2021

BRUNO HENRIQUE FANCHIN

**O REDISTRIBUTIVISMO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO
ALEGRE: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Bacharel em Políticas
Públicas.

CONCEITO: A

APROVADO EM: 28 DE JUNHO DE 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Fedozzi (UFRGS – Orientador)

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti (PUCRS)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ter permitido chegar até aqui e concluir essa importante etapa da minha vida.

À minha família, minha base. Pai e mãe, muito obrigado por todo o apoio, amor carinho que sempre me deram, pelos valores que me ensinaram e por fazerem de tudo para que tivesse uma vida sem que nada faltasse e com acesso ao ensino, desde o colégio até a universidade. Obrigado pelo incentivo quando resolvi trocar a Agronomia pela Políticas Públicas e pela paciência que tiveram comigo em diferentes ocasiões. Laura, obrigado por sempre estar comigo em todos os momentos, em sempre me defender, tu foi muito importante nessa minha caminhada na UFRGS. Acabo discutindo muito contigo (afinal somos irmãos e temos personalidades completamente diferentes), mas é bom demais ter a tua companhia aqui em Porto Alegre morando junto, saiba que sempre estarei ao teu lado e tenho um orgulho enorme de ti.

A todos os professores e funcionários da UFRGS, por contribuírem com a minha formação acadêmica, desde o funcionário que realiza a limpeza de uma sala de aula até o professor que ensina o conteúdo que aplicarei e que já aplico no trabalho. Quero, aqui, fazer um agradecimento especial ao professor Luciano Fedozzi, meu orientador no estágio obrigatório e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por ter aceitado esse desafio de me auxiliar a escrever sobre o Orçamento Participativo (OP), uma temática que, ao longo do curso de Políticas Públicas, fui tendo interesse de pesquisar e aprender mais sobre. Professor, tu foi importante demais em todo esse processo;

À Gabriela Ortiz, minha maior parceira na Políticas Públicas e uma das pessoas mais importantes na minha vida hoje. Muito obrigado por todos os bons momentos que vivemos juntos e pela amizade e companheirismo nesses últimos 4 anos da graduação;

Aos colegas da Políticas Públicas, Júlia Ozório, Gustavo Becker, Marco, Jota, Rugiére, Maicon, Ammanda, Anna Carolina, Leonardo Schneider, Quemuel, Amanda Gabriele, Laura Manzano, Carol Heissler, Eduardo Manique, Veri, Ana Lu, Ana Boessio (me ajudou muito antes de entrar no curso), Luise, Arthur e Leonardo “Secchi”. Sou muito grato pelos ótimos momentos que passei com cada um de vocês, foram vários trabalhos em grupo, voltas para casa de noite do Campus do Vale com o D43 e tardes de estudo e de conversa no bar ou no CAPP!

Vou guardar no coração cada um, começaram o curso como colegas e, ao fim dele, são todos grandes amigos, espero eu que para a vida toda!

Aos amigos Camila (minha melhor amiga), Tainá, Daisy, Felipe, Fran, Thulio, Estéfani, Butiá, Ezequiel, Ana Paula, Cristhyan, Mariana, Natália, Elizandra, Mayara, Duda Carneiro, Johnny, Juliane, Pamela Bueno e Verônica, por me acompanharem nesse período da graduação, seja desde o início, antes de ingressar na Políticas Públicas ou já quase no final dela.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso realiza uma análise do Orçamento Participativo (OP) no município de Porto Alegre no período entre 2006 a 2017, com um enfoque no possível potencial redistributivo da Política Pública. Assim, o objetivo principal do trabalho é o de observar, se no período analisado, o OP se caracteriza por ser uma Política Pública de caráter redistributivo. O estudo utiliza o método quantitativo de pesquisa, dados secundários e realiza correlações de Pearson (r) entre variáveis para cada ano compreendido no trabalho, sendo elas o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como variável independente e o Percentual de Demandas Concluídas Anualmente por Região e o Total de Recursos Orçados das Demandas Concluídas por Região (em R\$) como variáveis dependentes. Através do método de estudo efetuado constata-se que há uma maioria de correlações negativas entre as variáveis nas quais realiza-se a associação, o que significa que regiões do OP com IDHM mais elevado - que em geral possuem um melhor padrão de vida - possuem um percentual de demandas concluídas e um valor total de recursos orçados nas demandas concluídas menor do que naquelas regiões onde o valor do IDHM apresenta-se mais baixo. Conclui-se portanto, que apesar das alterações ocorridas na dinâmica de funcionamento do OP nos anos que serviram de referência para o estudo, ele pode ser considerado uma Política Pública redistributiva no período analisado.

Palavras-chave: Orçamento Participativo (OP). Porto Alegre. Redistributivismo. Política Pública.

RESUMEN

El Trabajo de Conclusión de la Graduación analiza el Presupuesto Participativo (PP) en la ciudad de Porto Alegre entre los años de 2006 a 2017, con un enfoque en el posible potencial redistributivo de la Política Pública. Así, el principal objetivo del trabajo es observar si, en el periodo analizado, el PP se caracteriza por ser una Política Pública de carácter redistributivo. El estudio utiliza de lo método de investigación cuantitativa, datos secundarios y realiza correlaciones de Pearson (r) entre las variables para cada año incluido en el trabajo, siendo el Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM) como variable independiente y el Porcentaje de Demandas Completadas Anualmente por Región y Total de recursos presupuestados de las Demandas Completadas por Región (en R\$) como las variables dependientes. A través del método de estudio efectuado, se concluye que existe una mayoría de correlaciones negativas entre las variables en que se realizan asociación, el que significa que las regiones del PP con mayor IDHM - que generalmente tienen un mejor nivel de vida - tienen un porcentaje de demandas cumplidas y un valor total de los recursos presupuestados en demandas completadas más bajo que en las regiones donde el valor del IDHM es menor. Por tanto, se concluye que, a pesar de los cambios ocurridos en la dinámica del funcionamiento del OP en los años que sirvieron de referencia al estudio, él puede ser considerado una Política Pública redistributiva em el periodo analizado.

Palabras-clave: Presupuesto participativo (PP). Puerto Alegre. Redistributivismo. Política Pública.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista aérea de Porto Alegre a partir do Cais do Porto Mauá	30
Figura 2 – Mapa com a divisão territorial das regiões que compõem o OP em Porto Alegre .	40
Figura 3 – Representação do Ciclo do Orçamento Participativo para o período 2016/2017 ...	42
Gráfico 1 – Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2006	51
Gráfico 2 – Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2011	52
Gráfico 3 – Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2017	52
Gráfico 4 – Médias percentuais (%) das demandas do OP concluídas agrupadas em grupos de regiões com alto e baixo IDHM médio entre os anos de 2006 a 2017	53
Gráfico 5 – Média (%) das demandas concluídas das áreas de política pública consideradas como prioritárias nas assembleias regionais do OP de 2006 a 2017 – regiões alto e baixo IDHM	54
Gráfico 6 – Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2006 (em R\$).....	57
Gráfico 7 – Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2011 (em R\$).....	57
Gráfico 8 – Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2017 (em R\$).....	58
Gráfico 9 – Total anual de recursos orçados (em R\$) das demandas concluídas nas regiões do OP com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017	59
Gráfico 10 – Total de recursos orçados nas demandas concluídas (em R\$) nas regiões com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017	59
Gráfico 11 – Total de recursos orçados nas demandas concluídas das regiões com alto e baixo IDHM médio nos anos de 2006 a 2017 (em %)	60
Gráfico 12 – Valor médio investido por demanda concluída nas regiões do OP com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017 (em R\$)	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2006	50
Tabela 2 - Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2011	50
Tabela 3 - Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2017	51
Tabela 4 – Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2006	55
Tabela 5 – Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2011	56
Tabela 6 – Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2017	56

LISTA DE SIGLAS

ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CARs	Centros Administrativos Regionais
CGT	Comitês Gestores de Território
COP	Conselho do Orçamento Participativo
CRIPs	Centros de Relações Institucionais Participativas
FBP	Frente Brasil Popular
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GSL	Governança Solidária Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCC	Índice Nacional da Construção Civil
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PBF	Programa Bolsa Família
PBM	Programa Brasil sem Miséria
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
VAB	Valor Agregado Bruto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PI	Plano de Investimentos e Serviços
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PPS	Partido Popular Socialista
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Institucionais
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU CICLO	16
3 POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	23
3.1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA REDISTRIBUTIVA NO BRASIL	25
4 O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	30
5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ORIGEM, HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	31
5.1 ORIGEM DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE	31
5.2 TRAJETÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE	32
5.2.2 O Orçamento Participativo nas gestões Fogaça-Fortunati-Melo (2005-2016) e Marchezan (2017-2020)	35
5.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO ATUAIS.....	39
6 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	45
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
7.1 RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM X PERCENTUAL DE DEMANDAS CONCLUÍDAS POR REGIÃO (2006-2017)	49
7.2 RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM E RECURSOS ORÇADOS (2006-2017)	55
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – CORRELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM x PERCENTUAL DE DEMANDAS CONCLUÍDAS POR REGIÃO E IDHM x RECURSOS ORÇADOS POR REGIÃO (2006-2017)	69
APÊNDICE B – DEMAIS DADOS COLETADOS NO TRABALHO	85
ANEXO A - ÁREAS DE POLÍTICA PÚBLICA PRIORITÁRIAS X DEMANDAS CONCLUÍDAS	116

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, com a queda do regime militar e o conseqüente retorno a um regime democrático no Brasil – que consolidou-se anos depois, com a promulgação de nova Constituição Federal, em 1988, e em eleições diretas para presidente da República, em 1989, surgiram novas e diferentes formas de relação entre o Estado e a população, sendo estas orientadas para um maior enfoque no bem-estar do cidadão em geral.

Outra alteração relevante no funcionamento do Estado brasileiro foi na estrutura federativa do país, a partir do maior enfoque dado aos municípios. Isso mudou, em especial, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que, na busca por um processo de descentralização administrativa e política, atribuiu uma maior autonomia aos entes municipais. A partir da década de 1990, em especial, os recursos repassados aos municípios também aumentam, com a obrigatoriedade de transferências constitucionais da União, como no FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e, posteriormente, em 2007, FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Além destas transferências, denominadas compulsórias, os municípios também possuem geração de receita própria para a execução de políticas públicas, sendo estas advindas de impostos, como o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). A partir disso, os municípios passaram a ser entes públicos mais “próximos” dos cidadãos, em comparação com os estados, que acabaram em geral enfraquecendo-se com a redução no volume de recursos arrecadados e com um menor protagonismo na prestação de serviços e na implementação de políticas.

Portanto, a partir do fortalecimento dos municípios em detrimento dos entes estaduais, da descentralização de serviços essenciais e de uma maior responsabilidade na execução e implementação das políticas públicas e da abertura para um regime democrático pautado no cidadão, o Estado, mais especificamente no âmbito municipal, buscou promover iniciativas geradoras de uma maior interação e participação da população nos assuntos de interesse público. Uma dessas iniciativas criadas no final da década de 1980 é o denominado Orçamento Participativo (doravante OP).

O OP, enquanto política pública que promove a participação ativa da sociedade na escolha do destino dos recursos públicos e das obras e serviços que serão executados pela administração municipal, surgiu no final da década de 1980, no município de Porto Alegre (RS) (ABERS, 2000; FEDOZZI, 2000; MARQUETTI, 2000). O principal aspecto do OP a ser

abordado neste trabalho é o seu redistributivismo ou o seu potencial como política pública redistributivista, o que supõe a redução das desigualdades socioespaciais existentes entre as diferentes regiões e localidades no município de Porto Alegre. No Brasil, diferentes autores (CÓRDOVA; GONÇALVES ALVES, 2019; LIMONTI; PERES; CALDAS, 2014) têm abordado a temática das políticas públicas que geram redistribuição de renda, devido tanto ao cenário de ampla desigualdade existente na sociedade em diferentes âmbitos (econômico, social, de acesso a bens materiais e culturais) quanto às políticas implementadas, em especial, nas últimas duas décadas, como o Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, que possuem o intuito de reduzi-la a partir de mecanismos de transferência condicionada de renda e de consequente ampliação das oportunidades de acesso a bens e serviços de diferentes tipos entre a população dos estratos sociais categorizados como de menor renda.

O presente trabalho possui como objetivo principal avaliar o redistributivismo no OP de Porto Alegre entre os anos de 2006 e 2017. Para isso, serão analisadas variáveis como o percentual de demandas concluídas e o volume de recursos orçados nessas demandas por região, além das áreas de política pública com mais demandas executadas de forma total.

O seguinte estudo justifica-se pelo fato de explorar uma temática que é pouco abordada pela literatura sobre OP no país e no mundo como objeto de pesquisa. Na literatura sobre participação social e políticas públicas, o enfoque prioritário tem sido em questões que envolvam as relações da população em processos decisórios das políticas, como nos seus desenhos e formulações e, posteriormente, na implementação delas (estudos de conselhos de políticas públicas, por exemplo). Assim, o presente estudo, ao tratar de um assunto pouco analisado na literatura referente ao OP, buscará trazer dados e informações relevantes para posterior utilização e aprofundamento em outras pesquisas que digam respeito aos efeitos da participação social.

A principal hipótese deste trabalho é a de que o OP no município de Porto Alegre se caracteriza por ser uma política pública redistributiva durante o período estudado (2006-2017) e no qual privilegia as regiões da cidade com piores indicadores sociais, estes medidos a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH ou IDHM). Assim, acredita-se que haja uma correlação negativa entre o IDHM e o percentual de demandas executadas de forma completa pela prefeitura e entre o mesmo indicador e o montante de recursos orçado anualmente para as demandas concluídas, ou seja, quanto mais elevado o IDHM, menor o percentual de demandas do OP concluídas e de recursos orçados em cada região. Portanto, apesar de o OP ter sofrido

alterações ao longo dos anos, a distribuição dos recursos e a execução de demandas o caracteriza como uma Política Pública de caráter redistributivo no período analisado.

A pesquisa não busca, por si só, apontar conclusões generalistas a respeito do redistributivismo nos OPs, já que trata de somente um caso (Porto Alegre) que, assim como as demais, possui as suas próprias dinâmicas de organização espacial e características econômicas e sociais. A partir disso, entende-se que os resultados encontrados neste estudo podem ser úteis para a realização de pesquisas posteriores na área, tanto no município de Porto Alegre quanto para outros que também adotam ou adotaram em determinado período a política do OP.

Este trabalho possui oito partes, incluindo esta introdução. A seguir, na seção dois e na seção três, será apresentado um referencial teórico a respeito de temas como o ciclo de políticas públicas, o redistributivismo como tipo de política, além de experiências de OP redistributivistas no Brasil, sem pretender esgotar a discussão sobre o assunto. Na quarta será elaborado um breve panorama – com a exposição de dados gerais – da localidade a ser analisada na pesquisa, no caso, Porto Alegre. Na seção seguinte, será apresentada a explicação da origem, funcionamento e operacionalização do OP no município. Após, na seção metodologia e métodos, serão explicados os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, cujo intuito é averiguar se este apresenta - no período de tempo estudado – uma característica redistributiva, ou seja, se há um maior percentual de demandas concluídas e de recursos orçados nas regiões do OP que apresentam piores indicadores sociais e econômicos. Na seção seguinte, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada. Por fim, serão acrescentadas as considerações finais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU CICLO

Embora, na língua portuguesa, apresente a mesma grafia, a palavra “política” apresenta significados distintos, conforme Frey (2000), na língua inglesa, a palavra política separa-se em três diferentes vocábulos, sendo eles: *Polity*, *Politics* e *Policy*. Tude (2010) realiza uma síntese destes três conceitos. Segundo o autor, o termo “*polity*” está relacionado ao ordenamento institucional do sistema político e à sua estrutura legal. O segundo termo, “*politics*”, refere-se à política no âmbito partidário e às relações entre os diferentes agentes políticos nos poderes Executivo e Legislativo, inserindo-se no contexto brasileiro. E o último dos vocábulos, “*policy*”, representa as políticas públicas, as ações realizadas para resolver os problemas da sociedade, o conteúdo concreto da política expresso em planos de governo, por exemplo.

Intervenções que visam alterações na estrutura da sociedade e melhorias no seu bem-estar, como o caso do OP, necessitam, em termos gerais, serem transformadas em políticas públicas para se materializarem de forma efetiva. O termo “Política Pública” possui diferentes abordagens e conceitos na literatura. Uma de suas abordagens é a denominada multicêntrica. Esta abordagem possui como pressuposto uma não-exclusividade por parte do Estado na realização de políticas públicas. Um dos principais expositores desta visão é Secchi (2013). O autor define política pública como uma “[...] diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]” (SECCHI, 2013 apud CAETANO; TANIHARA; LEITE, 2019, p. 481). Para além da abordagem multicêntrica, e se opondo a ela, há a abordagem estadocêntrica. Esta abordagem defende o aparelho estatal como o único capaz de executar políticas públicas. Assim, políticas públicas se caracterizariam por ser “o Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987 apud HOFLING, 2001, p. 31). Outro conceito dessa abordagem é o de Dye (1984), o qual entende que política pública pode ser definida como “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (apud SOUZA, 2006, p. 24). Além desses dois conceitos, cabe destacar o conceito defendido por Mead (1995), que define política pública como sendo um “campo dentro do estudo da política que analisa o governo a luz de grandes questões públicas” (apud SOUZA, 2006, p. 24).

A política pública, desde a etapa de formulação do problema até a sua avaliação, passa por diferentes etapas¹. Como uma das formas de explicar essas diferentes etapas, como o

¹ Além do ciclo de políticas públicas, aqui mencionado e explicado detalhadamente, há também outras distintas formas de explicar o processo de criação de uma política pública. Um dos mais conhecidos é o modelo da “lata de lixo” (em inglês *garbage can*), proposto por Cohen, March e Olsen (1972). Posteriormente, também foi desenvolvido por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) o modelo da coalizão de defesa (*advocacy coalition*), que veio como contraponto ao da “lata de lixo”.

processo de criação, elaboração, implementação e avaliação de uma política pública na esfera societária, criou-se, a partir do século XX, em especial nos Estados Unidos (SIMON, 1947; LASSWELL, 1956 apud RAEDER, 2014, p. 128), um modelo denominado “ciclo de política pública”. Para Raeder (2014, p. 137), “O ciclo de políticas públicas contribui para uma análise integrada das políticas públicas, na medida em que é possível reconhecer, nos estágios propostos, os atores e processos sobre os quais se deseja aprofundar o conhecimento”. Já para Secchi (2012):

[...] o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos (SECCHI, 2012, p. 34).

Como característica comum aos diferentes modelos teóricos do “ciclo”, tem-se o fato de que ele é, como o próprio nome já induz, um processo cíclico. Assim sendo, ele não se caracteriza por ser um processo linear e delimitado no tempo, mas retroalimentativo, sendo que, ao encerrar-se um ciclo, as informações presentes e acumuladas nele podem servir de base para o início de um novo ciclo, “[...] voltado para a resolução do problema não equacionado ou indicando a resolução completa das questões que a política objetivava resolver” (RAEDER, 2014, p. 135). Mas assim como um ciclo pode ser um processo retroalimentativo, gerando inúmeros outros, ele também pode ser interrompido ou descontinuado em qualquer uma de suas etapas. Esse fato é denominado na literatura de extinção da política pública (SECCHI, 2012) e ocorre por diferentes causas. Conforme Giuliani (2005 apud SECCHI, 2012):

[...] as causas da extinção de uma política pública são basicamente três: o problema que originou a política é percebido como resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais (GIULIANI, 2005 apud SECCHI, 2012, p. 53).

Outra característica amplamente definida a respeito do ciclo de políticas públicas é a sua não linearidade, ou seja, as etapas do ciclo não necessariamente seguem a ordem pré-estabelecida nos modelos teóricos. Desse modo, pode-se ter, por exemplo, a etapa de avaliação antes da implementação, o que é algo bastante frequente e até necessário em uma política pública. Essa avaliação realizada antes da política pública é denominada de avaliação *ex-ante* (MAIA, 2008).

Mas o ciclo de políticas públicas não é um modelo teórico uniforme, pelo contrário, apresenta-se a partir de diferentes visões de funcionamento, organização e divisões de suas etapas. Para o economista norte-americano Herbert Simon (1947), o ciclo de políticas públicas continha apenas três fases: inteligência, decisão e escolha. Em trabalho posterior, Raeder (2014) torna a análise da formação de uma política mais complexa, dividindo-a em sete etapas: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. Em meados da década de 1970, passaram a surgir teóricos que se aproximam da visão de ciclo de políticas públicas mais recente, ao incluir como primeira etapa dele o reconhecimento do problema como público, além da etapa de avaliação ou retorno, conhecida como a última do processo. Esses são os casos dos trabalhos de Mack (1971) e de Rose (1973).

Como forma de explicar o ciclo de políticas públicas representado pelo OP neste trabalho, levar-se-á em consideração a abordagem e conceituação de Secchi (2012), por esta ser uma das mais recentes e também mais relevantes na literatura atual. Conforme o autor, a primeira etapa do ciclo de políticas públicas pode ser denominada como a definição do problema público. Em seu livro “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”, Leonardo Secchi (2012, p. 34) coloca o problema público como “[...] a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública”. Outra definição para problema público é a de Lança (2000):

Os problemas públicos não são os problemas cuja responsabilidade, cujo tratamento e resolução são da competência dos poderes públicos. São antes aqueles problemas que embora possam ser atribuídos e tratados pela ação dos poderes públicos, também o são pela ação de instituições particulares ou de movimentos de cidadãos, no contexto de uma cultura democrática (LANÇA, 2000, p. 116, tradução nossa).

Assim, pode-se afirmar que, para a elaboração de uma política pública, é necessário, primeiramente, que haja um problema, que se caracterize por ser público (LANÇA, 2000), ou seja, um problema considerado relevante para uma parcela representativa da sociedade, não apenas para um único indivíduo ou pequenos grupos, como família ou amigos, por exemplo. O problema público, após ser definido como tal e reconhecido pela sociedade, entra na formação da agenda de políticas públicas, que é a etapa seguinte do ciclo. Mas, do mesmo modo como ele evolui conceitualmente e entra na formação da agenda, ele pode sair em um momento posterior, seja porque o problema deixou de ser relevante e, assim, não há mais interesse em solucioná-lo, seja por outros motivos. Assim, pode-se colocar que “o processo de formação e evolução de um problema público não ocorre em uma sequência linear ou um movimento para adiante sem possibilidade de voltar atrás” (FILGUEIRAS, 2019, p. 976-977). Cada vez que a

construção do problema público é debatida, novos argumentos e interesses são mobilizados pelos atores que participam desta etapa do ciclo, o que gera como consequência a produção de novas interações e experiências por parte desses. Conforme Cefai (2017, p. 137): “às vezes, um problema público desaparece, outras vezes se institucionaliza, mas sempre articula novas situações de prova que são outras tantas implicações de disputas, de fixação de interesses e de produção de experiências”.

Após o reconhecimento do problema como público, dá-se início à segunda etapa do ciclo, denominada formação da agenda (RAEDER, 2014). A agenda, no ciclo de políticas públicas pode ser definida como [...] “um conjunto de discussões políticas, entendida como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político” (COBB; ELDER, 1971 apud CAPELLA, 2018, p.28). Nesta etapa portanto, cabe aos atores responsáveis pela formulação da política - governos, órgãos estatais, Poder Legislativo, em uma abordagem estadocêntrica e também outros em uma visão multicêntrica (SECCHI, 2010 apud LIMA, 2012) - incluírem na pauta de ações a serem realizadas o problema público em questão.

O problema público pode, ou não, ser incluído na agenda governamental ou dos executores de políticas públicas, o que dá continuidade ao ciclo ou o encerra nessa etapa. A inclusão de um problema público na agenda dos formuladores de políticas não possui um tempo definido para ocorrer. Assim como ele pode ser logo incluído, também pode passar um longo período de tempo aguardando para entrar na pauta. Isso ocorre por diferentes fatores, como a sua potencial relevância ou urgência, o nível de pressão exercido pelos atores para a inserção do problema na agenda, o custo político para incluí-lo, a viabilidade de recursos (financeiros, materiais, técnicos) para se formular e implementar uma posterior política pública, dentre outros.

Além da possibilidade de nunca serem incluídos na agenda denominada “política”, muitos dos problemas tidos como públicos costumam, com frequência, entrar e sair dela, por serem relevantes para a maior fração da sociedade e dos formuladores de políticas públicas por um determinado período de tempo somente. Os problemas públicos “[...] ganham notoriedade e relevância, e depois desinflam” (SECCHI, 2012, p. 36).

A partir do momento em que o problema público entra na agenda dos responsáveis pelas políticas públicas, tem começo a terceira etapa do ciclo, definida como a formulação da política ou formulação de alternativas (SECCHI, 2012). Nessa etapa, são propostos pelo formulador e debatidos com diferentes atores estatais e não-estatais o projeto, o desenho e as soluções a serem propostas pela política pública para a resolução do problema público existente. Questões que

dizem respeito a como ela irá ser operacionalizada, quais serão seus destinatários, qual o seu custo para os diferentes atores presentes na discussão e na sociedade em geral, quais os seus objetivos e metas, como será feita a sua avaliação posteriormente são discutidas nessa etapa do ciclo. O principal item a ser executado nesta fase do ciclo e, igualmente, o mais abordado pela literatura do tema refere-se à elaboração de alternativas e soluções possíveis de serem implementadas para a posterior resolução do problema público. Desse modo, pode-se afirmar que ela “[...] se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível” (SECCHI, 2012, p. 37).

Entre os atores estatais presentes nessa etapa do ciclo, pode-se citar os governos, a partir dos seus ministérios, secretarias, autarquias ou outros órgãos, o Poder Legislativo, a partir de políticos eleitos que têm interesse no tema da política a ser executada, além do poder judiciário, a partir de órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF), que pode declarar a política pública inconstitucional antes mesmo de ela ser implementada. Como atores não-estatais que participam da política pública na sua etapa de formulação, destaca-se os diferentes grupos da Sociedade Civil, sejam eles impactados diretamente pela política pública, ou não. Entre esses grupos podem estar associações de classe, sindicatos ou, até mesmo, pessoas, de forma individual. Aqui cabe também um destaque na participação de atores da academia, como técnicos, estudiosos e institutos de pesquisa da área da política pública como importantes influenciadores na sua formulação.

Após a execução do projeto e do desenho da política pública e da sua discussão com a sociedade, esta, se formulada pelo Estado, pode ser encaminhada pelo seu autor para a apreciação e aprovação por parte do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado, em nível federal, Assembleia Legislativa, em nível estadual, e Câmara de Vereadores, em nível municipal). Se vier a ser aprovada, a política pública torna-se lei e recebe posterior sanção ou veto da autoridade executiva competente, seja ela o presidente da república, o governador do estado ou o prefeito municipal.

A respeito desse último processo da fase de formulação da política pública, cabem ressaltar dois importantes aspectos, a saber: mesmo após a discussão com os diferentes atores que representam o Estado e a Sociedade Civil da elaboração da política pública e o encaminhamento desta para aprovação, ela ainda pode ser alterada ou, até mesmo, vetada de forma parcial ou total pelo Poder Legislativo, se este encontrar irregularidades no projeto em questão ou objetivos, metas e proposições não viáveis de serem executados do ponto de vista

técnico, ético ou moral. Como citado anteriormente, assim como o Legislativo, o Poder Judiciário também pode impedir a transformação de um projeto de política pública em lei - se esta não seguir os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 - a partir das denominadas ADINs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade), em casos de conflito com a Constituição Federal de 1988 (CLEVE, 2008).

O outro aspecto refere-se ao fato de que, na maioria dos casos, a política pública não é transformada em lei de forma isolada, individual. Devido, cada vez mais, à realidade dinâmica da sociedade e a permanente necessidade de se executar grandes ações intersetoriais, que abriguem diferentes grupos societários e pessoas de diferentes perfis, muitas políticas públicas formuladas e, posteriormente, aprovadas, estão inseridas dentro de um conjunto de ações, denominados programas. Dois exemplos disso são o Programa Brasil sem Miséria (PBM) (FALCÃO; COSTA, 2014) implementado no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MORAES; MORAES, 2019) este originário do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Passada a etapa de formulação, o ciclo de política pública chega na etapa de implementação. Nesta etapa, o desenho ou o projeto são executados. Conforme O’Toole Jr. (2003 apud SECCHI, 2012, p. 46): “A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações”. A implementação da política pública, na extensa maioria das ocasiões, não ocorre da forma exata como a colocada na lei que a criou ou no projeto ou programa em que se insere. Quase sempre, há uma diferença entre o idealizado e o realizado, entre a possível solução ideal para o problema público e a sua real solução. Isso ocorre por uma série de fatores, que variam desde as diferentes capacidades de recursos, técnicas e gerenciais disponíveis dos diferentes órgãos responsáveis pela implementação da política - sejam eles da Administração Pública ou do setor privado -, o diferente perfil socioeconômico de cada localidade ou região que irá receber a política, o grau de discricionariedade presente nos agentes executores da política pública, na literatura conhecidos como “burocratas de nível de rua” ou no termo original em inglês “*street-level bureaucracy*” (LIPSKY, 1980).

Além disso, a política pública não necessariamente é implementada logo após a sua formulação. Por decisão dos seus formuladores e implementadores, fatores externos ou por pressão dos atores que dela participam, ela pode ter o início da sua execução postergado ou, até mesmo, ser extinta – o que encerraria o ciclo de política pública.

Por fim, como última etapa do ciclo de política pública, tem-se a avaliação ou retorno da política. A avaliação ou retorno da política pública, assim como as etapas anteriores do ciclo, envolve uma série de atores. A respeito de sua execução, ela pode ser feita tanto por atores envolvidos na política, como os formuladores, os participantes ou os seus beneficiários (avaliação interna) quanto por órgãos externos à política, como consultorias (avaliação externa). Ambas as avaliações são relevantes e costumam expor diferentes aspectos da implementação da política pública. Enquanto, em uma avaliação interna, pode-se ter uma descrição detalhada dos processos, pelo fato de os atores terem participado de forma ativa da construção ou da implementação da política, na avaliação externa tem-se uma maior facilidade de apontar falhas técnicas que, muitas vezes, mesmo no processo de avaliação da política pública, não são percebidas pelos atores que nela estão inseridos.

No que diz respeito ao momento em que é realizada, a avaliação de uma política pública divide-se em dois tipos, podendo ser *ex-ante* ou *ex-post*. A avaliação *ex-ante* ocorre em um período anterior ao da implementação da política pública. Nesse tipo de avaliação, são verificadas e revisadas questões operacionais de implementação da política, como o modo como ela será executada, a quantidade de recursos que será empregada, como se dará a troca de informações entre os agentes formuladores e os implementadores da política, os seus objetivos e metas, o cronograma da política pública – se esta estiver dividida em etapas – dentre outros. Com a realização deste tipo de avaliação, busca-se tornar a implementação da política pública melhor, com menos falhas e erros procedimentais, além de mais exequível. Apesar de igualmente relevante, a avaliação *ex-ante* costuma ser menos realizada que a avaliação *ex-post*.

Já a avaliação *ex-post* possui como objetivo verificar se os objetivos, metas e prazos definidos na fase de formulação da política pública foram devidamente alcançados e cumpridos na sua implementação. Também nesta avaliação são averiguados os resultados da política pública, o quanto ela conseguiu ser efetiva, eficiente e eficaz na resolução do problema público em questão. Ela, em geral, é feita após um período determinado previamente, no qual a política pública já esteja implementada.

A avaliação ou retorno é apontada na literatura como a última etapa de uma política pública, completando, assim, o ciclo de política pública. Porém, devido ao fato de ser um processo cíclico e retroalimentador, a política pública não necessariamente passa a ter seu encerramento nessa etapa. A partir daí, ela pode ser alterada ou refeita conforme os resultados e objetivos alcançados. Mas também, pode ser descontinuada ou abandonada, se for de acordo com a decisão de seus formuladores, que são, em geral, órgãos estatais.

3 POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

As políticas públicas, desde a sua formulação, são classificadas tomando como base diferentes aspectos, tais como o público-alvo (universais ou focalizadas), temática (saúde, educação, meio ambiente ou outras), o seu principal agente implementador (políticas governamentais ou não-governamentais), dentre outras categorizações existentes. Uma dessas classificações, a qual será tratada com mais detalhes nesta seção, refere-se a uma tipologia que busca explicar a relação entre custos e benefícios presentes em cada política pública formulada. A partir dessa relação, pode-se afirmar, portanto, que cada política pública concentra ou dispersa mais os custos e, igualmente, o faz com os seus benefícios.

Em meados da década de 1970, com o intuito de estabelecer um novo modelo de divisão das políticas públicas existentes e, assim, melhor poder explicá-las no âmbito da sua relação custo-benefício, Theodore Lowi (1972) desenvolveu a denominada “tipologia de políticas públicas”. Nessa tipologia, Lowi (1972) agrupa as políticas públicas em quatro grupos distintos: políticas distributivas, políticas redistributivas, políticas regulatórias e políticas constituintes. Para cada um dos quatro tipos, os custos são classificados como concentrados ou difusos, sendo o mesmo válido para os benefícios.

As políticas classificadas como distributivas são aquelas que são realizadas em local específico e cujos benefícios oriundos de sua implementação são usufruídos por uma parcela determinada da população. Sendo assim, os benefícios deste tipo de política podem ser categorizados como concentrados. Porém, os custos para a implementação deste tipo de política tendem a ser difusos, ou seja, toda a população, seja a partir de impostos ou outros modos de contribuição, arca com as despesas para a execução da política. “Políticas públicas que favorecem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, seriam exemplos de políticas distributivas” (SOUZA, 2002, p. 7). Portanto, estas seriam realizadas pelos políticos eleitos, visando atingir um público em particular, que possa futuramente lhe retribuir – por meio do voto nas eleições subsequentes – as ações de bem-estar e melhoria de suas condições de vida por eles entregues em determinada localidade. Entre os exemplos desse tipo de política estão reformas em parques e praças públicas, obras de trânsito, distribuição de cestas básicas e recursos para comunidades em situação de vulnerabilidade social, dentre outros. Pelo fato dos custos deste tipo de política serem difusos e não terem o objetivo de modificar o *status quo* vigente, a possibilidade de conflitos em tornos delas é baixo.

Já as políticas denominadas regulatórias são aquelas que impõem regras a respeito de determinado tema e buscam, assim, constranger ou limitar as ações dos atores presentes na sociedade. Por possuírem custos concentrados, ou seja, - o ator que não cumprir o disposto na política ou na lei arca, de forma individual, com a sua parte onerosa - estas políticas costumam ser objeto de intensas negociações entre os atores nelas envolvidos em diferentes instâncias de discussão e deliberação política, como o Poder Legislativo (Câmaras e Assembleias), fóruns temáticos, comissões parlamentares e, até mesmo, na mídia. Ao contrário dos custos, os benefícios das políticas de caráter regulatório são difusos, os recursos obtidos a partir de sanções, multas, processos provenientes delas são distribuídos em diferentes ações que impactam a sociedade como um todo, não apenas um grupo em particular. Como exemplos de políticas regulatórias temos a política ambiental, o código brasileiro de trânsito, dentre outras.

Um terceiro tipo de política desenvolvido por Lowi (1972) é o de política constituinte. Este tipo de política se refere às regras e leis gerais que buscam ordenar juridicamente o país e a sociedade como um todo ou em determinada área, como no caso da Constituição Federal brasileira, das regras eleitorais, do sistema político, além de outras. As políticas constituintes se caracterizam por apresentarem tanto custos como benefícios difusos justamente pelo caráter universal dessas políticas, que são válidas para todo e qualquer cidadão presente no território em que elas estão circunscritas.

Por fim, há também as políticas de tipo redistributivas, que receberão maior enfoque nesta seção. Este tipo de política, como o nome já afirma, possui como intuito alterar a distribuição dos diferentes recursos presentes na sociedade. Devido a esse objetivo, as políticas redistributivas se caracterizam por serem políticas de soma-zero, isto é, políticas onde um grupo de indivíduos ganha com elas e outro perde, o que faz com que tanto seus benefícios quanto seus custos sejam altamente concentrados. Essa concentração de custos e benefícios característicos das políticas redistributivas tende a gerar amplos debates na sociedade, em particular nas suas fases de formulação e implementação – o grupo perdedor busca reduzir ao mínimo o seu prejuízo e o beneficiado ampliar ao máximo os seus ganhos com a política pública. As políticas redistributivas não necessariamente são políticas que reduzem as desigualdades sociais, econômicas, de acesso a bens, culturais existentes na sociedade, retirando, assim, recursos da população considerada mais rica e repassando-os para a população mais pobre. O inverso também pode ocorrer. Recursos podem ser extraídos dos mais pobres e repassados para os mais ricos, o que aprofunda as desigualdades existentes entre a população.

Como exemplos de políticas redistributivas cabe destacar os programas de transferência de renda condicionada tal qual o PBF e o IPTU progressivo.

3.1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA REDISTRIBUTIVA NO BRASIL

No final da década de 1980, em um contexto de redemocratização do Brasil e municipalização dos serviços essenciais em áreas como saúde, educação e assistência social, diferentes iniciativas emergem – em especial no âmbito municipal – com o objetivo de incluir e estimular a participação dos atores civis no processo de discussão e formulação de políticas públicas. A partir disso, buscou-se estabelecer canais de diálogo entre a população e o Estado, os quais colocassem a primeira como prioridade das ações e demandas a serem posteriormente executadas.

Uma destas políticas públicas é o OP. Originário do governo da Frente Popular (Partido dos Trabalhadores - PT e Partido Comunista Brasileiro - PCB), vencedora das eleições municipais de 1988 para a prefeitura de Porto Alegre e que possuía Olívio Dutra como prefeito, o OP é considerado um marco na elaboração de políticas públicas de caráter participativo. Por meio do OP, a população beneficiária da política decide quais são os problemas públicos prioritários e que merecem ser alvo de intervenção governamental no seu território ou comunidade. Além da escolha de quais ações e de onde elas serão realizadas, o OP permitiu, também de forma pioneira, o controle de uma parcela do orçamento público anual do município. Deste modo, dentro do OP, os diferentes atores da sociedade têm a possibilidade de determinar onde os recursos disponibilizados pelo Poder Público serão empregados, em qual ação ou obra eles serão investidos.

Outro objetivo proposto pelo OP é o de promover uma melhor distribuição dos recursos no município de Porto Alegre. Isso ocorre a partir de uma metodologia adotada que supõe critérios para a distribuição dos recursos, considerando as prioridades eleitas pelos participantes. Também o perfil social dos que participam indica que são camadas sociais de menor renda, menor escolaridade e maior presença de negros, comparativamente à população da cidade (FEDOZZI; MARTINS, 2015).

A respeito do potencial redistributivo do OP, certos autores já efetuaram pesquisas sobre o tema. Entre eles, destacam-se os estudos de Marquetti (2008) e Moraes (2008). Marquetti (2008) avaliou, a partir de uma abordagem econométrica, o processo de redistribuição de recursos no OP do município de Porto Alegre entre 1989 e 2004, período anterior ao que será

analisado no presente estudo. A partir de uma pesquisa de dados quantitativos secundários, o autor utilizou diferentes variáveis quantitativas, relacionadas com aspectos como população, renda média, infraestrutura, participação em plenárias do OP, demandas executadas em cada ano, dentre outras.

Para verificar o redistributivismo no OP em Porto Alegre, Marquetti (2008) realizou uma correlação entre as variáveis: escolaridade média dos responsáveis por domicílios em cada região do OP no ano 2000 (independente) e número de demandas concluídas e em andamento por 1000 habitantes no período de 1990 a 2004 (dependente).

A partir deste estudo e dos resultados nele encontrados, pode-se concluir que há um redistributivismo no OP. Esse processo ocorreu a partir do mecanismo existente no OP de Porto Alegre denominado de “priorização de demandas”, no qual o Poder Executivo realiza um número maior de ações/ano nas regiões do município com piores indicadores sociais. Assim:

A análise do período 1990-2004 revela que o OP teve um efeito redistributivo: as regiões mais pobres receberam maior quantidade de obras e serviços por habitante. Houve a priorização das regiões mais carentes da cidade na distribuição dos investimentos e serviços públicos, o que representou uma importante mudança na forma de atuação do Estado e nos resultados das políticas públicas adotadas (MARQUETTI, 2008, p. 53).

Outro dado importante a respeito do redistributivismo é o encontrado a partir da relação entre o número de obras realizadas em cada região do OP (1989-2004), a sua população (2000) e a renda média em salários mínimos dos responsáveis por domicílio (2000). Os resultados encontrados pelo estudo em questão relativizam, de certa forma, o fator redistributivo do OP em Porto Alegre. Conforme o autor:

Há uma correspondência entre o número de habitantes e o grau de pobreza das regiões: as que possuem menor grau de pobreza são as mais populosas. Contudo, as regiões populosas e pobres tendem a receber menor volume de obras *per capita* (MARQUETTI, 2008, p. 44).

Além do redistributivismo verificado no trabalho de Marquetti (2008), o autor também destacou a significativa transformação da atuação do Poder Executivo Municipal em Porto Alegre, a partir da experiência do OP, no intuito de inserir a população do município nos debates e discussões de políticas públicas urbanas. Esse fato pode ser verificado a partir da participação da população nas assembleias regionais, que são as instâncias de discussão e de deliberação das demandas a serem realizadas e dos recursos a serem empregados pela prefeitura para o OP do ano seguinte. Conforme a pesquisa, verificou-se que as pessoas categorizadas como de baixa

renda (zero a dois salários mínimos) são as que obtiveram o maior percentual de participação nas plenárias ou assembleias regionais no período analisado (43% do total da população participante, em média). A participação de pessoas de baixa escolaridade (fundamental incompleto) e de mulheres – duas categorias societárias que, historicamente, no Brasil tendem a serem excluídas dos processos de tomada de decisões políticas – também são maioria entre o público participante das assembleias regionais entre 1989 e 2004 (44,4 e 56,4%), respectivamente. Marquetti (2008, p. 53) concluiu que “[...] o OP ensina, que é possível, por meio do processo democrático, construir inovações institucionais capazes de associar os interesses da população pobre ao funcionamento do Estado”.

Além do redistributivismo encontrado nas demandas executadas e da expressiva participação de setores marginalizados da sociedade nas assembleias regionais, a queda das receitas municipais a partir do ano de 2001 provocou uma redução no número de demandas do OP executadas pela prefeitura, o que gerou como consequências uma menor legitimidade do processo e uma queda na participação e no seu potencial redistributivo.

Já sobre o caso de Belém, o estudo de Moraes (2008) aborda o OP juntamente com outro espaço de participação, denominado Congresso da Cidade, entre os anos de 1997 e 2004. Este último representou uma iniciativa no segundo mandato da Frente Belém Popular², objetivando ampliar o horizonte da participação para temas mais gerais, no que se refere ao urbano, como o planejamento da cidade.

O estudo caracterizou-se por ser de caráter quantitativo, com a utilização de dados secundários, extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da prefeitura municipal de Belém e de publicação anterior do autor (MORAES, 2005). O redistributivismo do OP e do Congresso da Cidade foi avaliado a partir de uma série de correlações entre variáveis quantitativas. Em todas as correlações analisadas, a variável dependente manteve-se a mesma, sendo ela o investimento por habitante (R\$) em cada um dos oito distritos administrativos em que se divide o município de Belém. Como variáveis independentes nas correlações, foram utilizadas: o rendimento médio em salários mínimos dos responsáveis por domicílio, a taxa de analfabetismo, o percentual de domicílios com situação de abastecimento de água inadequado e o percentual dos responsáveis pelos domicílios com ensino fundamental incompleto.

Como conclusão, constatou-se que o OP em Belém constituiu-se, no período analisado, em importante canal de participação para os atores civis no debate da política urbana e de

² A Frente Brasil Popular (FBP), em seu segundo mandato em Belém, era composta pelos seguintes partidos: PT (Partido dos Trabalhadores), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PPS (Partido Popular Socialista) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).

desenvolvimento do município. A respeito das correlações realizadas, a que envolvia o rendimento médio em salários mínimos apresentou uma relação negativa, ou seja, quanto maior a renda média das famílias nos oito distritos, menor o investimento por habitante do OP. Já as demais correlações apresentaram relação positiva, em que distritos com maior taxa de analfabetismo, percentual de domicílios com abastecimento de água inadequado e percentual de responsáveis por domicílio com ensino fundamental incompleto, obtiveram um maior investimento per capita. Essas associações, portanto, podem, de certa forma, inferir que o OP se apresentou como política pública redistributiva no período analisado (1997 -2004).

Ainda em relação à questão redistributiva, o OP e o Congresso da Cidade em Belém aprovaram um maior volume de recursos para investimento per capita entre os distritos com maior nível de pobreza. Apesar disso, os distritos com maior qualidade de vida também foram beneficiados em relação aos demais e àqueles mais populosos e com maior nível de pobreza, prejudicados no âmbito da distribuição dos recursos, o que mostra as limitações da política pública neste aspecto.

A experiência do OP como política pública redistributiva também foi analisada em trabalho realizado por Silva (2014). No estudo, o autor verificou o grau de redistributivismo existente no OP do município de Biguaçu, no estado de Santa Catarina, entre os anos de 2002 e 2008. Para isso, o período de análise foi dividido em dois momentos, a fim de realizar uma análise comparativa entre eles. Assim, o primeiro momento analisado refere-se aos anos entre 2002 e 2005, período no qual a gestão da prefeitura de Biguaçu encontrava-se sob o comando da coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já o segundo período abarca os anos entre 2006 e 2008, em que o PT deixou a administração municipal e o OP de Biguaçu ficou sob responsabilidade única do MDB. No segundo período mencionado, a administração municipal realizou alterações no funcionamento e operacionalização da política. Entre estas alterações estiveram, por exemplo: a “Extinção dos critérios de pontuação que pontuava as necessidades das regiões segundo a carência, população e prioridades definidas em assembleias, comunitárias e regionais” e a “Criação de mais três regiões, totalizando agora 13” (SILVA, 2014, p. 256).

Na realização da pesquisa, o autor utilizou como variável independente o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³ das dez regiões – posteriormente treze - em que se encontra

³ O IVS envolve diferentes variáveis, presentes no censo IBGE referentes a aspectos estruturais da moradia, número de crianças e jovens em cada moradia, além de questões relacionadas à renda e escolaridade dos responsáveis pelo domicílio. O IVS possui uma escala que varia de zero a um, sendo que, quanto mais próximo de um, maior a vulnerabilidade social da região e quanto mais próximo de zero, o contrário.

organizado o OP de Biguaçu. Como variável dependente do estudo, utilizou-se o investimento *per capita* (em R\$) realizado pela administração municipal em cada região do OP nos dois períodos analisados – 2002 a 2005 e 2006 a 2008.

Como resultados do estudo, constatou-se que, com a gestão do OP de Biguaçu compartilhada entre o PT e o MDB, houve um grau de redistributivismo e de favorecimento das regiões com pior IVS maior do que no segundo momento analisado, em que a gestão do OP esteve sob comando apenas do MDB. O autor aponta que essas diferenças ocorreram muito devido à alteração das denominadas “regras do jogo”, ocorrida no ano de 2006 (SILVA, 2014).

Na seção seguinte, serão abordadas questões relacionadas ao OP no município de Porto Alegre, mais especificamente a respeito de sua origem, estrutura e funcionamento atual. Antes, porém, cabe uma síntese das características demográficas e socioeconômicas do município de Porto Alegre.

4 O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul. Possui como área total 495,390 km² (IBGE, 2019)⁴ e uma população de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010).

O IDHM do município é de 0,805 (PNUD, 2010) valor considerado muito alto, segundo os parâmetros da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). A taxa de mortalidade infantil no município é de 8,98 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2017) e o analfabetismo de 2,3% (IBGE, 2010). Já o PIB por habitante (*per capita*) calculado para o ano de 2017 é de 49.740,90 (IBGE, 2017) e o principal setor produtivo é o de serviços, cujo valor agregado bruto (VAB) no ano de 2017 – excluindo-se as áreas de administração, defesa, educação e saúde públicas além da seguridade social - correspondeu ao montante de R\$ 50.331.127.60 (IBGE, 2017).

Figura 1 – Vista aérea de Porto Alegre a partir do Cais do Porto Mauá



Fonte: *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

Porto Alegre é um município de destaque no cenário mundial, já que foi sede de importantes eventos, como o Fórum Social Mundial (2001-2003, 2005, 2010, 2012, 2014, 2016, 2017 e 2020) e a Copa do Mundo de futebol (2014). Além disso, a cidade tornou-se reconhecida internacionalmente também a partir da criação e desenvolvimento do OP, sendo essa política pública posteriormente aplicada e replicada com adaptações em outras cidades do Brasil e do mundo. Na seção a seguir, se introduzirá o OP de Porto Alegre, a partir da explicação de sua origem, histórico e funcionamento.

⁴ Todos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizados neste trabalho foram extraídos do mesmo local citado nas referências, porém são de anos e pesquisas diferentes.

5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ORIGEM, HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

5.1 ORIGEM DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE

A partir da década de 1980, com o contexto de esgotamento do regime militar autoritário existente no Brasil e a descentralização de recursos e atribuições estatais do governo federal (União) para os municípios, consagrada na Constituição Federal de 1988, passou-se, por parte de governos municipais recém-eleitos e com uma vertente ideológica mais à esquerda no espectro político, a buscar alternativas que pudessem aproximar os atores civis da administração pública municipal.

Uma das ações que visavam incluir a população no processo de tomada de decisão a respeito de recursos e ações a serem executadas pela prefeitura municipal ocorreu no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Após um período de vinte anos (1965-1985), tendo no Executivo mandatários nomeados pelo regime militar vigente no país ou com estreita relação com ele, no ano de 1986, com a realização de eleições diretas, assumiu a prefeitura em Porto Alegre um político ligado à sua oposição, de nome Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Apesar deste importante marco na retomada da democracia existente no Brasil e, especificamente, neste caso no município de Porto Alegre, os processos que envolvem um aprofundamento no diálogo entre o Estado - aqui representado pelo Poder Executivo Municipal - e os atores civis porto-alegrenses, com a consequente abertura e maior permeabilidade a demandas e interferências externas do primeiro em relação ao segundo, só ocorreram anos depois.

A partir de 1989, com a eleição de Olívio Dutra, do PT e representante da Frente Popular (PT – PCB) para a prefeitura municipal, no ano anterior, a partir de voto direto, houve uma alteração nos processos de interação entre o Estado e a sociedade. Se antes esses processos eram marcados pela baixa participação popular e as políticas públicas eram determinadas e implementadas de forma autoritária, sem se verificar de forma precisa as reais demandas da população, esse quadro sofreu uma mudança, em especial, com a criação do OP.

O OP não se originou como um projeto pronto elaborado pela frente de esquerda que governava Porto Alegre à época, restando apenas sua implementação. Pelo contrário, “a criação do OP foi resultante de uma trajetória sinuosa, indeterminada (com crises e contradições

irredutíveis a soluções definitivas) [...]” (FEDOZZI, 2009, p. 45). Assim, muitos dos ideais e projetos a respeito da instituição de uma política pública e de um processo de democracia participativa mais amplo em Porto Alegre, defendidos pelo Executivo, ou não, conseguiram efetivamente ser implementados ou tiveram, por diferentes razões, que ser abortados ainda em sua formulação.

Para que o OP fosse implementado em Porto Alegre, mesmo que não totalmente da maneira idealizada pelos seus formuladores, uma conjunção de, ao menos, cinco diferentes fatores ou variáveis foi necessária. Fedozzi (2009) os pontua como sendo:

- 1) a decidida vontade política dos novos governantes para democratizar a gestão sócio-estatal;
- 2) a efetividade das decisões compartilhadas, consignando credibilidade à participação;
- 3) a eficácia na gestão político-administrativa das demandas em geral;
- 4) a governabilidade financeira para responder às demandas aprovadas e possibilitar a emergência de um ciclo virtuoso; e
- 5) a existência prévia de um tecido associativo crítico, condição fundamental que exerceu a necessária pressão “de fora para dentro do Estado”, para que **as coisas acontecessem** (FEDOZZI, 2009, p. 45, grifo nosso).

Assim, com essa junção de fatores, em agosto de 1989, foi realizado, na Câmara de Vereadores, o primeiro ciclo de assembleias dos dois previstos para aquele ano para a discussão do orçamento público de Porto Alegre. Aí se iniciava, ainda que de forma pouco estruturada e com ausência de uma maior organização, a política pública do OP. Neste primeiro ciclo, que contou com a participação de uma parcela dos vereadores do município, realizaram-se reuniões com representantes das cinco regiões na qual a cidade havia sido dividida, segundo o plano diretor. Posteriormente, após pressão dos representantes das regiões, ocorreu uma ampliação das cinco regiões até então existentes para dezesseis, divisão essa que vigorou até o ano de 2006. Em 29 de setembro do mesmo ano, o então prefeito Olívio Dutra entrega ao Poder Legislativo o primeiro projeto de lei orçamentária, que contou com a participação da população porto-alegrense em sua discussão e elaboração. Assim, tem-se origem, em Porto Alegre, o OP.

5.2 TRAJETÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

Desde a sua origem e ao longo de sua trajetória, o OP foi sofrendo diferentes modificações no seu formato e na sua operacionalização. Em meados da década de 1990, com

a consolidação do OP como uma política pública permanente em Porto Alegre, a sua forma de implementação e de estruturação no território passou a ficar mais complexa⁵.

Uma das inovações trazidas pelo OP na década de 1990 foram as assembleias temáticas. Nelas, ao invés das demandas serem debatidas em nível de comunidade, bairro ou região, elas eram discutidas através de áreas de política pública, como saúde e assistência social, educação, esporte e lazer e cultura, por exemplo. O grande interesse na criação das assembleias temáticas dava-se, em especial, por parte do Executivo Municipal, que enxergava nelas a possibilidade de uma maior democratização do OP, atraindo setores da sociedade, que a princípio, eram refratários a essa política ou participavam pouco dela, como a denominada classe média, por exemplo. Porém, diferentes grupos representantes das camadas e das comunidades mais pobres da população porto-alegrense se opuseram a esse projeto, com a argumentação de que a criação das assembleias temáticas geraria um processo de elitização do OP, com a participação de pessoas de maior grau de instrução – especialistas na área – e de maior renda, além de reduzir o seu potencial redistributivo.

As assembleias temáticas, ao longo dos anos, passaram a ser um segundo meio para a tentativa de aprovação de demandas. Demandas que, por vezes, não eram atendidas nas plenárias regionais poderiam ter sucesso na sua aprovação em assembleias temáticas. Atualmente, são realizadas seis assembleias temáticas por ano, sendo elas:

Circulação, transporte e mobilidade urbana;
Cultura;
Desenvolvimento econômico, tributação, turismo e trabalho;
Educação, esporte e lazer;
Habitação, organização da cidade, desenvolvimento urbano e ambiental;
Saúde e assistência social (PORTO ALEGRE, 2020, n.p.).

Ainda na década de 1990, o OP de Porto Alegre recebeu reconhecimento internacional e passou a ser replicado como política pública em diferentes localidades no Brasil e no mundo. Um desses reconhecimentos ocorreu em 1996, na 2ª Conferência Mundial sobre os

⁵ Um dos eventos gestados em paralelo com o OP e originário na década de 1990 foi o denominado Congresso da Cidade. O Congresso da Cidade foi criado a partir da constatação da necessidade de se avançar nos debates a respeito do desenvolvimento e construção de um projeto para o município de Porto Alegre como um todo, indo além das discussões localizadas que já ocorriam nas assembleias do OP. O Congresso da Cidade, diferentemente do OP, caracterizou-se por avaliar demandas e projetos de longo prazo. Em sua primeira edição, em 1993, buscou-se projetar um modelo de cidade para o então próximo milênio, a partir da construção de diretrizes e da Carta para o Futuro da Cidade de Porto Alegre, que continha um resumo das principais decisões tomadas no congresso (CAMPOS; SILVEIRA, 2015). Até hoje, o congresso teve cinco edições realizadas, sendo a última delas em 2011. Em todas elas, houve uma presença significativa de público e diferentes temas abordados, como meio ambiente, participação popular, mobilidade urbana, dentre outros.

Assentamentos Humanos - HABITAT II - organizada pela ONU, na cidade de Istambul, na Turquia. Nesta conferência, o OP porto-alegrense foi selecionado como [...] “uma das 40 melhores práticas de gestão urbana no mundo”. (FEDOZZI, 2009, p. 41). Na década de 1990, as práticas de OP foram ampliadas no Brasil, onde prefeituras comandadas por outros partidos também o adotaram como política (RENNÓ; SOUZA, 2012; WAMPLER, 2008).

Já em nível internacional, práticas como a do OP vêm sendo adotadas em parte das cidades mais importantes e influentes mundialmente, como no caso de Paris, na França e, mais recentemente, Boston e Nova York, nos Estados Unidos, que, conforme Kingeski (2014), ainda estavam em projeto de experimentação do programa. Na Itália, em especial na primeira década do presente século, iniciou-se uma proliferação de experiências de OP, baseadas no modelo porto-alegrense. Entre estas, destaca-se a da cidade de Modena (ALLEGRETTI; ALLULLI, 2007).

A trajetória do OP durante o governo da Frente Popular não esteve só permeada por inovações e conquistas. Ao contrário, o OP encontrou também dificuldades e limites na sua implementação. Dentre estas dificuldades, pode-se citar a baixa capacidade de execução das demandas solicitadas pela população e inclusas no plano de obras por parte da prefeitura municipal. Esse baixo volume de demandas concluídas no seu primeiro ano de implantação fez com que o OP gerasse desconfiança entre a população de Porto Alegre em relação à sua real efetividade, já que diferentes indivíduos e comunidades não obtiveram retorno das solicitações realizadas e incluídas no orçamento municipal. No ano seguinte, em 1990, a perda de legitimidade do OP perante a sociedade porto-alegrense apresentou-se bastante clara nas assembleias e plenárias regionais, que tiveram uma redução expressiva no número de participantes.

Outro problema enfrentado pelo OP em seus primeiros anos de implementação em Porto Alegre refere-se à excessiva centralização planejada e executada pela prefeitura municipal na distribuição dos recursos e investimentos entre as então dezesseis regiões existentes. No ano de 1991, a redistribuição dos recursos destinados ao OP englobava cinco aspectos: “população carente, população total, contribuição para a organização da cidade, mobilização popular e carência de infraestrutura” (CAMPOS; SILVEIRA, 2015, p. 37). Assim, com base nos critérios expostos acima, cinco regiões da cidade que concentravam a maior parcela da população carente – Cruzeiro, Leste, Lomba do Pinheiro, Norte e Partenon – recebiam cerca de 70% dos recursos do OP, enquanto as onze demais os 30% restantes.

A centralização de recursos foi reduzida no ano seguinte a partir da retirada de dois critérios – mobilização popular e contribuição para a organização da cidade, e do acréscimo de outro: prioridade da região. Isso impediu que pessoas simplesmente levassem outras às assembleias temáticas apenas com o intuito de aumentar o número de participantes para garantir mais recursos e demandas no plano de investimentos e que as regiões na área mais central recebessem maior volume de investimentos. Outra alteração relevante no OP que diminuiu a centralização dos recursos foi a distribuição destes por área temática, como saúde, educação, saneamento básico, dentre outras. Com isso, cada região passou a escolher as suas temáticas prioritárias para a execução de demandas e recebia o montante de recursos de forma proporcional.

Ao final da última gestão do PT à frente da prefeitura da Porto Alegre, no início dos anos 2000, ocorreu uma grave crise fiscal nas contas públicas municipais. Essa crise fez com que fosse realizado, por parte do Poder Executivo, um processo de ajuste fiscal, com redução de gastos e investimentos públicos. Assim como em outras áreas e políticas públicas, no OP, ocorreu uma redução dos recursos disponibilizados pela prefeitura para cada região e temática, assim como uma diminuição no volume de demandas executadas de forma completa. Com isso, gerou-se, assim como ocorrido no início da implantação da OP, na década de 1990, uma nova crise de legitimidade e apoio popular ao processo (FEDOZZI, 2009).

5.2.2 O Orçamento Participativo nas gestões Fogaça-Fortunati-Melo (2005-2016) e Marchezan (2017-2020)

A partir do ano de 2005, com a eleição de José Fogaça, do Partido Popular Socialista (PPS) e um governo mais ligado à centro-direita do espectro político, muitas dúvidas passaram a surgir sobre o futuro do OP. Até mesmo, cogitou-se que ele seria encerrado, mesmo Fogaça, em sua campanha eleitoral tendo afirmado, a respeito do OP, que “manteria o que está bom e melhoraria ou mudaria o que não está” [informação verbal]⁶. Fato concreto é que, logo no início do novo governo, o OP já passou por transformações. Uma dessas mudanças referiu-se a um novo conceito de gestão do OP, denominado Governança Solidária Local (GSL). A prefeitura de Porto Alegre define esse modelo de gestão como

Processo que promove um ambiente social de diálogo e cooperação, com alto nível de democracia e conectividade, estimulando a constituição de parcerias entre todos os setores da sociedade, através do protagonismo do cidadão gestor, ativo, empoderado

⁶ Fala de José Fogaça em sua campanha eleitoral.

e capacitado para perseguir e alcançar o desenvolvimento sustentável e governar (BUSATTO, 2005, p. 3).

Para Rennó e Souza (2012, p. 239), o modelo denominado GSL, implementado por Fogaça “[...] em linhas gerais busca criar uma cultura de solidariedade e cooperação nas comunidades locais com base na formação de parcerias”. Assim, com base nesse modelo de gestão, a prefeitura buscou, gradualmente, reduzir a atuação estatal no OP e construir um sistema concorrente à ele, em que a comunidade também atua e torna-se responsável pela condução e implementação da política, seguindo uma lógica de cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil.

Uma das características a respeito deste modelo de governança é a descentralização da implementação da política, a partir da criação dos Centros Administrativos Regionais (CARs), posteriormente denominados Centros de Relações Institucionais Participativas (CRIPs) em cada uma das dezessete regiões em que se divide o OP. A partir dos CRIPs, buscou-se aproximar mais a população dos bairros - em especial os mais periféricos - das ações desenvolvidas pela prefeitura, além de incentivar a elaboração e execução de projetos locais e territoriais. Os CRIPs também se tornaram um importante meio de comunicação entre a prefeitura e as comunidades, que viam neles um local para expor as suas demandas. Desde 2017, a responsabilidade pela gestão dos CRIPs fica a cargo da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI).

A relação de parceria e interação na execução do OP entre o Poder Estatal e a Sociedade Civil, além dos CRIPs, também se encontrou materializada a partir da criação de Comitês Gestores de Território (CGT) nas regiões do OP. Isso ocorreu via decreto municipal (PORTO ALEGRE, 2013). De acordo com o decreto, em seu artigo 1º afirmava-se que os comitês estavam ligados aos CARs (PORTO ALEGRE, 2013, art. 1º). Já em seu artigo 2º, ele coloca as finalidades dos CGT, que são:

- [...] I - planejar, articular e monitorar as ações do governo em cada uma das 17 (dezessete) regiões administrativas;
- II- zelar pela qualificação e bom atendimento dos serviços públicos ao cidadão;
- III- monitorar a execução das demandas e prioridades do Orçamento Participativo (OP);
- IV - fomentar parcerias de governança solidária local e a criação de redes de sustentabilidade territorial; e
- V - promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida e de convivência na região (PORTO ALEGRE, 2013, art. 2º).

Assim, a criação dos CGTs reforçou, ainda mais, a ideia do Executivo Municipal, de cogestão ou gestão compartilhada do OP e das regiões nos quais se dividia, em uma perspectiva mais ampla, além de permitir uma maior penetração da prefeitura nos territórios, em especial, naqueles com maior vulnerabilidade social. Mais recentemente, na década de 2000, mais precisamente no ano de 2007, o OP sofreu alteração no número de regiões que o compõem, passando de dezesseis para dezessete, a partir da criação da região denominada “Ilhas”, que anteriormente fazia parte da região um do OP, atualmente de nome Humaitá-Navegantes.

Rennó e Souza (2012) buscaram realizar uma comparação a respeito do funcionamento e efetividade do OP no município de Porto Alegre entre as gestões da denominada Frente Popular, capitaneada pelo PT, e a de José Fogaça, do PPS, atual Cidadania, e que, posteriormente, voltou ao MDB, reelegendo-se no ano de 2008. A partir de dados secundários, disponibilizados pela prefeitura municipal, os autores realizaram a comparação do OP nas duas administrações, tendo como base três dimensões: participação popular, demandas do OP concluídas e capacidade decisória dos agentes envolvidos – em inglês, *empowerment*, transparência e *accountability*⁷ das ações realizadas por parte dos entes representados e de órgãos específicos sob os seus representantes.

Como conclusões a respeito das comparações realizadas, constatou-se que:

[...] o desempenho e a efetividade do programa alterou-se nos últimos anos em diversos aspectos. Além disso, os fatos revelam que as primeiras gestões do OP obtiveram um índice melhor no que se propunham a realizar – concluindo mais obras e obtendo maior adesão popular (RENNÓ; SOUZA, 2012, p. 248).

Já sobre a terceira dimensão analisada, referente à transparência, capacidade decisória dos agentes envolvidos no processo e a prestação de contas e controle das ações realizadas por parte da população, tanto participante quanto não participante do OP, concluiu-se, no artigo, que “[...] o OP parece manter sua metodologia de divulgação dos resultados orçamentários e de prestação de contas dos gastos públicos” (RENNÓ, SOUZA, 2012, p. 248).

Os problemas encontrados no OP, ao final do último mandato da Frente Popular (2001-2004), também se encontraram presentes na primeira gestão de José Fogaça (PPS/PMDB) à frente da prefeitura municipal, entre os anos de 2005 e 2008. Em especial, manteve-se do período anterior uma queda na resolução de demandas e uma menor adesão popular à política pública do OP como um todo. Neste período, por exemplo, o número de demandas em aberto

⁷ *Accountability*, de forma genérica, pode ser traduzido como “prestação de contas, fiscalização e controle” (SPINOZA, 2012).

aumentou de 963, em 2004, para 1532, na gestão de Fogaça, embora há de se ressaltar a alteração no perfil de demanda realizada pelo OP, que teve uma ampliação significativa no volume de recursos investido pela prefeitura a partir do ano de 2005 e, assim, passou a executar um número maior de obras de grande proporção, valor e tempo para conclusão.

Ainda no período de gestão de Fogaça, o OP permaneceu enfrentando problemas de legitimidade e assimetria de informações entre os membros do OP representantes (conselheiros e delegados regionais e temáticos eleitos) e o restante da população participante do processo. Fedozzi e Martins (2015) realizaram comparação entre os anos de 2002 e 2009 no que se refere à opinião dos participantes do OP a respeito do retorno dado pelos conselheiros e delegados do OP eleitos anualmente sobre a situação das demandas solicitadas para as comunidades. A partir desta comparação, verificou-se uma redução percentual nas categorias “na maioria das vezes” e “sempre” e um conseqüente aumento nas outras duas, denominadas “poucas vezes” e “nunca”.

Fedozzi e Martins (2015) expuseram dados a respeito do conhecimento das regras do OP pela população que dele participa. A partir disso, pode-se afirmar que, em cargos de representação (conselho e delegados), a maioria do percentual de entrevistados afirma ter conhecimento da maioria das regras do OP, diferentemente dos representados (participantes das assembleias). Enquanto, no primeiro grupo, o percentual de conhecimento da maioria do regimento interno do OP no ano de 2009 chegava a 39,4% e 38,4% (conselheiros e delegados, respectivamente) para os membros das assembleias regionais e temáticas que não exercem função de representação, esse percentual era de 1,3%.

A respeito do segundo, a permissão da reeleição permanente de conselheiros a partir do ano de 2007 (FEDOZZI; FURTADO; RANGEL, 2018) permitiu o aprofundamento desse processo, iniciado ainda no governo da Frente Popular. Fedozzi e Martins (2015 apud CIDADE, 2007) apontaram que, nos últimos anos do período entre 2004 e 2008, o percentual de renovação do Conselho do Orçamento Participativo (COP) vem sofrendo uma queda, chegando, no último ano do período mencionado, a estar em 34%. Ou seja, no ano de 2008 mais da metade dos conselheiros do OP eram membros reeleitos.

Em 2017, assume a prefeitura de Porto Alegre um novo grupo político, composto por partidos à direita no espectro ideológico. Essa nova gestão foi liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representado pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Em 2018, a prefeitura de Porto Alegre, de forma pioneira no Brasil e em sintonia com as novas ferramentas tecnológicas existentes, criou o OP digital, uma plataforma eletrônica de participação no OP. A partir disso, além de poder estar presente de forma presencial nas

assembleias regionais e temáticas, o indivíduo também tem a possibilidade de acompanhá-las em formato virtual. Com isso, busca-se inserir um maior público entre os membros das assembleias e discussões anuais do OP, já que diversas pessoas, seja pela distância do local da assembleia, seja pelo horário em que esta é realizada, dentre outros motivos, não conseguem acompanhar presencialmente. Cabe destacar, também, que o OP digital é uma ferramenta de *Software* livre, ou seja, sua estrutura operacional básica pode ser utilizada por diferentes cidades ao redor do mundo que possuem uma política pública como o OP ou semelhante.

Nos últimos anos, apesar da busca da adequação do OP às novas ferramentas tecnológicas, este vem encontrando limites e retrocessos, o que pode ser demonstrado a partir da decisão, por parte do governo municipal, juntamente com o COP, pela não realização das assembleias regionais e temáticas no ano de 2017, fato que ocorreu pela primeira vez desde a sua criação. Na subseção a seguir, se passará a abordar o OP em relação à sua estrutura, organização e funcionamento atuais.

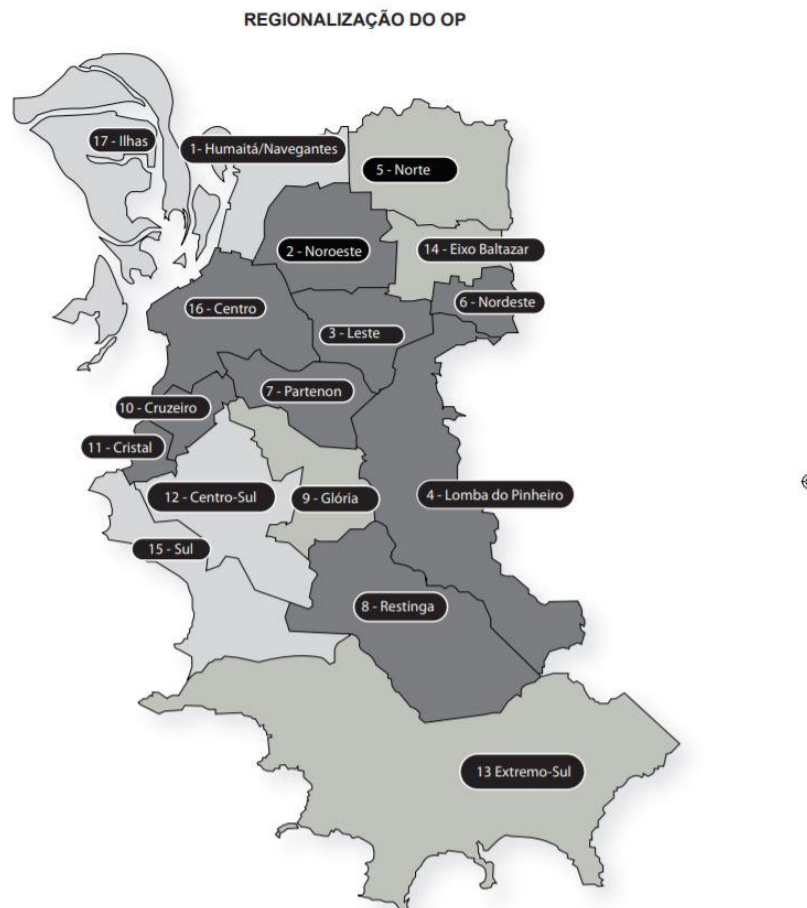
5.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO ATUAIS

O OP em Porto Alegre passou, ao longo dos seus trinta anos de implementação, por diferentes alterações a respeito da sua estrutura, organização e funcionamento. Nesse período, importantes mudanças ocorreram em aspectos como a divisão regional e critérios para a redistribuição de recursos, por exemplo. Também ocorreu a criação de diferentes instâncias de participação dentro do OP por si só, como as assembleias temáticas, o COP, e de eventos de discussão de projetos para a cidade paralelos a ele, como o Congresso da Cidade.

O OP é um processo de caráter anual e consiste na consulta popular a respeito da destinação de recursos públicos alocados pelo Poder Executivo municipal para a realização de melhorias no município de Porto Alegre. Cada região, no ano anterior ao do orçamento em questão, reúne-se em assembleia e escolhe quatro áreas de política pública (saúde, educação, habitação, assistência social, dentre outras) para serem as consideradas “prioritárias”, aquelas que devem receber mais recursos e mais atenção por parte da prefeitura. Para além das assembleias regionais, há também, anualmente, as assembleias temáticas, as quais, assim como as primeiras, seleciona demandas a serem executadas pela prefeitura. Entretanto, diferentemente das assembleias regionais, que selecionam demandas de diferentes áreas e localizadas geograficamente, nas temáticas, debate-se pautas em um plano mais geral da cidade, mas focalizadas em determinada área de política pública.

A cada ano, são realizadas, ao todo, 23 assembleias do OP, sendo dezessete regionais e seis temáticas. As dezessete regionais correspondem ao número de regiões em que se divide o OP, sendo elas: Humaitá-Navegantes, Noroeste, Leste, Lomba do Pinheiro, Norte, Nordeste, Partenon, Restinga, Glória, Cruzeiro, Cristal, Centro-Sul, Extremo Sul, Eixo Baltazar, Sul, Centro e Ilhas. Já as seis temáticas correspondem a diferentes áreas de política pública. São elas: Educação, Esporte e Lazer, Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana, Habitação, Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Desenvolvimento Econômico Tributação, Turismo e Trabalho, Cultura e Saúde e Assistência Social. Abaixo, segue o mapa com a divisão regional do OP:

Figura 2 – Mapa com a divisão territorial das regiões que compõem o OP em Porto Alegre



Fonte: *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

O OP em Porto Alegre é composto por diferentes etapas, cada uma com determinadas características, datas e prazos. Assim, tem-se o denominado “Ciclo do OP”, que relata, fase por fase, a síntese do funcionamento e operacionalização do OP porto-alegrense. Cada uma das

etapas do ciclo é igualmente importante, já que, por ser um processo, de certa forma, contínuo e retroalimentador, sem a correta e adequada realização de uma das etapas, as seguintes ficam comprometidas. Anualmente, a prefeitura municipal divulga em seus veículos oficiais e, posteriormente, no plano de investimentos e serviços as etapas do ciclo do OP, assim como as datas e prazos para a realização de cada etapa. O ciclo do OP sofreu modificações com o passar dos anos, tanto para se adequar às reivindicações da sociedade e dos seus participantes quanto por questões legislativas. Dessa forma, para explicar e seguir as etapas do ciclo, se tomará como base o último realizado durante o período pelo qual se estende a presente pesquisa, no caso o ano de 2016.

Na figura abaixo, tem-se o ciclo do OP para o período 2016/2017. Como pode-se observar, a sua duração é de exatamente um ano, iniciando em fevereiro, com o detalhamento do plano de investimentos e serviços e encerrando em janeiro do ano seguinte, com a análise das demandas e a capacitação dos conselheiros eleitos. A partir do ano de 2013, com a alteração realizada no calendário, o ciclo do OP tem sido semelhante ao apresentado a seguir:

Figura 3 – Representação do Ciclo do Orçamento Participativo para o período 2016/2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

O Ciclo do OP tem seu início em meados de fevereiro, com o lançamento e o detalhamento, por parte da administração municipal, do Plano de Investimentos e Serviços (PI). O PI é um documento elaborado anualmente pela prefeitura, no qual consta, de forma detalhada, as despesas já previstas para o ano orçamentário seguinte pela administração direta e indireta, a partir de programas, projetos, atividades e serviços, além dos valores totais de despesa corrente e de capital de cada secretaria, fundação e departamento.

Nessa etapa de lançamento do plano - que inicia em fevereiro e estende-se até abril - ocorrem duas ações importantes, sendo uma delas a finalização da distribuição dos recursos para cada região e temática do OP e a apresentação e votação do PI, a partir de sua viabilidade técnica e financeira nos diferentes fóruns regionais e temáticos. Esses fóruns ocorrem como uma etapa prévia às assembleias regionais e temáticas e define se os projetos, programas e ações inseridos pela prefeitura no PI são possíveis de serem realizados com os recursos materiais,

humanos, temporais e financeiros que a administração municipal possui à sua disposição. No mesmo período em que ocorre a discussão do PI nos fóruns regionais e temáticos, neles, discute-se também possíveis alterações no regimento interno do OP. Caso surjam propostas de modificações regimentais, estas são votadas pelos conselheiros eleitos do OP.

Entre os meses de abril e junho, realiza-se a etapa seguinte do ciclo do OP, que são as denominadas “reuniões preparatórias”. Essas reuniões ocorrem com a participação tanto do governo municipal quanto da Sociedade Civil e, nelas, a prefeitura apresenta, de forma pública, a prestação de contas do ano orçamentário anterior e o PI para o ano seguinte. Também nestas reuniões, as secretarias municipais e autarquias que as acompanham tiram dúvidas a respeito do OP e esclarecem aos participantes a respeito dos critérios adotados para a execução de demandas e distribuição dos recursos entre as regiões e temáticas.

Nos meses de julho e agosto acontecem as assembleias regionais e temáticas⁸. Nessa fase do OP, cada região ou temática (23 no total, sendo dezessete regiões e seis temáticas) realiza uma rodada de discussão para eleger as demandas a serem incluídas no orçamento do ano seguinte. Nas assembleias regionais e temáticas também são eleitos os conselheiros do OP e definido o número de pessoas que irá representar cada região no fórum de delegados.

A respeito do COP, este possui como atribuições revisar e alterar, se necessário, o regimento interno do OP, além de verificar o orçamento anual previsto pela prefeitura. Cada região ou temática elege em assembleia seis membros, sendo dois deles indicados pela União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) e quatro pela prefeitura.

O COP é a principal instituição participativa. Nele, os cidadãos eleitos tomam conhecimento das finanças municipais, discutem e estabelecem os critérios gerais para a distribuição dos recursos e defendem as prioridades das regiões e dos temas (SANTOS, 2002 apud FONSECA, 2010, p.127).

Nos meses de agosto, setembro e outubro, cada região e temática do OP realiza a eleição de seus delegados, na proporção de um delegado eleito para cada dez participantes da assembleia. Assim, quanto mais indivíduos presentes nas plenárias regionais e temáticas, maior o número de delegados a serem eleitos. Os delegados, após serem escolhidos em votação, passam a ser os representantes diretos da população que os elegeu, tendo entre suas atribuições a de participar do fórum de delegados, uma instância de participação do OP que reúne o conjunto dos delegados regionais ou temáticos eleitos. Ao longo do ano, o referido fórum

⁸ No ano de 2016, as assembleias regionais e temáticas ocorreram nos meses de novembro e dezembro, devido às eleições municipais.

realiza reuniões periódicas para debater questões relacionadas às demandas selecionadas por cada região ou temática e inclusa no plano de investimentos e serviços além de outros assuntos pertinentes.

Também nesse período é realizado o processo de hierarquização de demandas. A partir das demandas selecionadas em assembleia, as quais se inserem dentro de áreas de política pública (regiões) ou eixos (temáticas), as regiões e temáticas do OP definem quais delas devem ser categorizadas como prioritárias. Cada uma das dezessete regiões pode escolher até quatro áreas de política pública como prioritárias e hierarquizá-las da mais prioritária (1ª) até a menos (4ª). O mesmo ocorre nas seis temáticas, só que, nelas, ao invés de áreas de política pública, o que são hierarquizados são os denominados eixos temáticos. A escolha de áreas ou setores como prioritários indica que estes poderão receber um maior número de demandas no OP em relação aos demais. Cada região pode apresentar até quinze demandas de obras e serviços relacionadas com as quatro áreas prioritárias e mais cinco relativas aos demais. Já as assembleias temáticas podem selecionar até vinte demandas, sendo quinze relativas ao eixo colocado como prioritário e outras cinco para os demais. Além disso, até o final do mês de setembro o COP possui como prazo para avaliar e aprovar, a partir de votação, a Lei Orçamentária Anual (LOA), executada e entregue pelo Poder Executivo Municipal. Cabe ressaltar, também, que esta mesma lei, para entrar em vigor, deve ser aprovada em votação no plenário da câmara de vereadores.

No mês de novembro, como etapa posterior do ciclo, realiza-se, anualmente, a assembleia municipal, que dá posse aos conselheiros eleitos em cada região e temática em que se divide o OP. Nesta mesma assembleia, também é entregue e apresentado pelas regiões e temáticas a representantes do Executivo Municipal o resultado final do processo de hierarquização das demandas discutido e realizado nos meses anteriores.

Por fim, como etapa final do ciclo do OP, no período do ano entre os meses de novembro e dezembro, tem-se a análise por parte de órgãos da prefeitura das demandas entregues pelas regiões e temáticas em assembleia. Nessa análise, observam-se a viabilidade técnica e orçamentária para a execução de cada uma delas. Também nessa época ocorre o processo de capacitação e preparação dos conselheiros eleitos nas assembleias do OP, delegados eleitos em cada região e temática, além dos servidores do governo. Com a realização desse processo de capacitação prévio, busca-se que todos os representantes da sociedade na política do OP tenham conhecimento a respeito das suas regras – regimento interno e da sua dinâmica de funcionamento, como os prazos e o calendário que o organizam em Porto Alegre.

6 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

O presente trabalho possui como objetivo principal avaliar o grau e a presença de redistributivismo no OP de Porto Alegre no âmbito de suas regiões no período equivalente aos anos de 2006 a 2017. Assim, como problema de pesquisa, tem-se a seguinte pergunta: O OP de Porto Alegre no período entre 2006 e 2017, a partir da análise das demandas regionais que foram executadas pela PMPA e dos recursos orçados para essas demandas pode ser considerado uma política redistributiva?

A hipótese principal do trabalho é a de que, no período de tempo analisado, o OP apresenta uma característica distributiva medida pelo número de demandas concluídas e de recursos orçados para essas demandas por região pela Administração Municipal. Assim, apesar de algumas mudanças na dinâmica do funcionamento do OP ocorridas ao longo do tempo, a sua metodologia para a distribuição dos recursos entre as regiões, como maiores recursos para as regiões com maior vulnerabilidade social, asseguraria o OP como uma política pública redistributiva no período analisado (2006-2017). A partir disso, poder-se-ia afirmar-se que regiões com indicadores sociais inferiores – medidos pelo IDHM – teriam um percentual maior de demandas e um maior volume de recursos orçados nelas pela Prefeitura Municipal anualmente.

O estudo caracteriza-se por ser de caráter quantitativo e baseia-se na aplicação de correlações entre diferentes variáveis. Apesar de ainda ser pouco utilizado na área de ciências humanas em comparação com o método qualitativo e até ser, de certa forma, ignorado por muitos estudiosos da área (CANO, 2012), o método quantitativo vem ganhando espaço e tem se mostrado bastante útil em desenhos e formatos de pesquisa cujo objetivo principal seja o de se obter conclusões mais generalizáveis a respeito de determinado assunto.

A unidade de análise da pesquisa são as dezessete regiões em que se divide a cidade de Porto Alegre, conforme a metodologia do OP, estando elas aqui dispostas na ordem em que encontram-se numeradas: Humaitá-Navegantes, Noroeste, Leste, Lomba do Pinheiro, Norte, Nordeste, Partenon, Restinga, Glória, Cruzeiro, Cristal, Centro-Sul, Extremo Sul, Eixo Baltazar, Sul, Centro e Ilhas.

A pesquisa engloba os anos de 2006 a 2017. Esse recorte temporal foi escolhido por ser o período no qual não há pesquisas sobre o redistributivismo do OP e também porque corresponde a uma mudança na gestão política na Prefeitura Municipal. Durante este período, o Poder Executivo de Porto Alegre foi governado por uma coalizão de partidos que não

estiveram ligados à origem do OP, mas que mantiveram o seu funcionamento como um processo de escolha de demandas das regiões da cidade.

Os dados utilizados na pesquisa são secundários, sendo extraídos de fontes como o Observatório de Dados do Município de Porto Alegre (OBSERVAPOA) no caso do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal ou IDHM (2000 e 2010). Os demais dados foram retirados a partir da PMPA, nos PIs (recursos orçados nas demandas concluídas e número de demandas solicitadas por região) e no sítio do OP, em seção denominada “acompanhamento de obras e serviços” (número total de demandas concluídas por região). Após a coleta dos dados secundários, estes foram sistematizados e agrupados em planilhas no programa de computador *Microsoft Excel*, com o intuito de facilitar a sua organização para uso posterior.

Sobre as considerações éticas a respeito deste trabalho, este utilizou como fonte de pesquisa apenas dados secundários e de domínio público, conforme já mencionado no parágrafo anterior. Deste modo, a pesquisa realizada não necessitou ser encaminhada e posteriormente aprovada por um comitê de ética específico.

Para verificar o redistributivismo no OP de Porto Alegre, em nível regional, realizou-se, a partir dos dados encontrados, correlações estatísticas entre as variáveis: IDHM, tida como independente, e percentual de demandas concluídas por região e recursos orçados das demandas concluídas em cada um dos anos analisados (2006 – 2017) como as dependentes. Por questão metodológica – a variável dependente não pode preceder a independente no tempo – nas correlações que se referiam ao percentual de demandas concluídas entre os anos 2005 a 2010 utilizou-se o dado referente ao IDHM do ano 2000. Já de 2011 em diante, usou-se o IDHM referente ao ano de 2010.

Em relação às variáveis usadas no estudo, o IDHM foi escolhido como a independente a ser correlacionada a partir do critério de que ele é um importante indicador social, além de incluir a dimensão renda entre as três que compõem o índice – as demais são educação e longevidade - o que torna-se um fator relevante para se avaliar o redistributivismo regional.

A respeito da variável percentual anual de demandas concluídas por região do OP, as demandas com *status* que não corresponderam ao de “concluída” até junho de 2020 - mês de referência dos dados desta variável - não fizeram parte do somatório. Isso ocorreu pela razão de que, na presente pesquisa, buscou-se trabalhar apenas com as demandas concluídas. Já no cálculo do percentual anual de demandas concluídas, foi excluído do número total de demandas solicitadas aquelas que possuíam na base de dados da prefeitura pesquisada o *status* de “não encontrada”. Assim, o cálculo foi realizado apenas com as demandas que possuíam informação.

O cálculo do percentual de demandas concluídas foi executado pelo próprio autor, sendo este calculado a partir da seguinte divisão:

$$\text{Percentual (\%)} \text{ de demandas concluídas} = \frac{\text{Total de demandas concluídas no ano}}{\text{Total de demandas solicitadas no ano}} \times 100$$

Além da variável percentual de demandas concluídas por região, os recursos orçados por região nas demandas concluídas também foram objeto de análise. Esta última teve os seus valores corrigidos adicionando a inflação decorrente, a partir do uso do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)⁹. O mês de junho de 2020 foi utilizado como o de referência para o cálculo. Também sobre esta mesma variável, coloca-se que o somatório do total dos recursos disponibilizados ocorreu a partir da soma dos valores orçados para cada demanda que posteriormente veio a ser concluída.

Na apresentação das correlações e gráficos entre as variáveis IDHM e Percentual de demandas concluídas por região e IDHM e total de recursos orçados por região, escolheram-se para exposição na seção resultados e discussão os anos de 2006, 2011 e 2017. Estes três anos foram escolhidos por representarem o primeiro e o último ano do espaço temporal analisado, posterior ao período em que o PT esteve na gestão da PMPA, além do primeiro ano de Fortunati no cargo de prefeito (2011)¹⁰. Entendeu-se ser pertinente escolher o ano de 2011 porque a gestão do prefeito Fortunati, embora fazendo parte da mesma coligação partidária que passou a governar Porto Alegre desde 2005 (PPS/PMDB, PDT, PTB e outros), representou a chegada de outro partido ao principal cargo do Executivo Municipal – no caso, o PDT, sendo que a vice-prefeitura foi ocupada pelo PMDB, representado por Sebastião Melo.

Para avaliar o resultado das correlações, utilizou-se o coeficiente r de Pearson, cujo valor varia de -1 a 1. Para a realização da classificação das correlações neste trabalho, se utilizará a categorização utilizada por Barros e Reis (2003). Sendo assim, valores extremos (-1 e 1)

⁹ Escolheu-se realizar o acréscimo da inflação a partir do IGP-DI porque este índice calcula a variação de preço de matérias-primas e materiais de construção categorias de produtos comumente utilizadas na execução das demandas do OP e tem em sua base de cálculo o Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

¹⁰ Fortunati assume como prefeito de Porto Alegre em substituição a José Fogaça no ano de 2010, mas para efeitos da análise da política do OP considera-se sempre o ano posterior, no caso, o de 2011.

indicam correlações negativas e positivas perfeitas, respectivamente. Já valores entre - 0,70 e - 0,99 e 0,70 e 0,99 apontam para correlações consideradas muito fortes negativas e positivas, respectivamente. As correlações e seus gráficos foram executados através do uso de um *software* estatístico, denominado *Statistical Package for the Social Sciences*, ou acrônimo SPSS.

Com o objetivo de melhor avaliar o potencial redistributivismo do OP em Porto Alegre, as dezessete regiões que o compõem também foram separadas em dois grupos, sendo um deles composto pelas oito regiões de melhor IDHM médio (2000 e 2010) e o outro pelas nove regiões restantes, que passaram a compor o grupo daquelas de pior IDHM médio. A divisão das regiões nestes dois blocos deu-se a partir do cálculo da média aritmética simples do IDHM nos anos de 2000 e 2010. As oito regiões com a média do IDHM mais alta compuseram um bloco e as nove demais o outro.

O presente trabalho encontrou uma série de dificuldades e limitações. Uma delas encontra-se na ausência de dados a respeito do estágio de execução de determinadas demandas das comunidades do OP. Para deixar o cálculo mais objetivo e evitar uma subestimação dos resultados, optou-se por excluir as demandas cujo *status* atual de execução não constava no sistema de busca da prefeitura municipal. Com base nesse critério, foram analisadas um total de 2387 demandas.

Já com respeito à variável recursos financeiros anuais disponibilizados pela PMPA, para cada região do OP, verificou-se, além da ausência do *status* de uma série de demandas, também outra referente ao cálculo do total de recursos disponibilizados para cada região do OP. Nos cálculos executados neste trabalho, utilizou-se o valor orçado para a demanda, valor este que não é considerado o ideal, já que é apenas uma estimativa do custo total da demanda, não refletindo, assim, o quanto foi gasto com ela. A seção a seguir apresentará os resultados obtidos na pesquisa, além de uma breve discussão a respeito deles e das contribuições que este trabalho pode originar, visando pesquisas a serem realizadas futuramente sobre o tema.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM X PERCENTUAL DE DEMANDAS CONCLUÍDAS POR REGIÃO (2006-2017)

Ao realizar as associações entre as variáveis IDHM e percentual de demandas concluídas por região, verificou-se que, entre o período de 2006 e 2017, as correlações, em sua maioria, resultaram negativas, ou seja, quanto maior e melhor o IDHM da região, menor o percentual de demandas concluídas. O resultado obtido através das correlações corrobora, ainda que de forma parcial, a hipótese principal deste trabalho, que afirma que o OP em Porto Alegre tem apresentado um potencial redistributivo nos anos analisados, levando-se em consideração a associação entre as duas variáveis mencionadas acima. Porém, cabe destacar que as correlações no período analisado em grande parte apresentaram um coeficiente de Pearson (r) com valores que variaram entre - 0,30 e - 0,484, o que indica correlações negativas moderadas, conforme classificação de Barros e Reis (2003). No primeiro ano analisado, o de 2006, a correlação entre as duas variáveis analisadas apresentou-se como sendo negativa ínfima, com o valor de r sendo igual a -0,021. Já no ano de 2011, o primeiro de José Fortunati como prefeito de Porto Alegre, a correlação entre as duas variáveis apresentou valor de r igual a - 0,424, o que resulta em uma correlação negativa moderada. O último ano do período analisado (2017) apresentou uma correlação negativa ínfima, assim como o primeiro.

Após atingir as correlações negativas mais fortes entre os anos de 2008 a 2011, a relação entre as duas variáveis nesta seção analisadas voltou a enfraquecer, chegando ao valor de -0,081 no ano de 2017 e, inclusive, a valores positivos em 2012 e 2016, o que pode indicar uma redução do viés redistributivista do OP sob o ponto de vista da correlação entre as duas variáveis mencionadas anteriormente. Abaixo, seguem os principais resultados encontrados nas correlações dos anos de 2006, 2011 e 2017 (para os demais, ver apêndice). O nível de significância (Sig.) presente nos quadros não se aplica, já que o trabalho incorpora na análise o todo da população (no caso, as dezessete regiões do OP).

Tabela 1 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2006

		IDHM2000	Percentual de demandas concluídas 2006
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,021
	Sig. (2 extremidades)		,937
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2006	Correlação de Pearson	-,021	1
	Sig. (2 extremidades)	,937	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 2 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2011

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2011
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,424
	Sig. (2 extremidades)		,090
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2011	Correlação de Pearson	-,424	1
	Sig. (2 extremidades)	,090	
	N	17	17

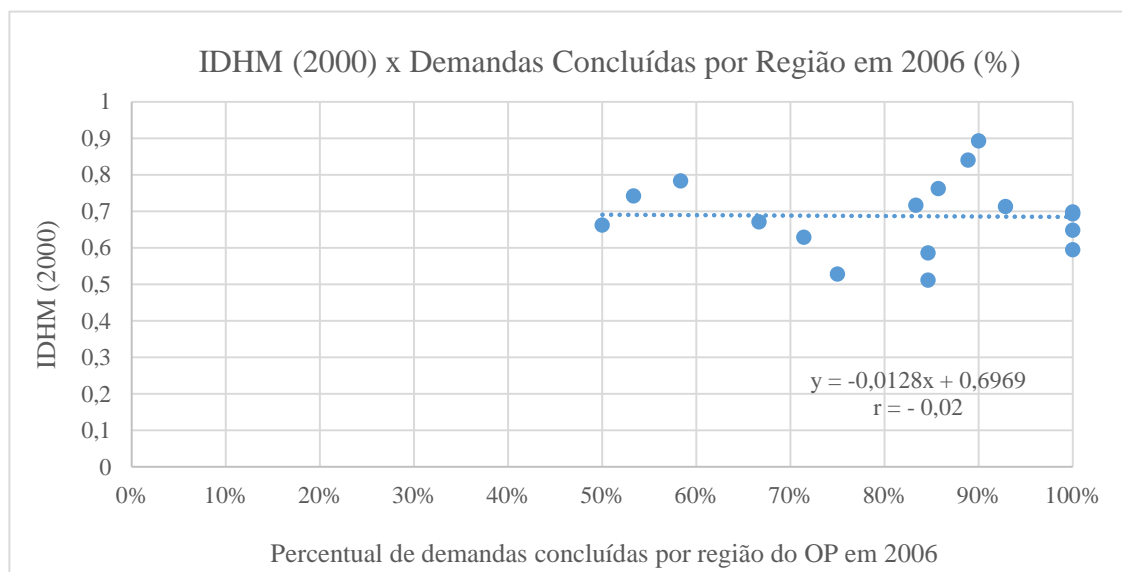
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 3 - Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2017

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2017
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,081
	Sig. (2 extremidades)		,756
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2017	Correlação de Pearson	-,081	1
	Sig. (2 extremidades)	,756	
	N	17	17

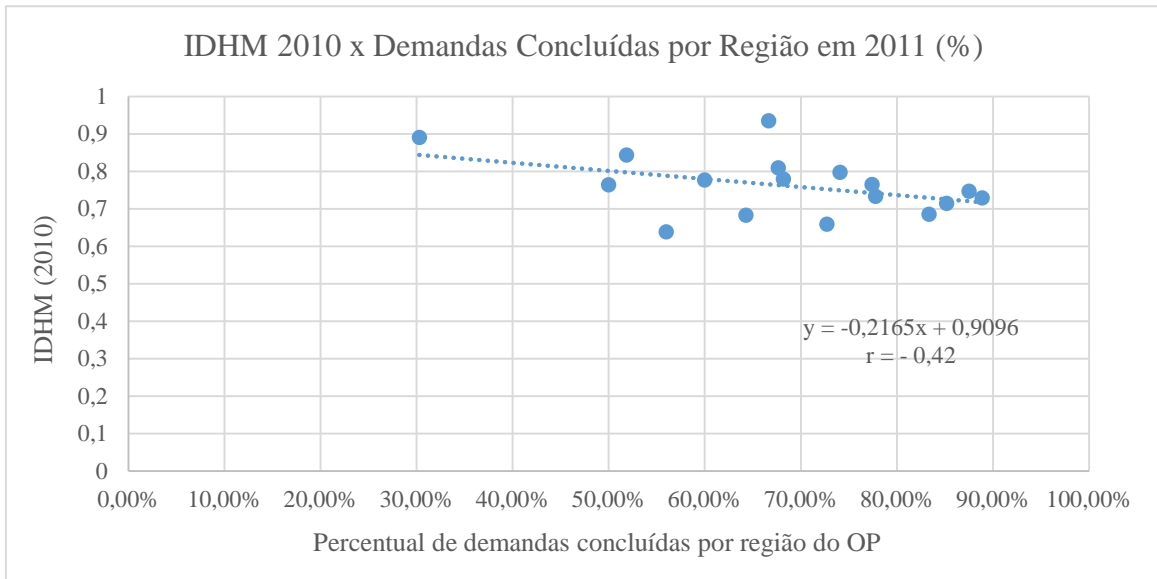
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Gráfico 1 – Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2006



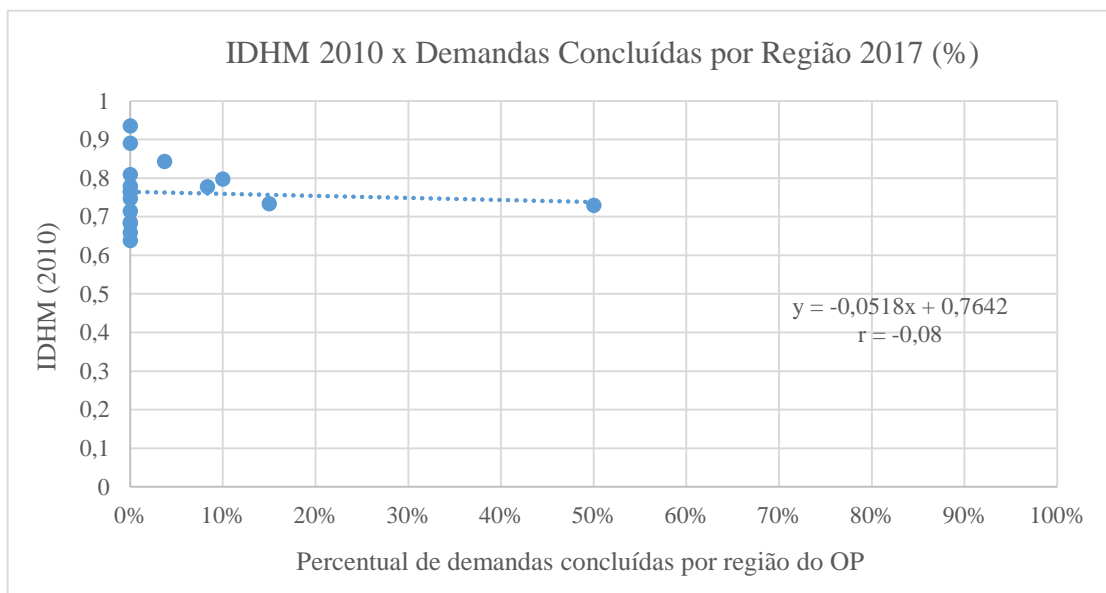
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2011



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 3 – Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2017

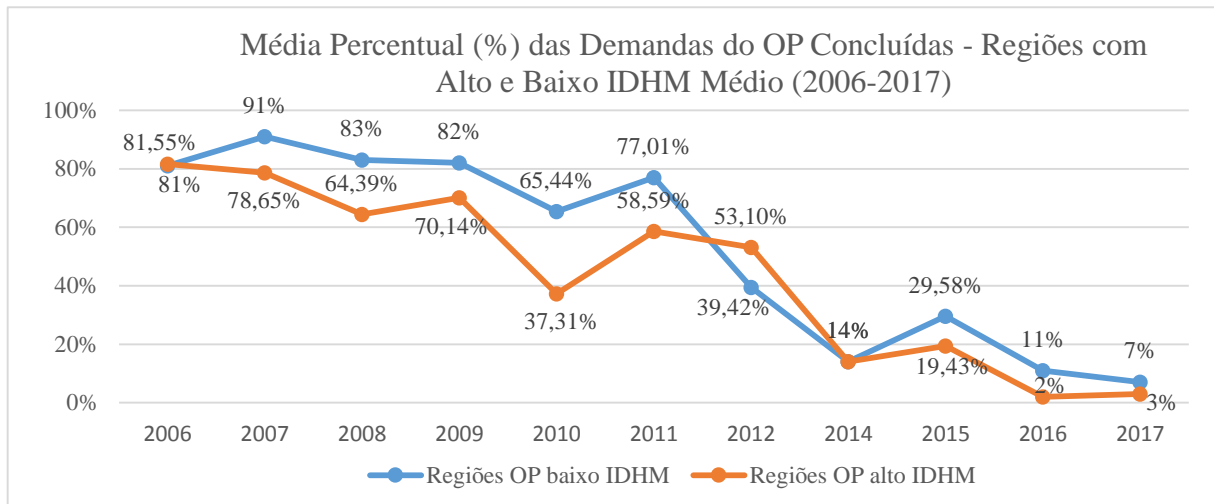


Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Ainda na relação entre IDHM e percentual de demandas concluídas, o gráfico abaixo mostra a média percentual anual das demandas do OP concluídas nas regiões com alto e com

baixo IDHM médio. Para a execução do cálculo da média aritmética, somou-se o percentual de demandas concluídas das regiões de baixo e alto IDHM em cada um dos anos e dividiu-se pelo total de regiões que compõem cada um dos dois grupos (oito no grupo alto IDHM e nove no grupo baixo IDHM). Abaixo, segue-se gráfico com os resultados.

Gráfico 4 – Médias percentuais (%) das demandas do OP concluídas agrupadas em grupos de regiões com alto e baixo IDHM médio entre os anos de 2006 a 2017



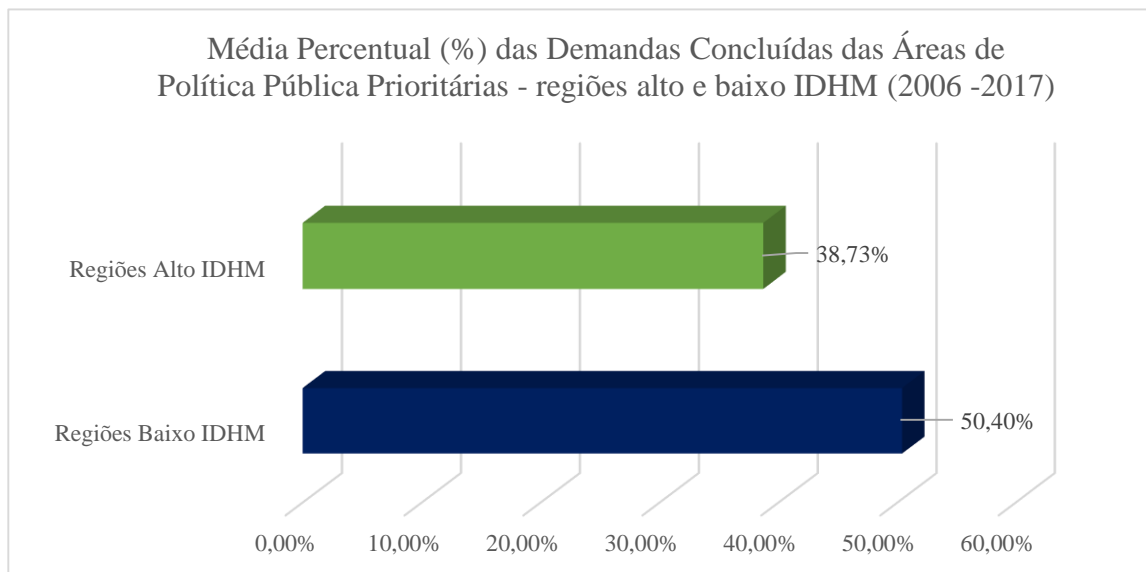
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no gráfico, pode-se observar que, na maioria dos anos analisados neste trabalho – as exceções são os anos de 2012 e 2014 –, as regiões do OP com IDHM mais baixo obtiveram um maior percentual médio anual de demandas concluídas, reforçando, assim, um potencial redistributivista no OP de Porto Alegre no período estudado e também a hipótese principal deste trabalho. A partir do gráfico, nota-se, também, uma queda na média percentual anual de demandas concluídas para os dois grupos, o que pode ser explicado pelo contexto de crise financeira da PMPA e de diminuição geral e gradativa da execução das demandas do OP no período analisado.

Ainda verificando a associação entre IDHM e demandas, calculou-se a média percentual das demandas concluídas das áreas de política pública consideradas prioritárias para as regiões do OP com IDHM médio mais baixo e com IDHM médio mais alto. As áreas de política pública do OP são temáticas, como saúde, educação, assistência social, cultura, dentre outras. As prioritárias dentre elas são escolhidas em assembleia regional anual. Ao todo, cada região pode escolher até quatro áreas como prioridade, para as quais se têm interesse que sejam realizadas mais demandas e que sejam destinados mais recursos dentro do disponível para a localidade.

Elas são ordenadas de 1 a 4, de forma que a escolhida como a área número 1 é a que receberá uma proporção de recursos maior e possuirá uma probabilidade de execução maior que as demais áreas. Para a realização deste cálculo, foi pesquisado, em cada plano de investimento anual do OP, as quatro áreas que cada região considerou como prioridade entre os anos de 2006 a 2017. Posteriormente, somou-se o número de demandas concluídas delas e dividiu-se pelo total de demandas solicitadas em cada região. Após, passaram-se os valores encontrados nas regiões para percentual e, a partir destes, executou-se o cálculo da média aritmética de cada um dos dois grupos (grupo alto IDHM médio com 8 regiões e grupo baixo IDHM médio com 9). O resultado encontra-se no gráfico a seguir (as quatro áreas prioritárias escolhidas por cada região do OP encontram-se no apêndice).

Gráfico 5 – Média (%) das demandas concluídas das áreas de política pública consideradas como prioritárias nas assembleias regionais do OP de 2006 a 2017 – regiões alto e baixo IDHM



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Conforme apresentado no gráfico, verifica-se que as regiões com IDHM médio mais baixo possuíram uma média percentual de demandas prioritárias concluídas mais elevada.

7.2 RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM E RECURSOS ORÇADOS (2006-2017)

O cruzamento entre as variáveis IDHM e recursos orçados nas demandas concluídas resultou em correlações negativas, exceto nos anos de 2006 e 2017, os quais são o primeiro e o último ano da série temporal analisada. Assim, à medida que o IDHM fica mais elevado, há um

decréscimo no valor dos recursos orçados nas demandas concluídas. A associação entre as duas variáveis mencionadas anteriormente corrobora em parte a hipótese principal do trabalho, a qual induz que o OP de Porto Alegre, no período analisado, apresentou um potencial redistributivo no âmbito regional.

Porém, como no primeiro modelo, as correlações negativas apresentam-se como moderadas até ínfimas, com valores que variaram entre - 0,03 (2012) a - 0,484 (2010). Os dois anos que apresentaram correlações positivas obtiveram valores de r iguais a 0,14 (2006) e 0,07 (2017), o que indica correlações positivas, moderada e ínfima, respectivamente. Os resultados encontrados nas correlações dos anos de 2006, 2011 e 2017 encontram-se abaixo (para os demais, ver apêndice).

Tabela 4 – Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2006

		Correlações	
		IDHM2000	Recursosorçado sconcluídos200 6
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	,136
	Sig. (2 extremidades)		,603
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos 2006	Correlação de Pearson	,136	1
	Sig. (2 extremidades)	,603	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 5 – Resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2011

		IDHM2010	Recursosorçados concluídos2011
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,234
	Sig. (2 extremidades)		,366
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos20 11	Correlação de Pearson	-,234	1
	Sig. (2 extremidades)	,366	
	N	17	17

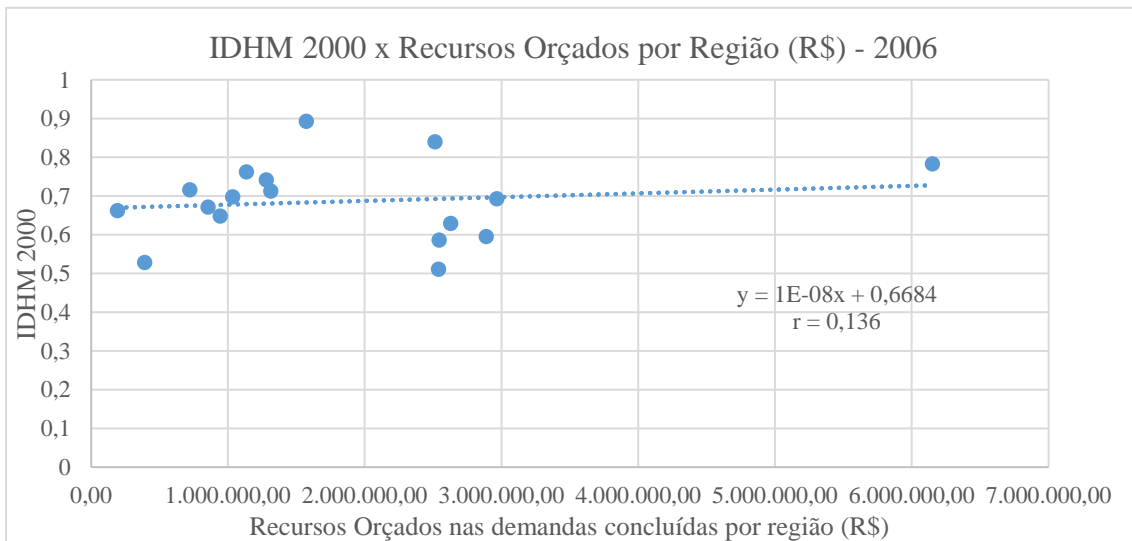
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor

Tabela 6 – resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2017

		IDHM2010	Recursosorçados concluídos2017
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	,069
	Sig. (2 extremidades)		,792
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos20 17	Correlação de Pearson	,069	1
	Sig. (2 extremidades)	,792	
	N	17	17

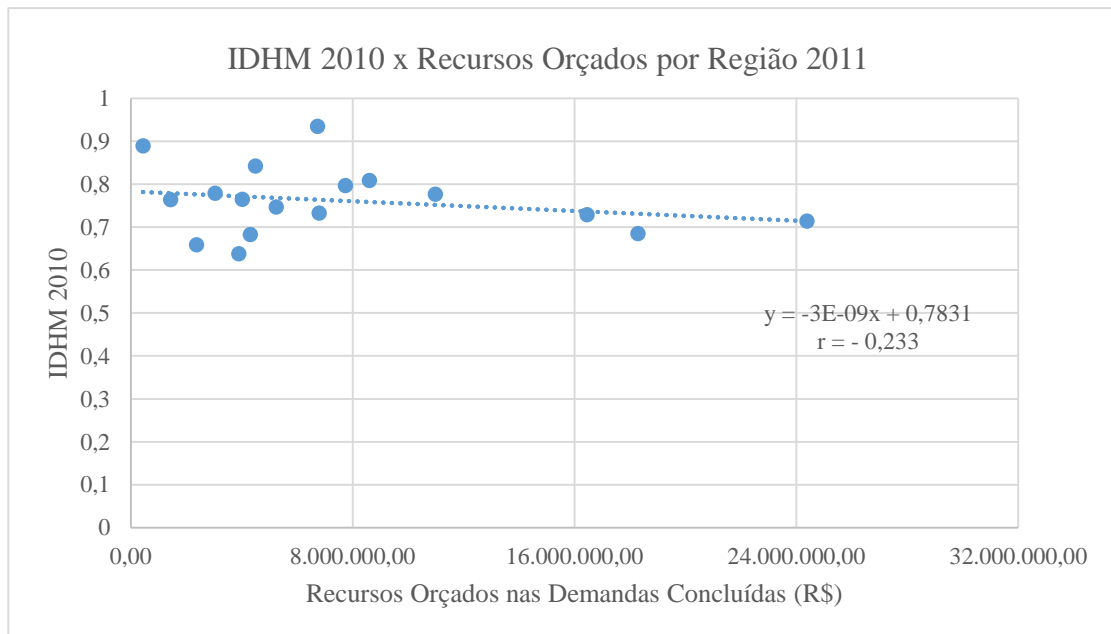
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Gráfico 6 – Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2006 (em R\$)



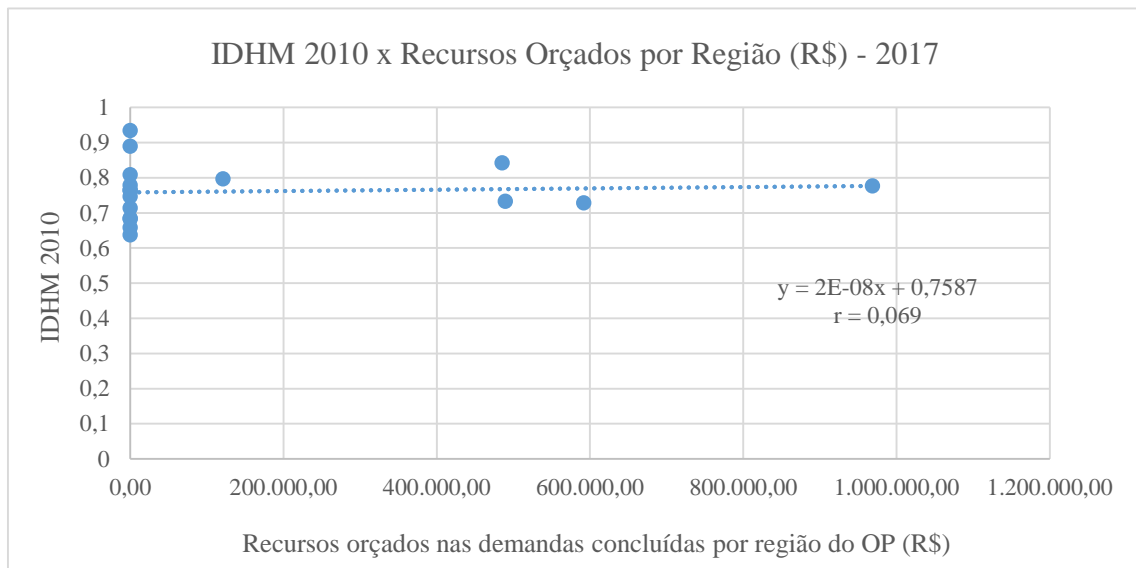
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 7 – Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2011 (em R\$)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2017 (em R\$)



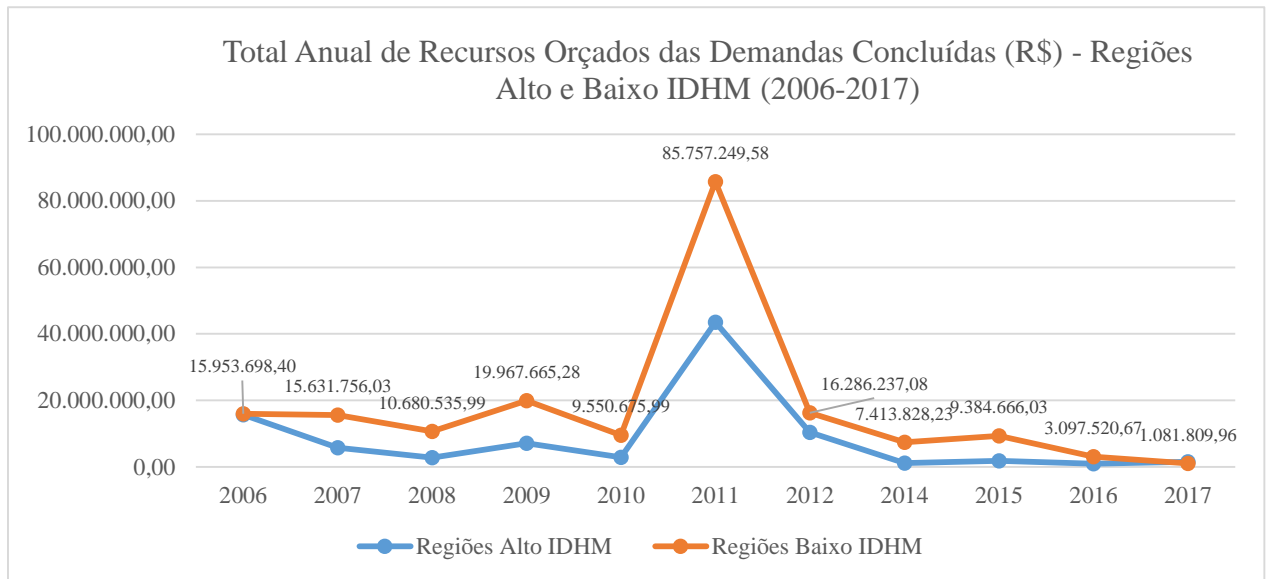
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Além dos resultados apresentados acima, para verificar o redistributivismo no OP de Porto Alegre, foi produzido um gráfico comparativo, que apresenta a variação no valor dos recursos orçados nos PIs do OP entre o período de 2006 e 2017 para as demandas concluídas entre as regiões com IDHM mais alto e mais baixo.

A partir deste gráfico, pode constatar-se que, em todos os anos analisados – com exceção de 2017 –, o grupo de regiões que possuem um IDHM mais baixo foi o que teve uma maior quantidade de recursos orçados, o que pode indicar um grau de redistributivismo no OP. Ainda a respeito do gráfico, cabe destacar o ano de 2011, que demonstrou uma alta considerável no volume de recursos orçados. Isso pode ser explicado porque, neste ano, o OP realizou o resgate de demandas de PIs anteriores para execução.

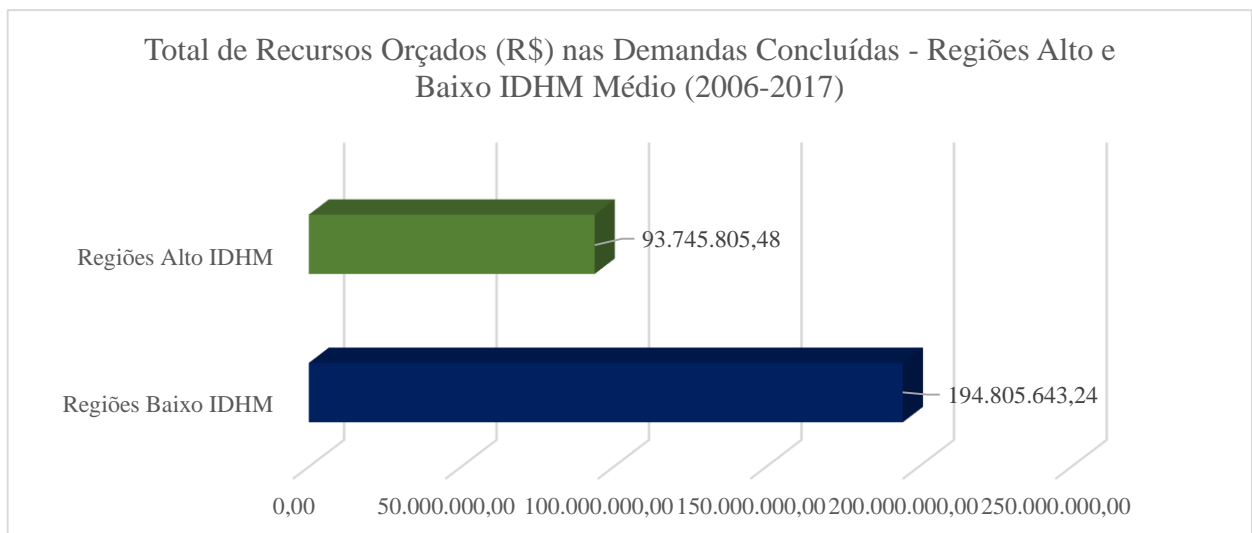
Nos gráficos abaixo, são apresentados: o valor total anual (em R\$) orçado nos planos de investimento para as demandas consideradas concluídas no mês de junho de 2020 e o valor total orçado (em R\$) para as demandas concluídas até junho de 2020 dos grupos de regiões com IDHM médio mais alto e mais baixo. Os valores dos recursos orçados e da média do IDHM de cada região encontram-se em anexo ao final deste trabalho.

Gráfico 9 – Total anual de recursos orçados (em R\$) das demandas concluídas nas regiões do OP com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 10 – Total de recursos orçados nas demandas concluídas (em R\$) nas regiões com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017

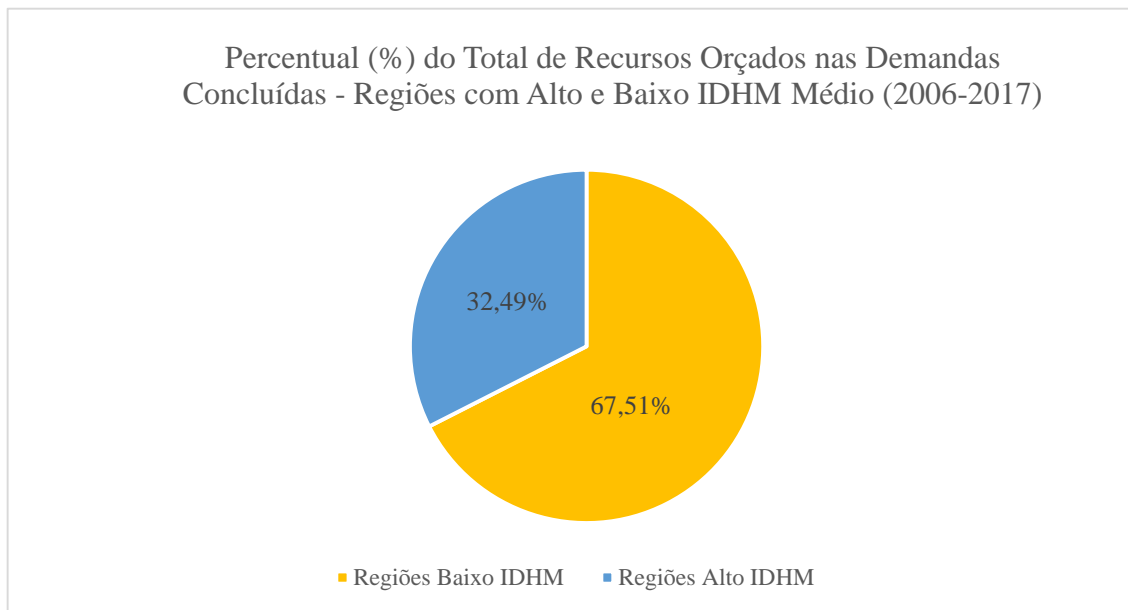


Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Ainda na seção referente aos resultados encontrados na correlação entre as variáveis citadas acima, realizou-se um gráfico demonstrando o percentual (%) do total de recursos orçados nas demandas concluídas do OP, separando-se em dois grupos – um deles com as oito regiões de IDHM médio mais alto e outro com as nove regiões de IDHM médio mais baixo. A

partir do exposto no gráfico, constata-se que pouco mais de dois terços (67,51%) do total de recursos orçados foi destinado para demandas concluídas nas regiões de IDHM mais baixo. Portanto, no que se refere à associação entre as variáveis IDHM e recursos orçados, pode-se afirmar que esta indica um potencial redistributivo no OP porto-alegrense, ainda que este não possa ser considerado forte. Abaixo, segue o gráfico anteriormente descrito.

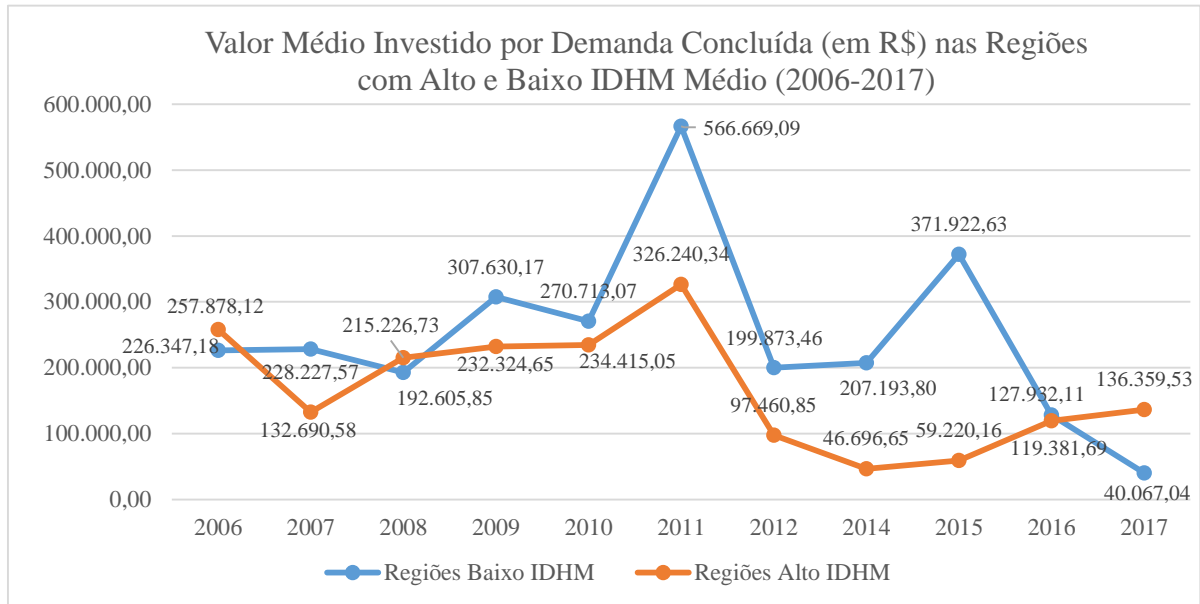
Gráfico 11 – Total de recursos orçados nas demandas concluídas das regiões com alto e baixo IDHM médio nos anos de 2006 a 2017 (em %)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Outro aspecto a ser analisado na associação entre as variáveis IDHM e recursos orçados nas demandas concluídas do OP foi a média do valor por demanda (em R\$) das regiões com IDHM médio mais alto e IDHM médio mais baixo. Para a realização deste cálculo, somou-se o valor dos recursos orçados existentes nos PIs anuais e, posteriormente, dividiu-se o valor total pelo número de demandas consideradas como concluídas em cada ano até o mês de junho de 2020 nos dois grupos. O gráfico abaixo mostra o valor médio do custo por demanda concluída dos dois grupos de regiões, o das demandas com mais alto e o das demandas com mais baixo IDHM.

Gráfico 12 – Valor médio investido por demanda concluída nas regiões do OP com alto e baixo IDHM médio entre 2006 e 2017 (em R\$).



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Como resultados encontrados a partir dos cálculos e do gráfico apresentado, pode-se verificar que, na maioria dos anos analisados neste trabalho, o valor médio do custo por demanda das regiões com IDHM médio mais baixo é maior, com exceção dos anos de 2006, 2008 e 2017. Em alguns anos, como em 2011 e 2015, os valores médios das demandas nas regiões de menor IDHM chegaram a ser 73,69% e 528,03%, respectivamente, maiores que o custo das demandas realizadas nas regiões com IDHM mais elevado. A partir disto, conclui-se, então, que o OP em Porto Alegre privilegiou a execução de obras de maior custo e com, possivelmente, maior impacto no planejamento urbano em regiões de maior vulnerabilidade social, o que também favorece a hipótese de redistributivismo no OP.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a existência, ou não, de um redistributivismo no OP de Porto Alegre entre o período de 2006 a 2017. A hipótese principal do estudo foi a de que, apesar das alterações ocorridas no processo do OP ao longo do período analisado, que o tornaram mais elitizado e menos efetivo na execução das demandas, ele manteve-se como uma política pública redistributiva.

A partir do uso das variáveis IDHM 2000 e 2010, percentual de demandas concluídas nas 17 regiões e o total de recursos orçados (em R\$) para as demandas concluídas, foram realizadas correlações entre a primeira variável e as outras duas, separadamente. Os anos escolhidos para a análise detalhada no trabalho foram os de 2006, 2011 e 2017, por serem o primeiro e o último ano analisados no trabalho no período após a gestão do PT na PMPA e 2011, por ser o primeiro ano de Fortunati como prefeito em exercício de Porto Alegre.

A respeito dos principais resultados encontrados no trabalho, a relação realizada entre as variáveis IDHM das regiões do OP e percentual das demandas concluídas apresentou, em termos gerais, correlações negativas. Porém, de intensidade moderada ou fraca. Ou seja, pode-se afirmar que há um grau de redistributivismo no OP, com base na correlação entre as duas variáveis anteriormente mencionadas. Já na correlação do IDHM com os recursos orçados, assim como na relação com as demandas concluídas, esta se apresentou negativa e de intensidade moderada ou fraca na maioria dos anos analisados, o que demonstra, assim como na primeira correlação entre variáveis analisada, que o OP mantém-se como uma política pública redistributiva. Embora, em alguns momentos, as correlações encontradas sejam fracas, no geral, ambos os achados corroboram a hipótese desse trabalho sobre o redistributivismo no OP.

A partir dos resultados achados no estudo e como sugestões para próximas pesquisas tem-se a necessidade de seguir acompanhando a política do OP e o seu viés redistributivista no governo Marchezan (2017-2020). Outra sugestão é uma análise comparativa do redistributivismo no OP no período analisado neste trabalho e no anterior a ele, no qual Porto Alegre esteve sob o governo da Frente Popular (1989-2004), empregando as mesmas técnicas metodológicas utilizadas neste trabalho. A partir da comparação entre os dois períodos, seria possível responder questionamentos a respeito do grau de redistributivismo no OP – se ele teve alterações significativas ao longo do tempo ou se permaneceu constante. Além das propostas acima citadas, pode-se, também, realizar um comparativo do redistributivismo existente no OP

de Porto Alegre com o de outros municípios do Brasil, com o objetivo de analisar qual a situação do OP porto-alegrense em relação a esse aspecto em âmbito nacional. Para isso, pode-se utilizar a mesma técnica empregada neste trabalho, de correlação entre variáveis.

Por fim, destaca-se que o estudo realizado não teve a intenção de esgotar a discussão a respeito do OP e seu potencial redistributivo, mas contribuir com ela, a partir da exposição de dados e do uso de técnicas de pesquisa pouco utilizadas nas pesquisas sobre o tema. Assim, a partir de uma análise do redistributivismo distinta da técnica econométrica, buscou-se investigar dados que possam servir de subsídio para futuros estudos e também para a formulação e implementação de Políticas Públicas como forma de aplicação no orçamento e no planejamento participativo dos municípios.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Cadernos da Cidade**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, maio 2000.
- ALLEGRETTI, G.; ALLULLI, M. Os Orçamentos Participativos em Itália: Uma ‘ponte’ para a construção do Novo Município. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 77, junho 2007, pp. 101-130. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/77/RCCS77-101-130-Allegretti-Allulli.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.
- BUSATTO, C. **Governança Solidária Local**: desencadeando o processo. Porto Alegre, Novembro 2005, 8p.
- CAMPOS, P. S.; SILVEIRA, N. **Orçamento Participativo de Porto Alegre: 25 anos**. Porto Alegre, Editora da Cidade, 2015, 164 p.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias** [online]. 2012, v. 14, n. 31, pp. 94-119. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/34912/22562>. Acesso em: 09 maio 2021.
- CAPELLA, A.C N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília, ENAP, 2018, 151 p.
- CEFAI, D. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, pp. 187-213, mar. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002017000100187&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2021.
- CIDADE. Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. **Boletim**. 2007, Porto Alegre, v. 6, n. 39, p. 1-8.
- CLEVE, C.M; Ação direta de inconstitucionalidade. *Revista de informação legislativa*, [online]. 2008, v.45, n. 179, p. 141-154. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/160332/Acao_Direta_Inconstitucionalidade.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 09 mai 2021.
- COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. Garbage can model of organization choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, 1972, p. 1-25. Disponível em: https://fb.unc.edu/teaching/articles/Cohen_March_Olsen_1972.pdf. Acesso em: 09 maio 2021.
- CÓRDOVA, I.; GONÇALVES ALVES, I.; Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. **Polis** [online], n°53, 2019, p. 1-21. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/17550>. Acesso em: 03 maio 2021.

COSTA, P.V.D.; FALCÃO, T. Coordenação intersetorial das ações do Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P.V.D.; (Orgs.). **Brasil sem Miséria**. Brasília: Brasil, 2014, 848 p. Disponível em: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/livro_obrasilsemiserial.pdf. Acesso em 09 mai 2021.

DA SILVA, R. Desenho institucional e promoção da justiça em espaços participativos: implicações em um estudo de caso. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 252-272, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v20n2/0104-6276-op-20-02-00252.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

FEDOZZI, L. **O poder da aldeia: Gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000a, 240p.

FEDOZZI, L. Orçamento Participativo de Porto Alegre: Gênese, avanços a limites de uma ideia que se globaliza. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n. 18, p. 41-57, junho 2009. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/issue/view/595>. Acesso em: 09 maio 2021.

FEDOZZI, L. J.; FURTADO, A.; RANGEL, R. Participatory Budgeting in Brazil: Elements for a Brief Evaluation. In: OFICINA. **Hope for Democracy: 30 years of Participatory Budgeting Worldwide**. s.d. Disponível em: <https://www.oficina.org.pt/hopedemocracy.html>. Acesso em: 09 mai 2021.

FEDOZZI, L. J.; MARTINS, A. L. B. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova** [online]. 2015, n. 95, pp.181-224. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000200181&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2021.

FILGUEIRAS, C. A. C. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cad. Metrop.** [online]. 2019, v. 21, n. 46, pp.975-1004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300975&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2021.

FONSECA, J.F.R. O orçamento participativo e a gestão Democrática de Goiânia. *Revista Anhanguera*, 2010, v.11, n.1, pp.105-138. Disponível em: https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/cap_06_2010.pdf. Acesso em 08 mai 2021.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 212-259, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 03 maio 2021.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, pp. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de mortalidade infantil, percentual de analfabetismo, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, valor agregado bruto (VAB). s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>
Acesso em: 03 maio 2021.

JENKINS-SMITH, H.C.; SABATIER, P.A. The study of public policy processes. *In*: JENKINS-SMITH, H.C.; SABATIER, P.A. (Orgs.). **Policy change and learning: an advocacy coalition approach**. Boulder, Westview Press, 1993, 304p.

KINGESKI, J. Características dos municípios brasileiros que adotaram o orçamento participativo entre 1997 e 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014, 60 p. Acesso em 08 mai 2021.

LANÇA, I. B.; A construção dos problemas públicos. Elementos para uma análise do caso Timor. **Antropológicas**, n. 4, 2000, p.113-130.
Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/923/725>. Acesso em: 09 maio 2021.

LIMA, W.G. Política Pública: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), v. 5, n. 5, pp. 49-54, out. 2012.
Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/370>. Acesso em 09 mai. 2021.

LIMONTI, R. M.; PERES, U. D.; CALDAS, E. L. Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, 2014, pp. 389-410. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/19641/18362>. Acesso em: 03 maio 2021.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980, 275p.

LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, 1972, p. 298-310. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4286588/mod_resource/content/1/lowi-four-systems-of-policy%201972.pdf. Acesso em 03 maio2021.

MACK, R. **Planning and Uncertainty: Decision Making in Business and Government Administration**. New York: John Wiley, 1971, 233p.

MAIA, J. A. F. Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de Políticas Públicas. **Sitientibus Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, n. 38, pp.35-56, Feira de Santana, jan./jun. 2008, Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/38/3_metodologia_para_avaliacao_ex_ante_e_ex_post.pdf. Acesso em 03 mai 2021.

MARQUETTI, A. **O Orçamento Participativo como uma política redistributiva em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2000, pp.1-21.

MARQUETTI, A. Orçamento Participativo, redistribuição e finanças municipais: a experiência Porto Alegre entre 1989 e 2004. *In:* MARQUETTI, A.; CAMPOS, G.; PIRES, R. (Org.). **Democracia Participativa e Redistribuição**: análise de experiências de Orçamento Participativo. São Paulo: Xamã Editora, 2008, pp. 31-54.

MORAES, A. J. G. D. O processo redistributivo do orçamento participativo e do congresso da cidade em Belém do Pará. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAES, A. J. G. D. O processo redistributivo do orçamento participativo e do congresso da cidade em Belém do Pará. *In:* MARQUETTI, A.; CAMPOS, G. A. D. **Democracia participativa e redistribuição**: análise das experiências de orçamento participativo. São Paulo: Xamã, 2008. pp. 113-140.

MORAES, J.M; MORAES, F.M. As implicações do PRONAF na vida de pequenos agricultores. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73919/as-implicacoes-do-pronaf-na-vida-de-pequenos-agricultores> Acesso em 09 mai 2021.

OBSERVAPOA. Análises comparativas intraurbanas. *In:* **Porto Alegre em Análise** – Sistema de Gestão e Análise de Indicadores. Disponível em: http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?analises=2_114_regiao. Acesso em: 03 mai 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html> Acesso em: 03 maio 2021.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 18.224, de 5 de março de 2013**. Regulamenta o inciso, III do art. 4º da Lei Complementar nº 671, de 28 de janeiro de 2011, que dispõe sobre as competências dos Centros Administrativos Regionais (CARS) e cria os Comitês Gestores do Território (CGT). Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), 05 mar. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2013/1822/18224/decreto-n-18224-2013-regulamenta-o-inc-iii-do-art-4-da-lei-complementar-n-671-de-28-de-janeiro-de-2011-que-dispoe-sobre-as-competencias-dos-centros-administrativos-regionais-cars-e-cria-os-comites-gestores-do-territorio-cgt>. Acesso em: 09 maio 2021.

PORTO ALEGRE. Orçamento Participativo de Porto Alegre. *In:* **Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php> e http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp. Acesso em: 03 mai. 2021.

RAEDER, S. T. O. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, pp. 121-146, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/856/550>. Acesso em: 03 maio 2021.

RAMOS, M. P. **Pesquisa Social**: abordagem quantitativa com uso do SPSS. Porto Alegre: Escritos, 2014, p. 84.

RENNÓ, L; SOUZA, A. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 235-252, fev. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31788/20308>. Acesso em: 08 maio 2021.

ROSE, R. Comparing Public Policy: an overview. **European Journal of Political Research**, v.1, 1973, pp. 67-94.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012, 133p.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013, 168 p.

SIMON, H. A. **Administrative behavior**: A study of decision making processes in administrative organization, 1. ed, New York: The Macmillan Company, 1947, 259p.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Fundação Luis Eduardo Magalhães, dezembro 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: xx abr. 2020.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 08 mai. 2021.

SPINOZA. R. M. Accountability. *In*. CASTRO, C. L. F.; GONTIJO. C. R. B.; AMABILE. A. E. N. (Org) **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, 242p.

TUDE, J. M.; Conceitos gerais de **Políticas Públicas**. Curitiba, IESDE Brasil S.A., 2010, pp 11-34.

WAMPLER, B. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: 'boas práticas' devem ser promovidas? **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 65-95, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 mai 2021.

APÊNDICE A – CORRELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS IDHM x PERCENTUAL DE DEMANDAS CONCLUÍDAS POR REGIÃO E IDHM x RECURSOS ORÇADOS POR REGIÃO (2006-2017)

Tabela 1 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2007

		IDHM2000	Percentual de demandas concluídas 2007
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,264
	Sig. (2 extremidades)		,306
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2007	Correlação de Pearson	-,264	1
	Sig. (2 extremidades)	,306	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 2 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2008

		IDHM2000	Percentual de demandas concluídas 2008
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,457
	Sig. (2 extremidades)		,065
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2008	Correlação de Pearson	-,457	1
	Sig. (2 extremidades)	,065	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 3 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2009

Correlações

		IDHM2000	Percentual de demandas concluídas 2009
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,510
	Sig. (2 extremidades)		,036
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2009	Correlação de Pearson	-,510	1
	Sig. (2 extremidades)	,036	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 4 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2010

Correlações

		IDHM2000	Percentual de demandas concluídas 2010
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,438
	Sig. (2 extremidades)		,078
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2010	Correlação de Pearson	-,438	1
	Sig. (2 extremidades)	,078	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 5 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2012

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2012
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	,348
	Sig. (2 extremidades)		,171
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2012	Correlação de Pearson	,348	1
	Sig. (2 extremidades)	,171	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 6 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2014

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2014
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	,214
	Sig. (2 extremidades)		,409
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2014	Correlação de Pearson	,214	1
	Sig. (2 extremidades)	,409	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 7 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2015

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2015
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,243
	Sig. (2 extremidades)		,348
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2015	Correlação de Pearson	-,243	1
	Sig. (2 extremidades)	,348	
	N	17	17

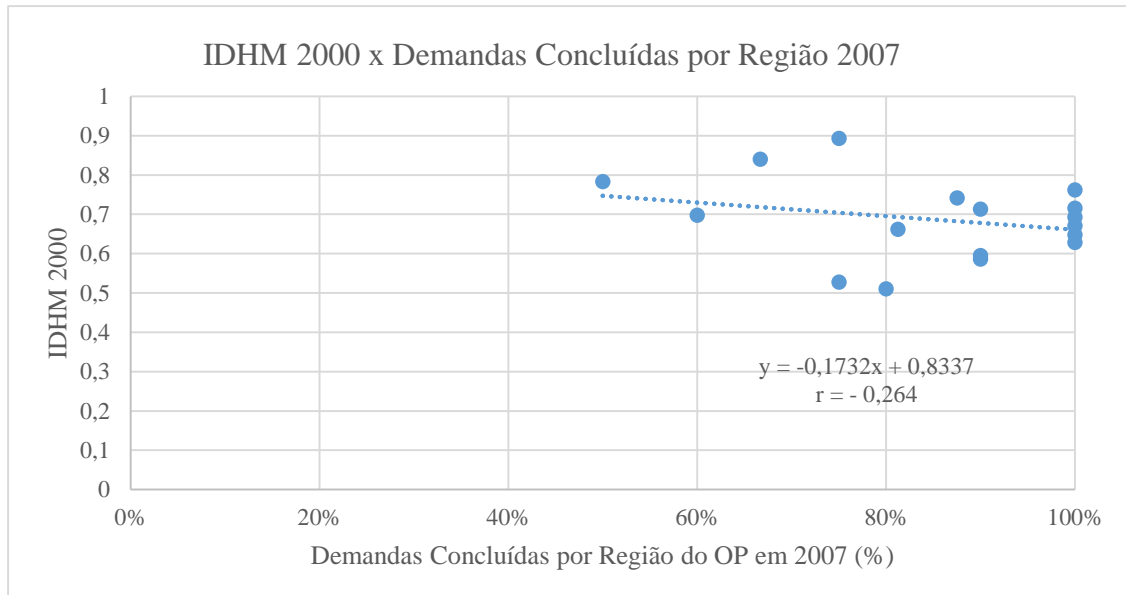
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 8 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e percentual de demandas concluídas por região do OP no ano de 2016

		IDHM2010	Percentual de demandas concluídas 2016
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,381
	Sig. (2 extremidades)		,131
	N	17	17
Percentual de demandas concluídas 2016	Correlação de Pearson	-,381	1
	Sig. (2 extremidades)	,131	
	N	17	17

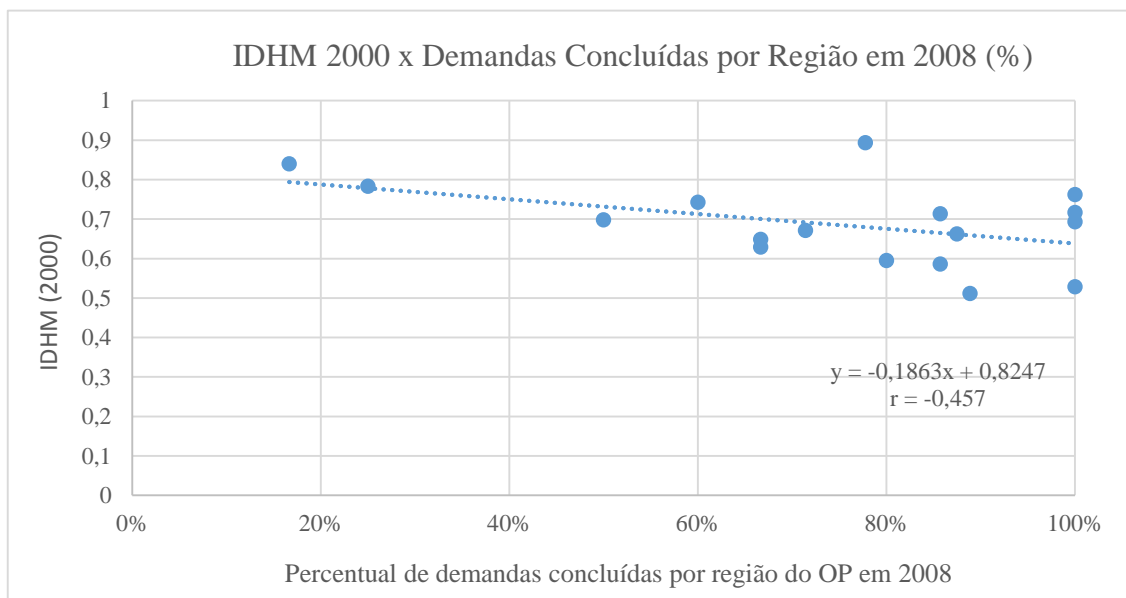
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Gráfico 1 - Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2007



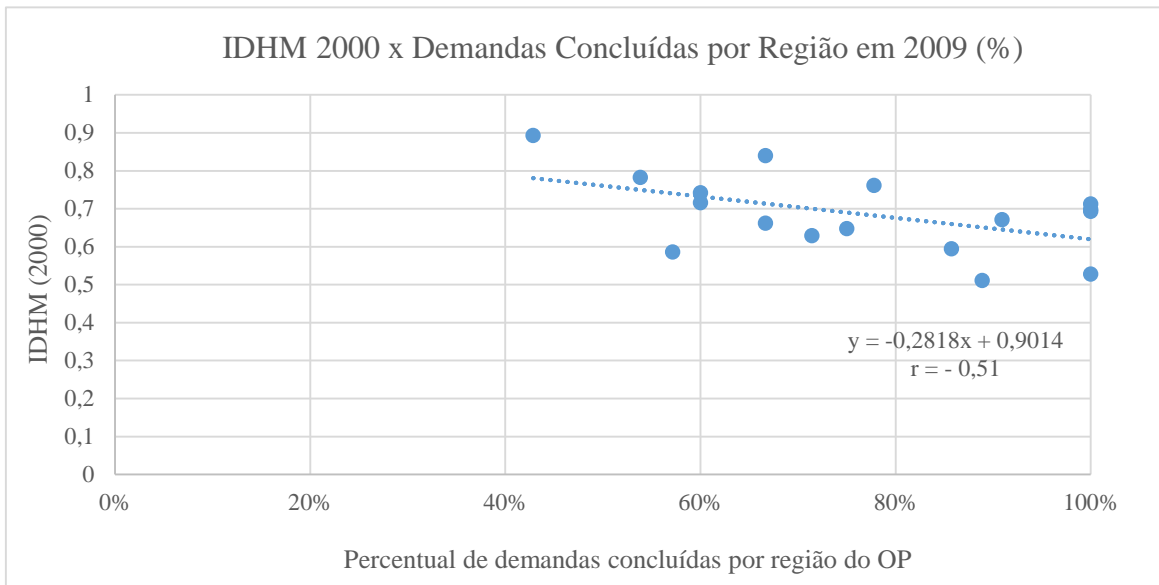
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 2 - Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2008



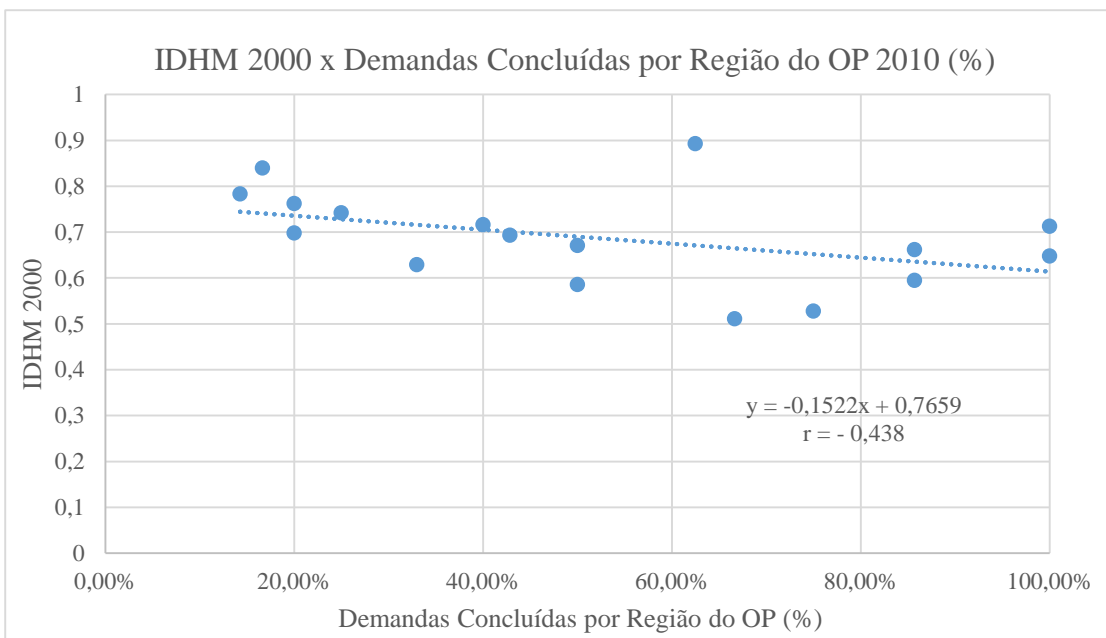
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2009



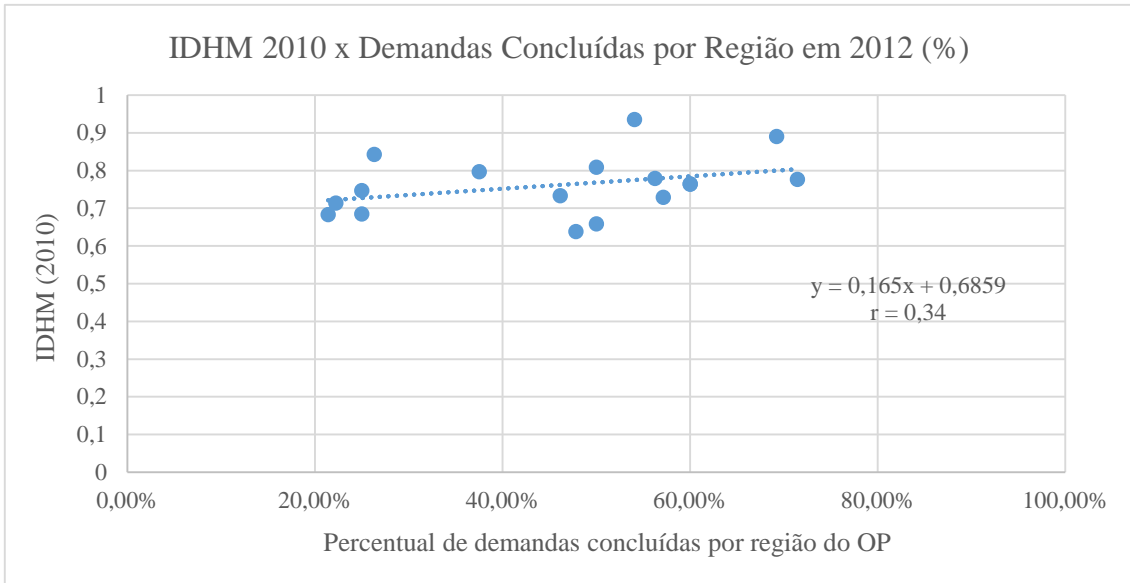
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 4 - Correlação entre IDHM (2000) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2010



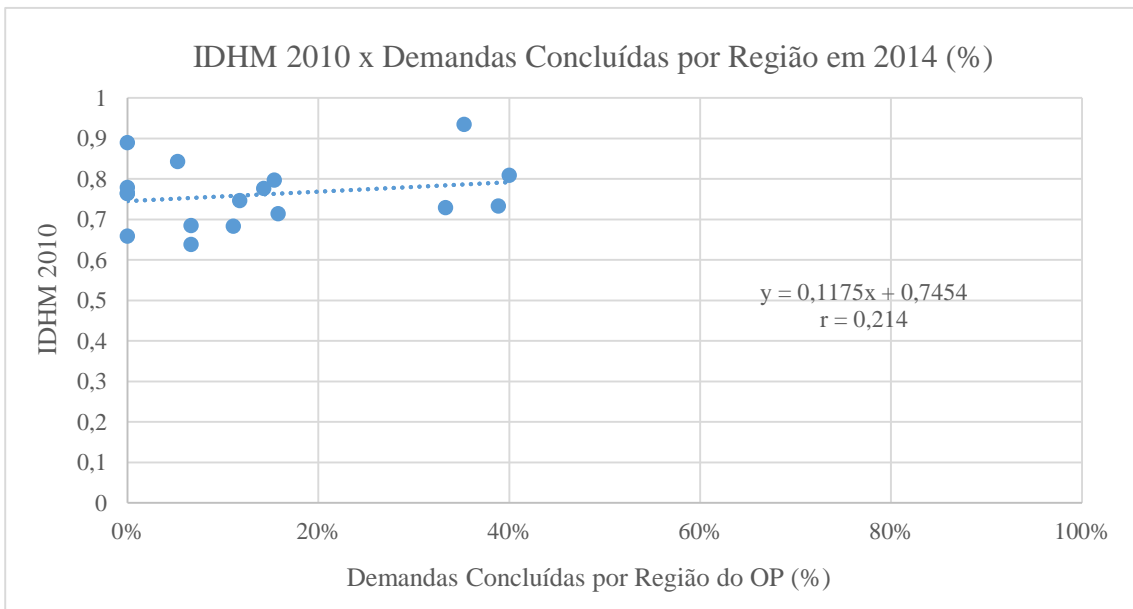
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 5 - Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2012



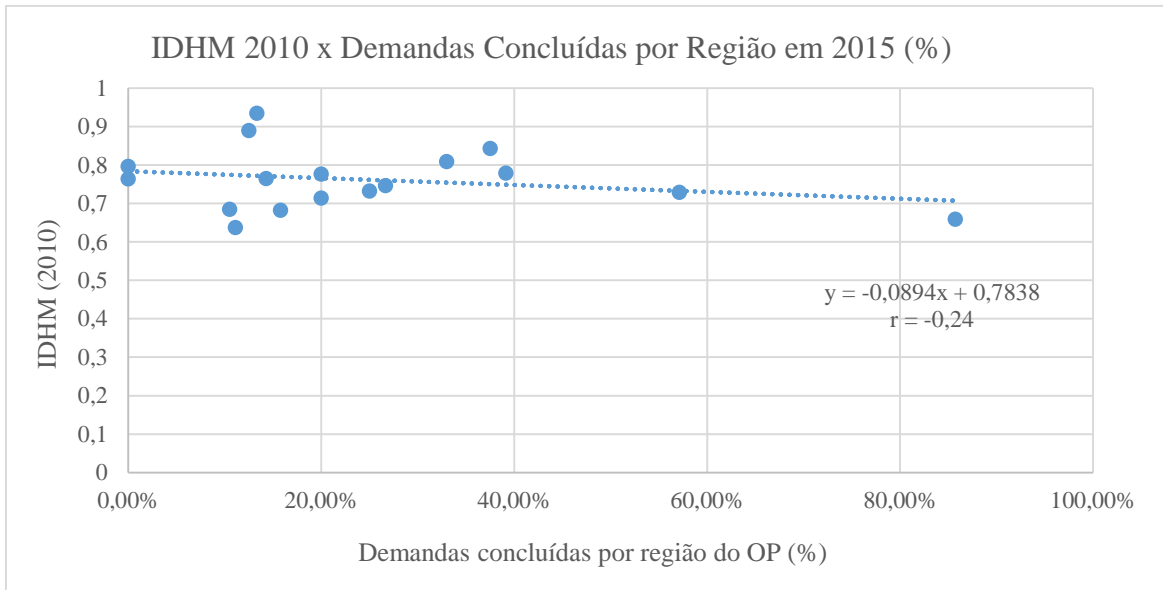
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 6 - Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2014



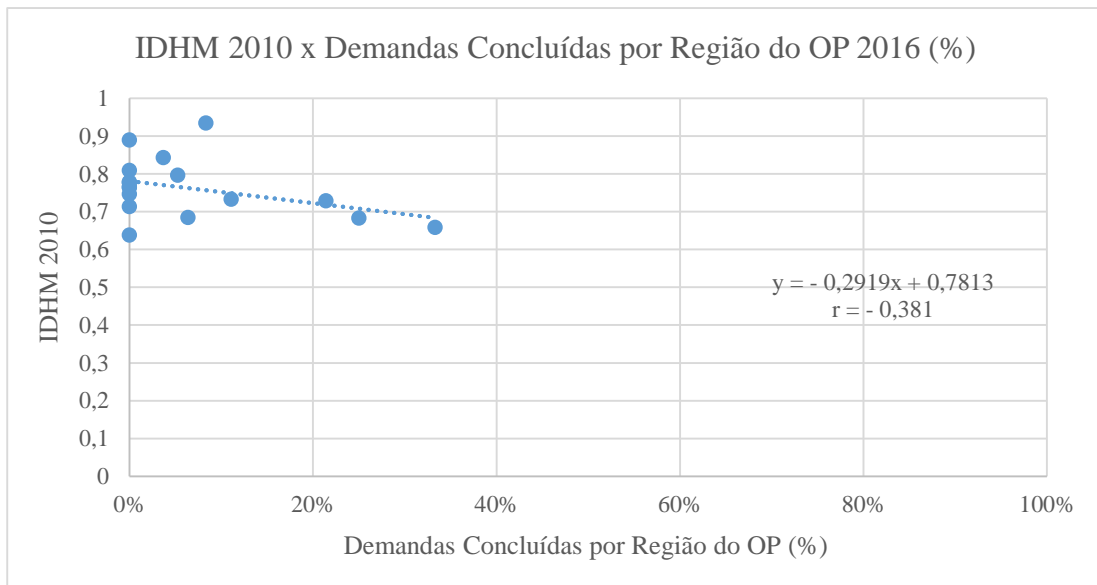
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 7 - Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2015



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 8 - Correlação entre IDHM (2010) e o Percentual de Demandas Concluídas por Região do OP em 2016



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 9 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2007

Correlações

		IDHM2000	Recursosorçado sconcluídos200 7
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,240
	Sig. (2 extremidades)		,353
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos 2007	Correlação de Pearson	-,240	1
	Sig. (2 extremidades)	,353	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 10 – resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2008

Correlações

		IDHM2000	Recursosorçados concluídos2008
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,292
	Sig. (2 extremidades)		,256
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos20 08	Correlação de Pearson	-,292	1
	Sig. (2 extremidades)	,256	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 11 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2009

Correlações

		IDHM2000	Recursosorçado sconcluídos200 9
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,268
	Sig. (2 extremidades)		,298
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos 2009	Correlação de Pearson	-,268	1
	Sig. (2 extremidades)	,298	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 12 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2000) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2010

Correlações

		IDHM2000	Recursosorçados concluídos2010
IDHM2000	Correlação de Pearson	1	-,484
	Sig. (2 extremidades)		,049
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos20 10	Correlação de Pearson	-,484	1
	Sig. (2 extremidades)	,049	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 13 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2012

Correlações

		IDHM2010	Recursosorçado sconcluídos2012
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,031
	Sig. (2 extremidades)		,905
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos2 012	Correlação de Pearson	-,031	1
	Sig. (2 extremidades)	,905	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 14 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2014

Correlações

		IDHM2010	Recursosorçado sconcluídos2014
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,106
	Sig. (2 extremidades)		,685
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos2 014	Correlação de Pearson	-,106	1
	Sig. (2 extremidades)	,685	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Tabela 15 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2015

Correlações

		IDHM2010	Recursosorçado sconcluídos2015
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,386
	Sig. (2 extremidades)		,126
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos2 015	Correlação de Pearson	-,386	1
	Sig. (2 extremidades)	,126	
	N	17	17

Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

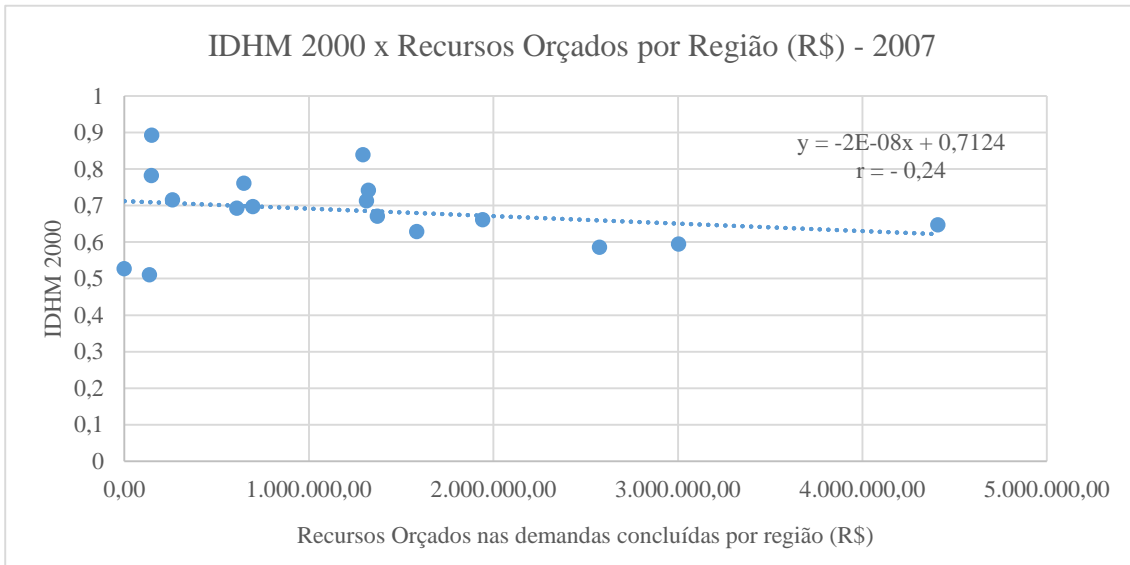
Tabela 16 - resultado da correlação entre as variáveis IDHM (2010) e valor dos recursos orçados das demandas concluídas nas regiões do OP no ano de 2016

Correlações

		IDHM2010	Recursosorçados concluídos2016
IDHM2010	Correlação de Pearson	1	-,128
	Sig. (2 extremidades)		,624
	N	17	17
Recursosorçadosconcluídos2 016	Correlação de Pearson	-,128	1
	Sig. (2 extremidades)	,624	
	N	17	17

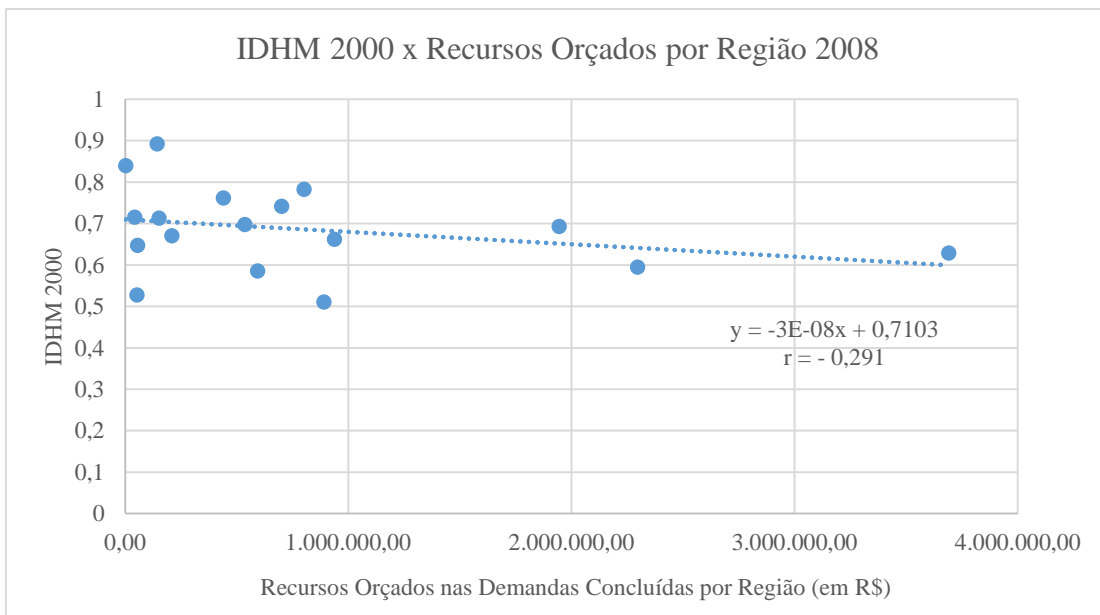
Fonte: dados extraídos do programa SPSS pelo autor.

Gráfico 9 - Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2007 (em R\$)



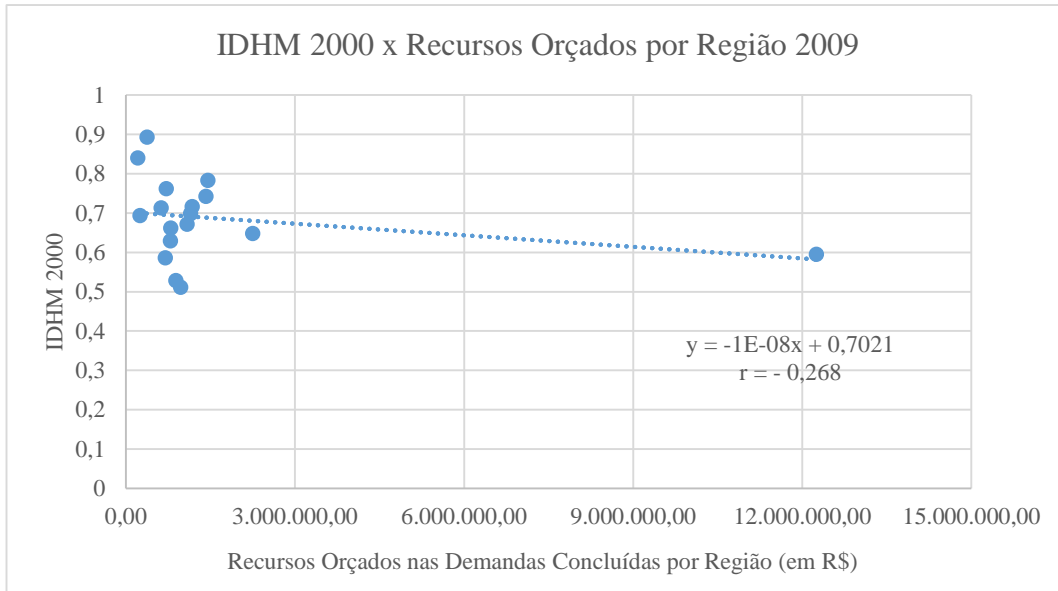
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 10 - Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2008 (em R\$)



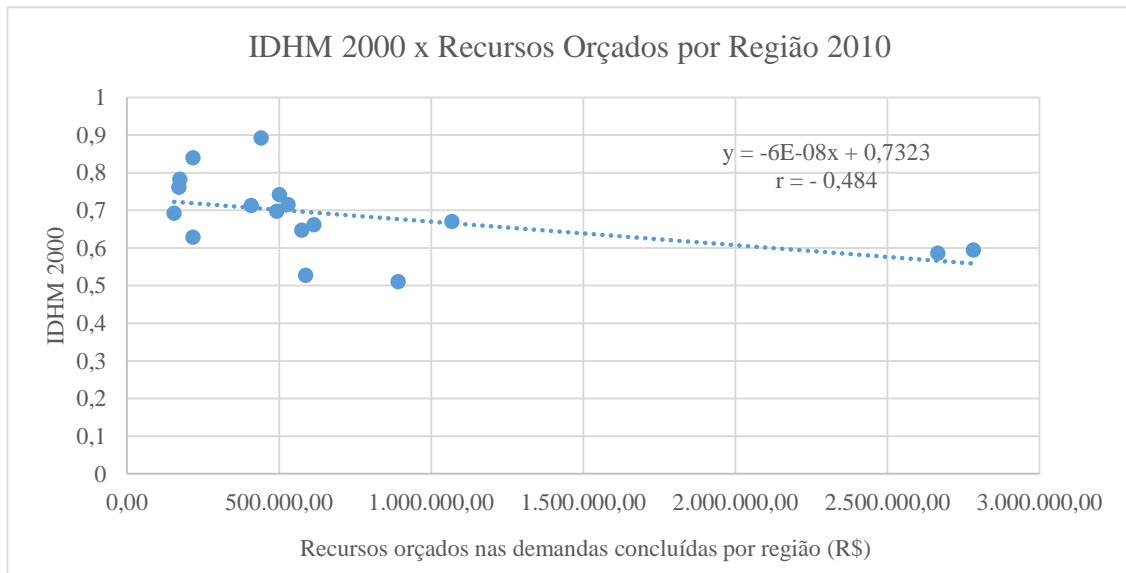
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 11 - Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2009 (em R\$)



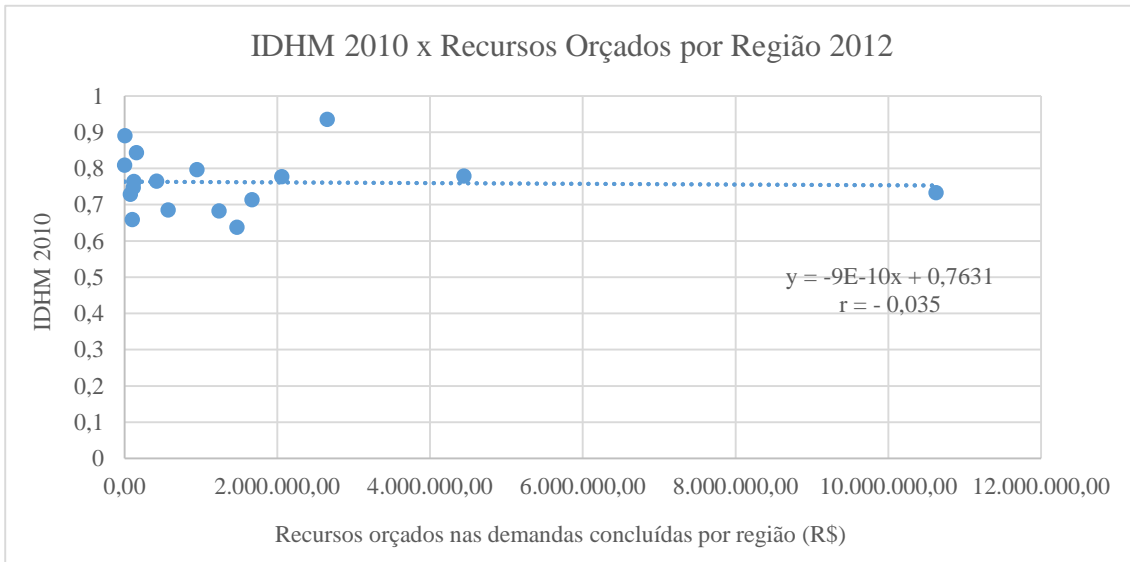
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 12 - Correlação entre as variáveis IDHM (2000) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2010 (em R\$)



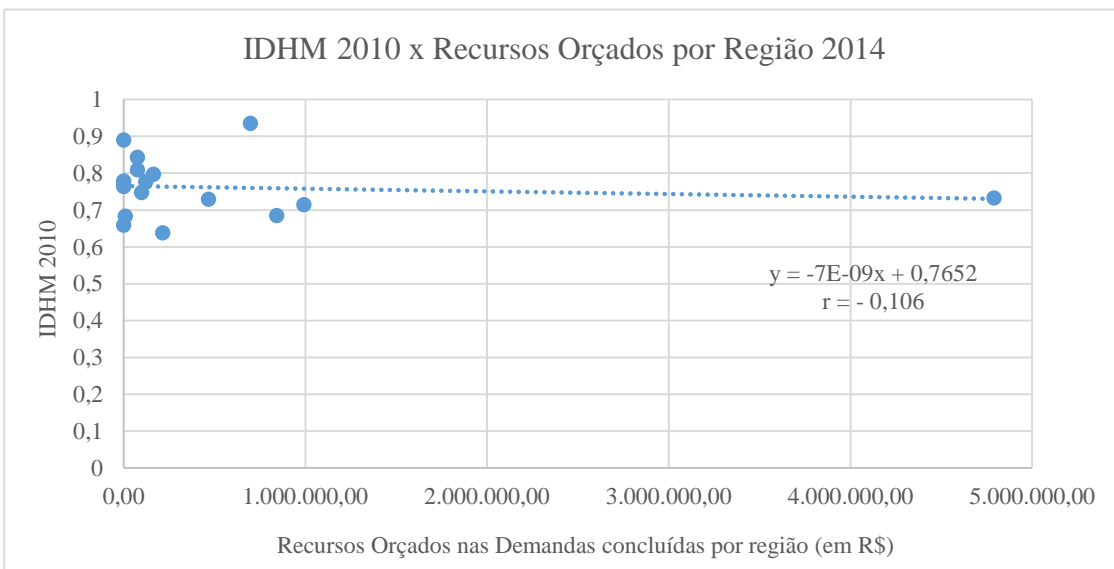
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 13 - Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2012 (em R\$)



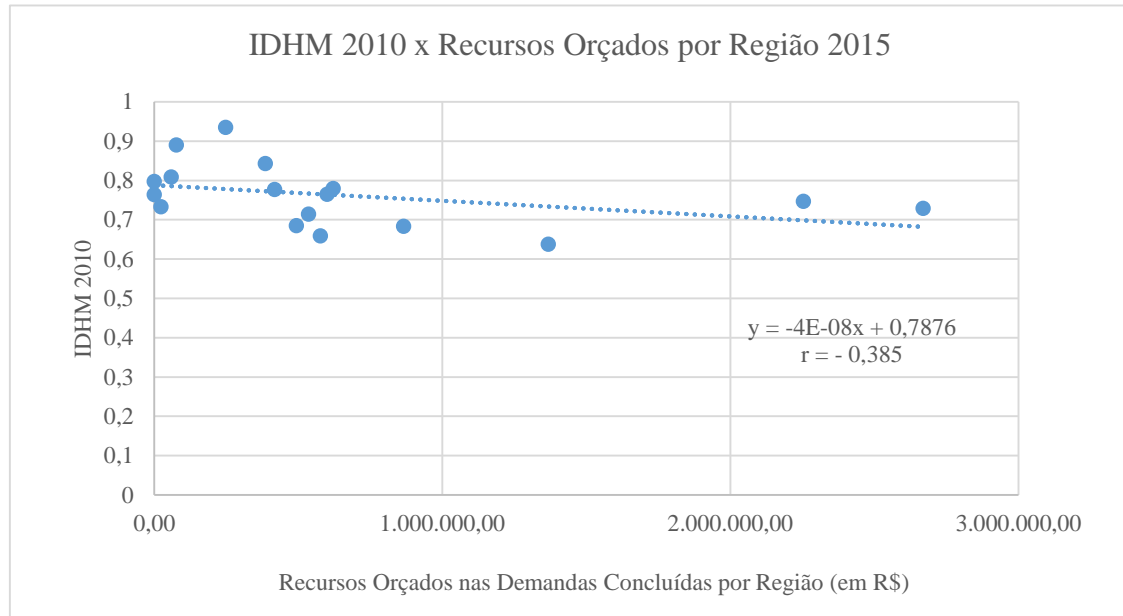
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 14 - Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2014 (em R\$)



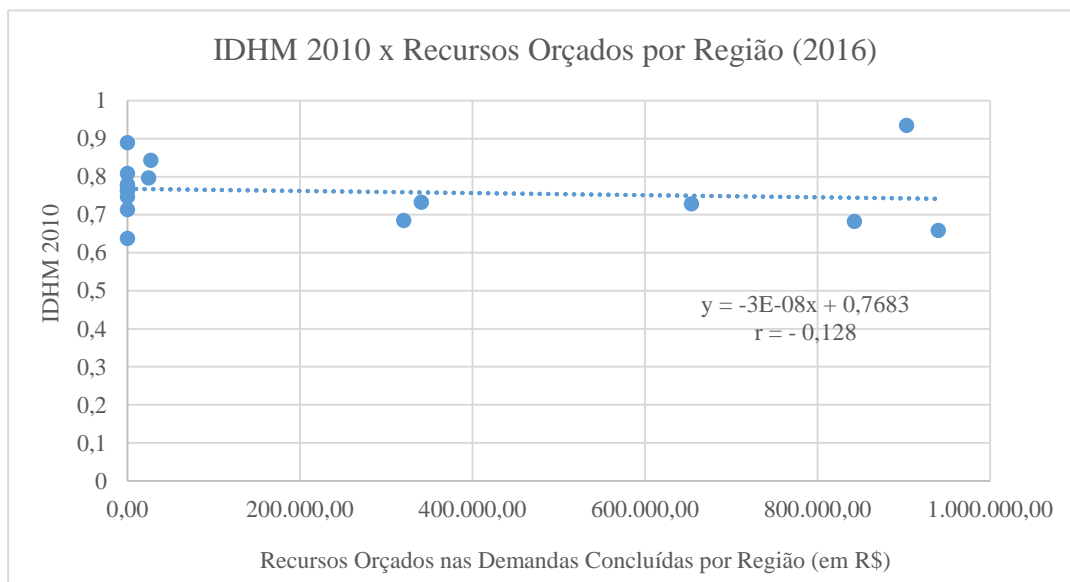
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 15 - Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2015 (em R\$)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 16 - Correlação entre as variáveis IDHM (2010) e total de recursos orçados nas demandas concluídas por região do OP no ano de 2016 (em R\$)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

APÊNDICE B – DEMAIS DADOS COLETADOS NO TRABALHO

Tabela 1 – Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2006

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2006)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2006)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2006)
Humaitá-	7	7	100%
Navegantes			
Noroeste	8	9	88,88%
Leste	13	16* (14 com dados)	92,85%
Lomba do	11	14* (13 com dados)	84,61%
Pinheiro			
Norte	11	14* (11 com dados)	100%
Nordeste	11	13	84,61%
Partenon	6	7* (6 com dados)	100%
Restinga	17	19* (17 com dados)	100%
Glória	2	4	50%
Cruzeiro	6	10* (9 com dados)	66,66%
Cristal	6	8* (7 com dados)	85,71%
Centro-Sul	8	15	53,33%
Extremo Sul	5	7	71,42%
Eixo	10	14* (12 com dados)	83,33%
Baltazar			
Sul	7	12	58,33%
Centro	9	12* (10 com dados)	90%
Ilhas	3	4	75%
Total	140	185 (170 com dados = 91,89%)	75,67% (82,35% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 2 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2007

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2007)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2007)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2007)
Humaitá/Navegantes	5	6* (5 com dados)	100%
Noroeste	4	6	66,66%
Leste	9	11* (10 com dados)	90%
Lomba do Pinheiro	9	10	90%
Norte	6	8* (6 com dados)	100%
Nordeste	4	8* (5 com dados)	80%
Partenon	3	5	60%
Restinga	9	12* (10 com dados)	90%
Glória	13	16	81,25%
Cruzeiro	7	9* (7 com dados)	100%
Cristal	10	12* (10 com dados)	100%
Centro-Sul	7	9* (8 com dados)	87,50%
Extremo Sul	8	9* (8 com dados)	100%
Eixo Baltazar	8	11* (8 com dados)	100%
Sul	3	6	50%
Centro	6	10* (8 com dados)	75%
Ilhas	3	5* (4 com dados)	75%
Total	114	153 (132 com dados = 86,27%)	74,5% (86,36% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 3 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2008

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2008)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2008)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2008)
Humaitá/Navegantes	5	7* (5 com dados)	100%
Noroeste	1	6	16,66%
Leste	6	7	85,71%
Lomba do Pinheiro	6	10* (7 com dados)	85,71%
Norte	2	5* (3 com dados)	66,66%
Nordeste	8	9	88,88%
Partenon	1	4* (2 com dados)	50%
Restinga	8	12* (10 com dados)	80%
Glória	7	12* (8 com dados)	87,50%
Cruzeiro	5	7	71,42%
Cristal	5	8* (5 com dados)	100%
Centro-Sul	3	5	60%
Extremo Sul	6	9	66,66%
Eixo Baltazar	4	6* (4 com dados)	100%
Sul	1	6* (4 com dados)	25%
Centro	7	9	77,77%
Ilhas	2	7* (2 com dados)	100%
Total	77	129 (102 com dados = 79,06%)	59,68% (75,49% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 4 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2009

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2009)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2009)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2009)
Humaitá/Navegantes	3	5* (3 com dados)	100%
Noroeste	4	6	66,66%
Leste	5	8* (5 com dados)	100%
Lomba do Pinheiro	4	9* (7 com dados)	57,14%
Norte	3	5* (4 com dados)	75%
Nordeste	8	10* (9 com dados)	88,88%
Partenon	3	5* (3 com dados)	100%
Restinga	12	16* (14 com dados)	85,71%
Glória	6	9	66,66%
Cruzeiro	10	13* (11 com dados)	90,90%
Cristal	7	11* (9 com dados)	77,77%
Centro-Sul	3	5	60%
Extremo Sul	5	7	71,42%
Eixo Baltazar	3	8* (5 com dados)	60%
Sul	7	13	53,84%
Centro	3	7	42,85%
Ilhas	4	5* (4 com dados)	100%
Total	90	142 (121 com dados = 85,21%)	63,38% (74,38% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 5 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2010

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2010)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2010)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2010)
Humaitá/Navegantes	3	9* (7 com dados)	42,85%
Noroeste	1	6	16,66%
Leste	4	7* (4 com dados)	100%
Lomba do Pinheiro	5	11* (10 com dados)	50%
Norte	3	5* (3 com dados)	100%
Nordeste	6	9	66,66%
Partenon	1	5	20%
Restinga	6	8* (7 com dados)	85,71%
Glória	6	8* (7 com dados)	85,71%
Cruzeiro	2	4	50%
Cristal	1	7* (5 com dados)	20%
Centro-Sul	1	5* (4 com dados)	25%
Extremo Sul	1	7* (3 com dados)	33%
Eixo Baltazar	4	10	40%
Sul	1	7	14,28%
Centro	5	9* (8 com dados)	62,50%
Ilhas	3	5* (4 com dados)	75%
Total	53	122 (103 com dados = 84,42%)	43,44% (51,45% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 6 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2011

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2011)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2011)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2011)
Humaitá/Navegantes	24	33* (31 com dados)	77,41%
Noroeste	10	33	30,30%
Leste	18	32* (30 com dados)	60,00%
Lomba do Pinheiro	18	32* (28 com dados)	64,28%
Norte	8	15* (9 com dados)	88,88%
Nordeste	14	25	56%
Partenon	13	31* (26 com dados)	50%
Restinga	30	38* (36 com dados)	83,33%
Glória	28	38* (36 com dados)	77,77%
Cruzeiro	35	44* (40 com dados)	87,50%
Cristal	23	38* (34 com dados)	67,64%
Centro-Sul	20	30* (27 com dados)	74,07%
Extremo Sul	23	30* (27 com dados)	85,18%
Eixo Baltazar	15	29* (22 com dados)	68,18%
Sul	14	27	51,85%
Centro	12	18	66,66%
Ilhas	8	11	72,72%
Total	313	504 (460 com dados = 91,26%)	62,1% (68,04% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 7 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2012

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2012)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2012)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2012)
Humaitá/Navegantes	9	24* (15 com dados)	60,00%
Noroeste	9	16* (13 com dados)	69,23%
Leste	10	21* (14 com dados)	71%
Lomba do Pinheiro	3	15* (14 com dados)	21,42%
Norte	4	20* (7 com dados)	57,14%
Nordeste	11	27* (23 com dados)	47,82%
Partenon	6	19* (10 com dados)	60%
Restinga	5	23* (20 com dados)	25%
Glória	18	47* (39 com dados)	46,15%
Cruzeiro	8	43* (32 com dados)	25%
Cristal	8	28* (16 com dados)	50%
Centro-Sul	6	17* (16 com dados)	37,50%
Extremo Sul	4	22* (18 com dados)	22,22%
Eixo Baltazar	18	46* (32 com dados)	56,25%
Sul	10	39* (38 com dados)	26,31%
Centro	20	43* (37 com dados)	54,05%
Ilhas	2	5* (4 com dados)	50%
Total	151	445 (338 com dados = 75,95%)	33,93% (44,67% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 8 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2014

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2014)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2014)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2014)
Humaitá/Navegantes	0	16* (8 com dados)	0%
Noroeste	0	10	0%
Leste	2	23* (14 com dados)	14,28%
Lomba do Pinheiro	1	10* (9 com dados)	11,11%
Norte	3	19* (9 com dados)	33,33%
Nordeste	1	19* (15 com dados)	6,66%
Partenon	0	9* (5 com dados)	0%
Restinga	2	30	6,66%
Glória	7	23* (18 com dados)	38,88%
Cruzeiro	2	21* (17 com dados)	11,76%
Cristal	2	12* (5 com dados)	40%
Centro-Sul	2	13	15,38%
Extremo Sul	3	19	15,78%
Eixo Baltazar	0	20* (15 com dados)	0%
Sul	1	20* (19 com dados)	5,26%
Centro	6	17	35,29%
Ilhas	0	4* (2 com dados)	0%
Total	32	285 (225 com dados = 78,94%)	11,22% (14,22% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 9 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2015

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2015)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2015)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2015)
Humaitá/Navegantes	1	12* (7 com dados)	14,28%
Noroeste	1	8	12,50%
Leste	4	28* (20 com dados)	20%
Lomba do Pinheiro	3	22* (19 com dados)	15,78%
Norte	4	14* (7 com dados)	57,14%
Nordeste	2	18	11,11%
Partenon	0	7* (6 com dados)	0%
Restinga	2	19	10,52%
Glória	1	6* (4 com dados)	25%
Cruzeiro	4	17* (15 com dados)	26,66%
Cristal	1	6* (3 com dados)	33%
Centro-Sul	0	5	0%
Extremo Sul	3	15	20%
Eixo Baltazar	9	35* (23 com dados)	39,13%
Sul	9	24	37,50%
Centro	2	18* (15 com dados)	13,33%
Ilhas	6	9* (7 com dados)	85,71%
Total	52	263 (215 com dados = 81,74%)	19,77% (24,18% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 10 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2016

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2016)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2016)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2016)
Humaitá/Navegantes	0	16* (8 com dados)	0%
Noroeste	0	10	0%
Leste	0	46* (26 com dados)	0%
Lomba do Pinheiro	2	9* (8 com dados)	25%
Norte	3	20* (14 com dados)	21,42%
Nordeste	0	15* (11 com dados)	0%
Partenon	0	7* (3 com dados)	0%
Restinga	3	48* (47 com dados)	6,38%
Glória	2	21* (18 com dados)	11,11%
Cruzeiro	0	23* (19 com dados)	0%
Cristal	0	14* (8 com dados)	0%
Centro-Sul	1	19	5,26%
Extremo Sul	0	23* (22 com dados)	0%
Eixo Baltazar	0	30* (14 com dados)	0%
Sul	1	27	3,70%
Centro	1	14* (12 com dados)	8,33%
Ilhas	4	21* (12 com dados)	33,33%
Total	17	363 (278 com dados = 76,58%)	4,68% (6,11% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 11 - Total de demandas executadas, solicitadas e percentual de demandas concluídas por região do OP em 2017

Regiões OP	Total de Demandas Executadas de forma total pela prefeitura (2017)	Total de demandas solicitadas em plenária regional (2017)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2017)
Humaitá/Navegantes	0	8 (1 com dados)	0%
Noroeste	0	16	0%
Leste	2	33 (24 com dados)	8,33%
Lomba do Pinheiro	0	18 (17 com dados)	0%
Norte	3	14 (6 com dados)	50%
Nordeste	0	17 (14 com dados)	0%
Partenon	0	13	0%
Restinga	0	12	0%
Glória	3	26 (20 com dados)	15%
Cruzeiro	0	28	0%
Cristal	0	20 (12 com dados)	0%
Centro-Sul	1	11 (10 com dados)	10%
Extremo Sul	0	6	0%
Eixo Baltazar	0	22 (18 com dados)	0%
Sul	1	27	3,70%
Centro	0	16 (12 com dados)	0%
Ilhas	0	19 (7 com dados)	0%
Total	10	306 (243 com dados = 79,41%)	3,26% (4,11% entre as com dados)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 12 – Demandas Solicitadas e Executadas no período (2006-2017).

Demandas Executadas pela prefeitura 2006 – 2017	1039
Demandas Solicitadas em plenária 2006-2017	2897
Demandas Solicitadas em plenária com dados 2006-2017	2387
Percentual Demandas Executadas 2006-2017	35,86%
Percentual Demandas Executadas com Dados 2006-2017	43,52%
Percentual Demandas com Dados 2006-2017:	82,39%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 13 – Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2006 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Recursos Orçados 2006 (R\$) - Valores de Dezembro de 2005	Total de Recursos Orçados em 2006 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1-	1.249.498,34	2.966.930,43
Humaitá/Navegantes		
2- Noroeste	1.059.105,11	2.514.842,22
3- Leste	552.848,82	1.312.738,03
4- Lomba do Pinheiro	1.071.869,66	2.545.151,61
5- Norte	397.311,40	943.414,85
6- Nordeste	1.069.945,39	2.540.582,44
7- Partenon	435.953,86	1.035.171,26
8- Restinga	1.216.883,82	2.889.487,35
9- Glória	81.498,63	193.518,28
10- Cruzeiro	360.102,34	855.062,03
11 - Cristal	478.281,18	1.135.677,37
12- Centro-Sul	539.236,65	1.280.415,97
13- Extremo Sul	1.107.340,08	2.629.376,03
14- Eixo Baltazar	304.237,56	722.411,26
15- Sul	2.590.355,44	6.150.792,00
16- Centro	662.934,66	1.574.136,56
17- Ilhas	164.319,15	390.175,38

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 14 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2007 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Recursos Orçados 2007 (R\$) - Valores de agosto de 2006	Total de Recursos Orçados em 2007 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	260.696,55	609.726,35
2- Noroeste	553.066,61	1.293.531,82
3- Leste	561.435,03	1.313.104,18
4- Lomba do Pinheiro	1.101.040,30	2.575.152,14
5- Norte	1.885.193,67	4.409.157,88
6- Nordeste	58.129,11	135.954,43
7- Partenon	298.114,31	697.240,33
8- Restinga	1.284.461,98	3.004.145,28
9- Glória	830.230,89	1.941.773,48
10- Cruzeiro	586.250,33	1.371.143,08
11 - Cristal	276.894,25	647.610,10
12- Centro-Sul	565.770,56	1.323.244,27
13- Extremo Sul	677.560,86	1.584.703,39
14- Eixo Baltazar	111.439,15	260.637,84
15- Sul	62.564,15	146.327,26
16- Centro	63.304,28	148.058,30
17- Ilhas	0,00	0,00

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 15 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2008 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2008 (R\$) - Valores de dezembro de 2007	Total de Recursos Orçados em 2008 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1-	905.028,02	1.945.658,20
Humaitá/Navegantes		
2- Noroeste	1.500,00	3.224,75
3- Leste	70.765,84	152.134,67
4- Lomba do Pinheiro	276.234,16	593.857,04
5- Norte	26.446,28	56.855,06
6- Nordeste	414.465,94	891.032,14
7- Partenon	250.000,00	537.458,00
8- Restinga	1.068.803,28	2.297.747,49
9- Glória	437.010,10	939.498,30
10- Cruzeiro	98.016,53	210.719,07
11 - Cristal	205.250,00	441.253,02
12- Centro-Sul	326.446,28	701.804,66
13- Extremo Sul	1.717.281,66	3.691.867,07
14- Eixo Baltazar	20.500,00	44.071,56
15- Sul	373.000,00	801.887,34
16- Centro	67.350,55	144.792,37
17- Ilhas	24.793,39	53.301,62

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 16 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2009 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2009 (R\$) - Valores de dezembro de 2008	Total de Recursos Orçados em 2009 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1-	129.566,05	250.489,28
Humaitá/Navegantes		
2- Noroeste	110.038,30	212.736,40
3- Leste	323.461,05	625.345,34
4- Lomba do Pinheiro	360.000,00	695.985,88
5- Norte	1.162.379,86	2.247.222,13
6- Nordeste	502.629,79	971.731,21
7- Partenon	593.088,00	1.146.613,53
8- Restinga	6.335.228,66	12.247.860,19
9- Glória	411.679,00	795.896,58
10- Cruzeiro	561.519,12	1.085.581,60
11 - Cristal	369.171,03	713.716,17
12- Centro-Sul	733.678,76	1.418.416,82
13- Extremo Sul	408.101,60	788.980,42
14- Eixo Baltazar	607.085,22	1.173.674,27
15- Sul	752.531,68	1.454.865,06
16- Centro	192.901,60	372.935,53
17- Ilhas	457.208,24	883.917,99

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 17 – Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2010 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2010 (R\$) - Valores de dezembro de 2009	Total de Recursos Orçados em 2010 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	78.420,74	154.329,67
2- Noroeste	110.204,08	216.878,33
3- Leste	207.458,10	408.271,34
4- Lomba do Pinheiro	1.354.121,21	2.664.870,05
5- Norte	291.774,90	574.204,28
6- Nordeste	452.725,79	890.950,82
7- Partenon	250.000,00	491.992,52
8- Restinga	1.413.311,79	2.781.355,34
9- Glória	311.879,80	613.770,12
10- Cruzeiro	542.494,59	1.067.613,13
11 - Cristal	86.387,34	170.007,70
12- Centro-Sul	254.545,45	500.937,83
13- Extremo Sul	110.204,08	216.878,33
14- Eixo Baltazar	268.820,45	529.030,61
15- Sul	88.000,00	173.181,37
16- Centro	223.981,90	440.789,68
17- Ilhas	298.126,61	586.704,25

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 18 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2011 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2011 (R\$) - Valores de dezembro de 2010	Total de Recursos Orçados em 2011 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	2.265.490,25	4.025.205,95
2- Noroeste	247.042,71	438.932,72
3- Leste	6.180.906,73	10.981.915,52
4- Lomba do Pinheiro	2.427.214,96	4.312.550,05
5- Norte	9.257.109,00	16.447.552,68
6- Nordeste	2.193.108,80	3.896.602,33
7- Partenon	809.996,65	1.439.160,17
8- Restinga	10.290.335,52	18.283.336,14
9- Glória	3.823.893,31	6.794.095,94
10- Cruzeiro	2.954.323,59	5.249.089,42
11 - Cristal	4.841.993,60	8.603.003,90
12- Centro-Sul	4.352.518,60	7.733.330,02
13- Extremo Sul	13.719.769,39	24.376.576,94
14- Eixo Baltazar	1.708.382,57	3.035.365,83
15- Sul	2.526.494,44	4.488.944,70
16- Centro	3.792.399,71	6.738.139,74
17- Ilhas	1.335.158,24	2.372.240,13

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 19 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2012 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2012 (R\$) - Valores de dezembro de 2011	Total de Recursos Orçados em 2012 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	248.592,87	418.341,35
2- Noroeste	2.462,00	4.143,15
3- Leste	731.392,87	2.059.163,81
4- Lomba do Pinheiro	735.295,95	1.237.383,45
5- Norte	45.928,58	77.290,33
6- Nordeste	873.689,71	1.470.277,63
7- Partenon	73.464,29	123.628,45
8- Restinga	340.108,95	572.348,03
9- Glória	6.314.674,00	10.626.568,94
10- Cruzeiro	67.269,84	113.204,20
11 - Cristal	0,00	0,00
12- Centro-Sul	562.445,81	946.504,79
13- Extremo Sul	992.284,23	1.669.852,91
14- Eixo Baltazar	2.640.763,28	4.443.974,95
15- Sul	91.857,16	154.580,66
16- Centro	1.576.016,74	2.652.179,76
17- Ilhas	60.000,00	100.970,24

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 20 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2014 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2014 (R\$) - Valores de 2013	Total de Recursos Orçados em 2014 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	0,00	0,00
2- Noroeste	0,00	0,00
3- Leste	80.000,00	122.456,59
4- Lomba do Pinheiro	6.000,00	9.184,24
5- Norte	305.000,00	466.865,76
6- Nordeste	140.000,00	214.299,04
7- Partenon	0,00	0,00
8- Restinga	550.000,00	841.889,07
9- Glória	3.129.400,00	4.790.195,74
10- Cruzeiro	65.000,00	99.495,98
11 - Cristal	49.000,00	75.004,66
12- Centro-Sul	107.072,00	163.895,90
13- Extremo Sul	648.000,00	991.898,40
14- Eixo Baltazar	0,00	0,00
15- Sul	50.000,00	76.535,37
16- Centro	456.100,00	698.155,65
17- Ilhas	0,00	0,00

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 21 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2015 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2015 (R\$) - Valores de 2014	Total de Recursos Orçados em 2015 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	412.586,00	599.822,11
2- Noroeste	52.241,38	75.949,10
3- Leste	286.966,29	417.194,78
4- Lomba do Pinheiro	595.550,00	865.817,20
5- Norte	1.836.187,00	2.669.469,04
6- Nordeste	940.680,00	1.367.571,03
7- Partenon	0,00	0,00
8- Restinga	339.092,00	492.975,71
9- Glória	16.000,00	23.260,98
10- Cruzeiro	1.550.000,00	2.253.407,20
11 - Cristal	40.000,00	58.152,44
12- Centro-Sul	0,00	0,00
13- Extremo Sul	368.268,00	535.392,11
14- Eixo Baltazar	427.032,00	620.823,86
15- Sul	265.000,00	385.259,94
16- Centro	170.000,00	247.147,89
17- Ilhas	396.853,93	576.950,65

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 22 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2016 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de Recursos Orçados em 2016 (R\$) - Valores de 2015	Total de Recursos Orçados em 2016 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	0,00	0,00
2- Noroeste	0,00	0,00
3- Leste	0,00	0,00
4- Lomba do Pinheiro	618.550,00	842.722,35
5- Norte	480.000,00	653.959,63
6- Nordeste	0,00	0,00
7- Partenon	0,00	0,00
8- Restinga	235.000,00	320.167,74
9- Glória	250.000,00	340.603,98
10- Cruzeiro	0,00	0,00
11 - Cristal	0,00	0,00
12- Centro-Sul	18.000,00	24.523,49
13- Extremo Sul	0,00	0,00
14- Eixo Baltazar	0,00	0,00
15- Sul	20.000,00	27.248,32
16- Centro	663.000,00	903.281,74
17- Ilhas	690.000,00	940.066,97

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 23 - Total de recursos orçados (R\$) nas demandas concluídas por região do OP em 2017 – valores da época e corrigido

Regiões OP	Total de recursos orçados em 2017 (R\$) - Valores de 2016	Total de recursos orçados em 2017 (R\$) - Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	0,00	0,00
2- Noroeste	0,00	0,00
3- Leste	800.000,00	968.747,44
4- Lomba do Pinheiro	0,00	0,00
5- Norte	488.942,00	592.076,64
6- Nordeste	0,00	0,00
7- Partenon	0,00	0,00
8- Restinga	0,00	0,00
9- Glória	404.426,00	489.733,32
10- Cruzeiro	0,00	0,00
11 - Cristal	0,00	0,00
12- Centro-Sul	100.000,00	121.093,43
13- Extremo Sul	0,00	0,00
14- Eixo Baltazar	0,00	0,00
15- Sul	400.855,00	485.409,07
16- Centro	0,00	0,00
17- Ilhas	0,00	0,00

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 24 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) das regiões do OP nos anos 2000, 2010, além da média dos dois anos

Regiões OP	IDHM 2000	IDHM 2010	IDHM Médio
1- Humaitá-Navegantes	0,693	0,765	0,729
2- Noroeste	0,84	0,89	0,865
3- Leste	0,713	0,777	0,745
4- Lomba do Pinheiro	0,586	0,683	0,634
5- Norte	0,648	0,729	0,688
6- Nordeste	0,511	0,638	0,574
7- Partenon	0,698	0,764	0,731
8- Restinga	0,595	0,685	0,64
9- Glória	0,662	0,733	0,697
10- Cruzeiro	0,671	0,747	0,709
11- Cristal	0,762	0,809	0,785
12- Centro-Sul	0,742	0,797	0,769
13- Extremo Sul	0,629	0,714	0,671
14- Eixo Baltazar	0,716	0,779	0,747
15- Sul	0,783	0,843	0,813
16- Centro	0,893	0,935	0,914
17- Ilhas	0,528	0,659	0,593

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 25 – Recursos Orçados (R\$) nas demandas concluídas entre os anos de 2006 a 2011 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM Médio	Recursos Orçados 2006 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2007 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2008 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2009 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2010 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2011 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	2.966.930,43	609.726,35	1.945.658,20	250.489,28	154.329,67	4.025.205,95
4- Lomba do Pinheiro	2.545.151,61	2.575.152,14	593.857,04	695.985,88	2.664.870,05	4.312.550,05
5- Norte	943.414,85	4.409.157,88	56.855,06	2.247.222,13	574.204,28	16.447.552,68
6- Nordeste	2.540.582,44	135.954,43	891.032,14	971.731,21	890.950,82	3.896.602,33
8- Restinga	2.889.487,35	3.004.145,28	2.297.747,49	12.247.860,19	2.781.355,34	18.283.336,14
9- Glória	193.518,28	1.941.773,48	939.498,30	795.896,58	613.770,12	6.794.095,94
10- Cruzeiro	855.062,03	1.371.143,08	210.719,07	1.085.581,60	1.067.613,13	5.249.089,42
13- Extremo Sul	2.629.376,03	1.584.703,39	3.691.867,07	788.980,42	216.878,33	24.376.576,94
17- Ilhas	390.175,38	0,00	53.301,62	883.917,99	586.704,25	2.372.240,13
Total regiões pior IDHM médio	15.953.698,40	15.631.756,03	10.680.535,99	19.967.665,28	9.550.675,99	85.757.249,58

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 26 - Recursos Orçados (R\$) nas demandas concluídas entre os anos de 2012 a 2017 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM médio	Recursos Orçados 2012 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2014 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2015- (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2016 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2017 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
1- Humaitá/Navegantes	418.341,35		599.822,11		
4- Lomba do Pinheiro	1.237.383,45	9.184,24	865.817,20	842.722,35	
5- Norte	77.290,33	466.865,76	2.669.469,04	653.959,63	592.076,64
6- Nordeste	1.470.277,63	214.299,04	1.367.571,03		
8- Restinga	572.348,03	841.889,07	492.975,71	320.167,74	
9- Glória	10.626.568,94	4.790.195,74	23.260,98	340.603,98	489.733,32
10- Cruzeiro	113.204,20	99.495,98	2.253.407,20		
13- Extremo Sul	1.669.852,91	991.898,40	535.392,11		
17- Ilhas	100.970,24		576.950,65	940.066,97	
Total regiões pior IDHM médio	16.286.237,08	7.413.828,23	9.384.666,03	3.097.520,67	1.081.809,96

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 27 - Recursos Orçados (R\$) nas demandas concluídas entre os anos de 2006 a 2011 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Recursos Orçados 2006 – (R\$) Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2007 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2008 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2009 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2010 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2011 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
2- Noroeste	2.514.842,22	1.293.531,82	3.224,75	212.736,40	216.878,33	438.932,72
3- Leste	1.312.738,03	1.313.104,18	152.134,67	625.345,34	408.271,34	10.981.915,52
7- Partenon	1.035.171,26	697.240,33	537.458,00	1.146.613,53	491.992,52	1.439.160,17
11 - Cristal	1.135.677,37	647.610,10	441.253,02	713.716,17	170.007,70	8.603.003,90
12- Centro-Sul	1.280.415,97	1.323.244,27	701.804,66	1.418.416,82	500.937,83	7.733.330,02
14- Eixo Baltazar	722.411,26	260.637,84	44.071,56	1.173.674,27	529.030,61	3.035.365,83
15- Sul	6.150.792,00	146.327,26	801.887,34	1.454.865,06	173.181,37	4.488.944,70
16- Centro	1.574.136,56	148.058,30	144.792,37	372.935,53	440.789,68	6.738.139,74
Total regiões melhor IDHM médio	15.726.184,67	5.829.754,10	2.826.626,37	7.118.303,12	2.931.089,38	43.458.792,60

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 28 - Recursos Orçados (R\$) nas demandas concluídas entre os anos de 2012 a 2017 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Recursos Orçados 2012 (R\$) -Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2014 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2015 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2016 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020	Recursos Orçados 2017 (R\$) – Corrigido pelo IGP-DI junho 2020
2- Noroeste	4.143,15	0,00	75.949,10	0,00	0,00
3- Leste	2.059.163,81	122.456,59	417.194,78	0,00	968.747,44
7- Partenon	123.628,45	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Cristal	0,00	75.004,66	58.152,44	0,00	0,00
12- Centro-Sul	946.504,79	163.895,90	0,00	24.523,49	121.093,43
14- Eixo Baltazar	4.443.974,95	0,00	620.823,86	0,00	0,00
15- Sul	154.580,66	76.535,37	385.259,94	27.248,32	485.409,07
16- Centro	2.652.179,76	698.155,65	247.147,89	903.281,74	0,00
Total regiões melhor IDHM médio	10.384.175,57	1.136.048,17	1.804.528,01	955.053,55	1.575.249,94

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 29 – Percentual de demandas concluídas nas áreas de política pública prioritárias por região do OP entre 2006 e 2011 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM médio	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2006	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2007	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2008	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2009	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2010	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2011
1- Humaitá/Navegantes	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	42,85%	65,21%
4- Lomba do Pinheiro	90,00%	100,00%	75,00%	50,00%	40%	72,22%
5- Norte	100,00%	100,00%	100,00%	75,00%	100%	85,71%
6- Nordeste	80,00%	75,00%	87,50%	83,33%	62,50%	50%
8- Restinga	100,00%	100,00%	75,00%	88,88%	83,33%	89,65%
9- Glória	50,00%	57,14%	83,33%	50,00%	75%	75%
10- Cruzeiro	75,00%	100,00%	50,00%	87,50%	50%	77,27%
13- Extremo Sul	83,33%	100,00%	66,70%	66,70%	25%	81,25%
17- Ilhas	66,70%	100,00%	100,00%	100,00%	100%	72,72%
Média das regiões (%)	82,78%	92,46%	81,95%	77,93%	64,30%	74,34%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 30 - Percentual de demandas concluídas nas áreas de política pública prioritárias por região do OP entre 2012 e 2017 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM médio	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2012	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2014	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2015	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2016	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2017
1- Humaitá/Navegantes	37,50%	0,00%	14,28%	0,00%	0,00%
4- Lomba do Pinheiro	18,18%	14,28%	6,25%	25,00%	0,00%
5- Norte	66,67%	33,33%	57,14%	21,42%	50,00%
6- Nordeste	18,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
8- Restinga	20%	3,44%	10,52%	2,27%	0,00%
9- Glória	35,71%	41,17%	0,00%	0,00%	7,14%
10- Cruzeiro	4,76%	6,66%	26,66%	0,00%	0,00%
13- Extremo Sul	14,28%	18,75%	20,00%	0,00%	0,00%
17- Ilhas	33,33%	0,00%	85,71%	33,33%	0,00%
Média das regiões (%)	27,62%	13,07%	24,51%	9,11%	6,35%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 31 - Percentual de demandas concluídas nas áreas de política pública prioritárias por região do OP entre 2006 e 2011 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2006	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2007	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2008	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2009	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2010	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2011
2- Noroeste	85,71%	60,00%	0,00%	50,00%	20,00%	26,08%
3- Leste	87,50%	80,00%	66,70%	100,00%	100,00%	52%
7- Partenon	100%	50,00%	100,00%	100,00%	0,00%	44,44%
11 - Cristal	66,70%	100,00%	100,00%	85,71%	25,00%	68%
12- Centro-Sul	50%	87,50%	50,00%	50,00%	25,00%	76,47%
14- Eixo Baltazar	75%	100,00%	100,00%	60,00%	33,33%	66,67%
15- Sul	62,50%	25,00%	0,00%	50,00%	0,00%	56,25%
16- Centro	87,50%	66,70%	66,70%	42,85%	57,14%	50%
Média das regiões (%)	76,86%	71,15%	60,43%	67,32%	32,56%	54,99%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 32 - Percentual de demandas concluídas nas áreas de política pública prioritárias por região do OP entre 2012 e 2017 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2012	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2014	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2015	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2016	Percentual de demandas concluídas áreas prioritárias 2017
2- Noroeste	33,33%	0,00%	12,50%	0,00%	0,00%
3- Leste	50%	16,66%	15,70%	0,00%	8,33%
7- Partenon	50%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
11 - Cristal	45,45%	40,00%	0%	0,00%	0,00%
12- Centro-Sul	0%	0,00%	0%	5,55%	10,00%
14- Eixo Baltazar	47,61%	0,00%	39,13%	0,00%	0,00%
15- Sul	6,25%	0,00%	34,78%	3,70%	3,70%
16- Centro	18,18%	37,50%	15,38%	8,33%	0,00%
Média das regiões (%)	31,35%	11,77%	14,69%	2,20%	2,75%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 33 – Custo por demanda concluída (R\$) - regiões pior IDHM médio entre 2006 e 2011

Regiões OP pior IDHM médio	Custo-demanda 2006	Custo-demanda 2007	Custo-demanda 2008	Custo-demanda 2009	Custo-demanda 2010	Custo-demanda 2011
1- Humaitá/Navegantes	423.847,20	121.945,27	389.131,64	83.496,42	51.443,22	167.716,91
4- Lomba do Pinheiro	231.377,41	286.128,01	98.976,17	173.996,47	532.974,01	239.586,11
5- Norte	85.764,98	734.859,64	28.427,53	749.074,04	191.401,42	2.055.944,08
6- Nordeste	230.962,04	33.988,60	111.379,01	121.466,40	148.491,80	278.328,73
8- Restinga	169.969,84	333.793,92	287.218,43	1.020.655,01	463.559,22	609.444,53
9- Glória	96.759,14	149.367,19	134.214,04	132.649,43	102.295,02	242.646,28
10- Cruzeiro	142.510,33	195.877,58	42.143,81	108.558,16	533.806,56	149.973,98
13- Extremo Sul	525.875,20	198.087,92	615.311,17	157.796,08	216.878,33	1.059.851,17
17- Ilhas	130.058,46	0,00	26.650,81	220.979,49	195.568,08	296.530,01
Média das regiões (R\$)	226.347,18	228.227,57	192.605,85	307.630,17	270.713,07	566.669,09

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 34 - Custo por demanda concluída (R\$) - regiões pior IDHM médio entre 2012 e 2017

Regiões OP pior IDHM médio	Custo-demanda 2012	Custo-demanda 2014	Custo-demanda 2015	Custo-demanda 2016	Custo-demanda 2017
1- Humaitá/Navegantes	46.482,37	0,00	599.822,11	0,00	0,00
4- Lomba do Pinheiro	412.461,15	9.184,24	288.605,73	421.361,17	0,00
5- Norte	19.322,58	155.621,92	667.367,26	217.986,54	197.358,88
6- Nordeste	133.661,60	214.299,04	683.785,51	0,00	0,00
8- Restinga	114.469,60	420.944,53	246.487,85	106.722,58	0,00
9- Glória	590.364,94	684.313,67	23.260,98	170.301,99	163.244,44
10- Cruzeiro	14.150,52	49.747,99	563.351,80	0,00	0,00
13- Extremo Sul	417.463,22	330.632,80	178.464,03	0,00	0,00
17- Ilhas	50.485,12	0,00	96.158,44	235.016,74	0,00
Média das regiões (R\$)	199.873,46	207.193,80	371.922,63	127.932,11	40.067,04

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 35 - Custo por demanda concluída (R\$) regiões melhor IDHM médio entre 2006 e 2011

Regiões OP melhor IDHM médio	Custo-demanda 2006	Custo-demanda 2007	Custo-demanda 2008	Custo-demanda 2009	Custo-demanda 2010	Custo-demanda 2011
2- Noroeste	314.355,27	323.382,95	3.224,75	53.184,10	216.878,33	43.893,27
3- Leste	100.979,84	145.900,46	25.355,77	125.069,06	102.067,83	610.106,41
7- Partenon	172.528,54	232.413,44	537.458,00	382.204,51	491.992,52	110.704,62
11 - Cristal	189.279,56	64.761,01	88.250,60	101.959,45	170.007,70	374.043,64
12- Centro-Sul	160.051,99	189.034,89	233.934,88	472.805,60	500.937,83	386.666,50
14- Eixo Baltazar	72.241,12	32.579,73	11.017,89	391.224,75	132.257,65	202.357,72
15- Sul	878.684,57	48.775,75	801.887,34	207.837,86	173.181,37	320.638,90
16- Centro	174.904,06	24.676,38	20.684,62	124.311,84	88.157,93	561.511,64
Média das regiões	257.878,12	132.690,58	215.226,73	232.324,65	234.415,05	326.240,34

(R\$)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 36 - Custo por demanda concluída (R\$) regiões melhor IDHM médio entre 2012 e 2017

Regiões OP alto IDHM médio	Custo-demanda 2012	Custo-demanda 2014	Custo-demanda 2015	Custo-demanda 2016	Custo-demanda 2017
2- Noroeste	460,35	0,00	75.949,10	0,00	0,00
3- Leste	205.916,38	61.228,29	104.298,69	0,00	484.373,72
7- Partenon	20.604,74	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Cristal	0,00	37.502,33	58.152,44	0,00	0,00
12- Centro-Sul	157.750,79	81.947,95	0,00	24.523,49	121.093,43
14- Eixo Baltazar	246.887,49	0,00	68.980,42	0,00	0,00
15- Sul	15.458,06	76.535,37	42.806,66	27.248,32	485.409,07
16- Centro	132.608,98	116.359,27	123.573,94	903.281,74	0,00
Média das regiões	97.460,85	46.696,65	59.220,16	119.381,69	136.359,53

(R\$)

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 37 – Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura entre 2006 e 2011 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM médio	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2006)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2007)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2008)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2009)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2010)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2011)
1- Humaitá/Navegantes	100%	100%	100%	100%	42,85%	77,41%
4- Lomba do Pinheiro	84,61%	90%	85,71%	57,14%	50%	64,28%
5- Norte	100%	100%	66,66%	75%	100%	88,88%
6- Nordeste	84,61%	80%	88,88%	88,88%	66,66%	56%
8- Restinga	100%	90%	80%	85,71%	85,71%	83,33%
9- Glória	50%	81,25%	87,50%	66,66%	85,71%	77,77%
10- Cruzeiro	66,66%	100%	71,42%	90,90%	50%	87,50%
13- Extremo Sul	71,42%	100%	66,66%	71,42%	33%	85,18%
17- Ilhas	75%	75%	100%	100%	75%	72,72%
Média das regiões (%)	81%	91%	83%	82%	65,44%	77,01%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 38 - Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura entre 2012 e 2017 – regiões com pior IDHM médio

Regiões OP pior IDHM médio	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2012)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2014)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2015)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2016)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2017)
1- Humaitá/Navegantes	60,00%	0%	14,28%	0%	0%
4- Lomba do Pinheiro	21,42%	11,11%	15,78%	25%	0%
5- Norte	57,14%	33,33%	57,14%	21,42%	50%
6- Nordeste	47,82%	6,66%	11,11%	0%	0%
8- Restinga	25%	6,66%	10,52%	6,38%	0%
9- Glória	46,15%	38,88%	25%	11,11%	15%
10- Cruzeiro	25%	11,76%	26,66%	0%	0%
13- Extremo Sul	22,22%	15,78%	20%	0%	0%
17- Ilhas	50%	0%	85,71%	33,33%	0%
Média das regiões (%)	39,42%	14%	29,58%	11%	7%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 39 - Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura entre 2006 e 2011 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2006)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2007)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2008)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2009)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2010)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2011)
2- Noroeste	88,88%	66,66%	16,66%	66,66%	16,66%	30,30%
3- Leste	92,85%	90%	85,71%	100%	100%	60,00%
7- Partenon	100%	60%	50%	100%	20%	50%
11 - Cristal	85,71%	100%	100%	77,77%	20%	67,64%
12- Centro-Sul	53,33%	87,50%	60%	60%	25%	74,07%
14- Eixo Baltazar	83,33%	100%	100%	60%	40%	68,18%
15- Sul	58,33%	50%	25%	53,84%	14,28%	51,85%
16- Centro	90%	75%	77,77%	42,85%	62,50%	66,66%
Média das regiões (%)	81,55%	78,65%	64,39%	70,14%	37,31%	58,59%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Tabela 40 - Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura entre 2012 e 2017 – regiões com melhor IDHM médio

Regiões OP melhor IDHM médio	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2012)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2014)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2015)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2016)	Percentual de demandas executadas de forma total pela prefeitura (2017)
2- Noroeste	69,23%	0%	12,50%	0%	0%
3- Leste	71%	14,28%	20%	0%	8,33%
7- Partenon	60%	0%	0%	0%	0%
11 - Cristal	50%	40%	33%	0%	0%
12- Centro-Sul	37,50%	15,38%	0%	5,26%	10%
14- Eixo Baltazar	56,25%	0%	39,13%	0%	0%
15- Sul	26,31%	5,26%	37,50%	3,70%	3,70%
16- Centro	54,05%	35,29%	13,33%	8,33%	0%
Média das regiões (%)	53,10%	14%	19,43%	2%	3%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

ANEXO A - ÁREAS DE POLÍTICA PÚBLICA PRIORITÁRIAS X DEMANDAS CONCLUÍDAS

2006

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 2/2, Educação: 2/2 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 3/3.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Saneamento Básico (3º), Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Saúde: 3/3 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 2/2.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Educação: 2/2 e Assistência Social: 4/4 e Saúde: 1/1.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 2/2, Saúde: 2/2, Educação: 3/3 e Habitação: 2/3.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Educação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 3/3 e Saúde: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Educação: 3/3, Assistência Social: 3/4 e Saúde: 1/1.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Pavimentação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1 e Assistência Social: 4/4.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 2/2, Assistência Social: 4/4, Habitação: 3/3 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 4/4.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1 e Habitação: 0/1.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Educação: 1/1, Saúde: 1/1 e Assistência Social: 4/4.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo (2º), Cultura (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2 e Saúde: 1/1.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 4/10, Educação: 2/2 e Assistência Social: 1/2.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 3/4, Saúde: 1/1 e Educação: 1/1.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Educação: 1/1, Saúde: 2/2 e Assistência Social: 3/3.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 3/4, Habitação: 0/2 e Saneamento Básico: 2/2.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Educação: 2/2, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1 e Assistência Social: 3/3.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1, Assistência Social: 0/1 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1.

OP 2006: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 18/38, Educação: 28/29, Saúde: 13/13 e Assistência Social: 26/29.

2007

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1, Educação: 1/1, Assistência Social: 1/1 e Cultura: 1/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saneamento Básico (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Educação: 1/1, Saneamento Básico: 1/2 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Educação (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 2/2, Educação: 1/1, Habitação: 1/1 e Saúde: 0/1.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/1, Educação: 1/1, Saúde: 1/1 e Assistência Social: 1/1.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º e 4º) e Educação (3º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 4/4 e Educação: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Educação: 1/1, Assistência Social: 1/1 e Saúde: 1/1.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 0/1, Habitação: 0/1, Assistência Social: 1/1 e Educação: 1/1.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Educação (2º), Habitação (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Habitação: 4/4 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 2/4, Assistência Social: 1/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1 e Educação: 0/1.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Educação: 1/1 e Saneamento Básico: 4/4.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 3/3, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 5/5 e Saúde: 1/1.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Pavimentação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Assistência Social: 2/2, Pavimentação: 3/3 e Educação: 1/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Saneamento Básico (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 4/4, Pavimentação: 1/1, Saneamento Básico: 1/1 e Educação: 1/1.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 4/4 e Educação: 1/1.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Saúde: 0/1, Assistência Social: 0/1 e Saneamento Básico: 1/1.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 3/3 e Educação: 1/2.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Cultura: 1/1.

OP 2007: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 15/24, Educação: 12/14, Assistência Social: 10/11 e Pavimentação: 7/8.

2008

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 2/2, Educação: 2/2 e Assistência Social: 1/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3 e Educação: 0/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Habitação: 0/1 e Saúde: 1/1.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 1/1, Educação: 2/2 e Habitação: 0/1.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º e 4º) e Pavimentação (3º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Educação: 2/2, Assistência Social: 4/4 e Saúde: 1/1.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Educação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/1.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Educação (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1, Pavimentação: 1/1, Educação: 1/3 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 3/3.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Habitação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).
Demandas Concluídas: Educação: 1/1, Habitação: 1/2, Assistência Social: 2/2 e Saúde: 1/1.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Desenvolvimento Econômico (1º), Cultura (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 0/1 e Educação: 1/1.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 3/3.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Habitação (2º), Pavimentação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 1/1, Habitação: 0/1, Pavimentação: 0/1 e Assistência Social: 1/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Educação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/2, Habitação: 1/3, Educação: 3/3 e Saneamento Básico: 1/1.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1 e Saúde: 1/1.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Esporte e Lazer (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1 e Esporte e Lazer: 0/1.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Pavimentação: 0/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 2/2 e Assistência Social: 1/1.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 2/2.

OP 2008: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 8/19, Educação: 14/18, Assistência Social: 10/10 e Saúde: 6/6.

2009

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º), e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Educação: 1/1 e Saúde: 1/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saúde (2º), Habitação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1, Saúde: 0/1, Habitação: 0/1 e Assistência Social: 1/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1, Assistência Social: 2/2 e Saúde: 1/1.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/2, Pavimentação: 0/1 e Habitação: 1/1.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saneamento Básico (2º), Saúde (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1 e Saneamento Básico: 2/3.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/2, Saúde: 1/1 e Assistência Social: 3/3.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1 e Saneamento Básico: 1/1.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Habitação (2º), Pavimentação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 2/2, Habitação: 1/1, Pavimentação: 1/1 e Educação: 4/5.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Educação: 0/1, Saúde: 0/1 e Saneamento Básico: 3/3.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 2/2, Assistência Social: 2/3 e Educação: 3/3.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 4/4, Assistência Social: 1/1 e Educação: 1/1.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Pavimentação: 1/1, Educação: 0/1 e Assistência Social: 1/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Saneamento Básico (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/1, Habitação: 1/2, Saneamento Básico: 1/1 e Educação: 1/2.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saneamento Básico (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1, Saneamento Básico: 1/2, Saúde: 1/1 e Assistência Social: 1/1.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º e 2º), Habitação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 2/5, Habitação: 0/1 e Pavimentação: 2/2.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 2/2, Assistência Social: 0/1 e Educação: 1/1.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Cultura (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/1, Cultura: 1/1 e Pavimentação: 1/1.

OP 2009: Áreas Prioritárias: Habitação e Educação (1º), Assistência Social (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 3/12, Educação: 18/25, Assistência Social: 14/16 e Pavimentação: 6/7.

2010

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º), e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Assistência Social: 2/3 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 1/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Habitação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/2, Habitação: 0/1, Assistência Social: 0/1 e Saúde: 1/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 2/2 e Saúde: 1/1.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/1, Habitação: 1/6 e Saneamento Básico: 3/3.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 2/2 e Pavimentação: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saúde (2º), Habitação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 2/4, Saúde: 1/1, Habitação: 0/1 e Assistência Social: 2/2.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Saúde (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1, Pavimentação: 0/1, Saúde: 0/1 e Habitação: 0/1.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Educação (2º), Pavimentação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 4/4, Pavimentação: 0/1 e Habitação: 1/1.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1, Assistência Social: 2/2 e Saúde: 1/1.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Educação (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Educação: 1/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 0/1 e Habitação: 0/1.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/2, Educação: 0/1 e Saúde: 0/1.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Habitação (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/1, Habitação: 0/2 e Pavimentação: 1/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Saúde: 1/1 e Pavimentação: 0/1.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Saúde: 1/1, Educação: 0/2 e Assistência Social: 0/1.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Assistência Social (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1, Pavimentação: 0/1, Assistência Social: 0/1 e Habitação: 0/1.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Assistência Social: 0/1, Educação: 2/2 e Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 2/2.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/1, Educação: 1/1 e Saúde: 1/1.

OP 2010: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 3/23, Educação: 6/16, Assistência Social: 15/22 e Saúde: 9/11.

2011

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Cultura (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 4/8, Assistência Social: 8/12 e Cultura: 3/3.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/11, Saúde: 5/5, Assistência Social: 0/3 e Educação: 1/4.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Habitação (2º), Educação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 5/6, Habitação: 1/9, Educação: 1/2 e Saúde: 6/8.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 4/6, Habitação: 3/6 e Educação: 6/6.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Educação (2º), Pavimentação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 1/2, Educação: 2/2, Pavimentação: 1/1 e Saúde: 2/2.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 2/6, Assistência Social: 5/7, Habitação: 0/2 e Saúde: 4/7.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 2/8, Educação: 3/3, Assistência Social: 1/4 e Saúde: 2/3.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 4/7, Assistência Social: 8/8, Habitação: 10/10 e Pavimentação: 4/4.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 8/9, Saneamento Básico: 3/3, Assistência Social: 8/10 e Educação: 2/6.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Assistência Social: 13/15, Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo: 0/2 e Educação: 4/4.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Cultura (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 6/9, Assistência Social: 5/9, Cultura: 4/4 e Saúde: 2/3.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 6/7, Saúde: 3/3, Educação: 2/3 e Habitação: 2/4.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Assistência Social (2º), Saneamento Básico (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 6/6, Assistência Social: 3/4, Saneamento Básico: 2/2 e Habitação: 2/4.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Pavimentação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 3/7, Saúde: 6/6, Pavimentação: 2/2 e Educação: 1/3.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Educação (2º), Saneamento Básico (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 3/4, Educação: 4/8 e Saneamento Básico: 2/4.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/3, Educação: 2/4 e Assistência Social: 2/3.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 1/1, Saúde: 2/2, Assistência Social: 2/5 e Educação: 3/3.

OP 2011: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 42/91, Assistência Social: 60/86, Educação: 37/61 e Saúde: 32/39.

2012

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/4, Assistência Social: 0/1, Educação: 0/1 e Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho: 2/2.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saúde (2º), Habitação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/3.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 2/2, Pavimentação: 0/1, Habitação: 0/1 e Saúde: 1/2.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 0/3, Educação: 0/2, Saúde: 0/2 e Saneamento Básico: 2/4.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Saúde (2º), Habitação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 4/4, Saúde: 0/1 e Educação: 0/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 1/1, Pavimentação: 0/3, Habitação: 0/4 e Educação: 1/3.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 4/4, Educação: 0/1 e Saúde: 0/3.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 3/4, Assistência Social: 0/8 e Habitação: 0/3.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Saneamento Básico (2º), Habitação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/2, Saneamento Básico: 4/6, Habitação: 0/3 e Pavimentação: 1/3.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 1/15, Habitação: 0/3 e Educação: 0/3.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1, Educação: 3/4, Assistência Social: 0/4 e Desenvolvimento Econômico, Tributação, Trabalho e Turismo: 1/2.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Pavimentação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Assistência Social: 0/3, Pavimentação: 0/2 e Saúde: 0/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/2, Assistência Social: 0/1, Habitação: 2/5 e Pavimentação: 0/6.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/8, Educação: 1/2, Saúde: 1/3 e Saneamento Básico: 8/8.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/6, Pavimentação: 1/4, Educação: 0/2 e Assistência Social: 0/4.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/4, Educação: 1/2, Assistência Social: 0/4 e Pavimentação: 1/1.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Assistência Social (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/2 e Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho: 1/1.

OP 2012: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 8/48, Educação: 12/28, Saúde: 3/17 e Assistência Social: 1/42.

2014

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/7 e Assistência Social: 0/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Educação (2º), Habitação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/2, Educação: 0/2, Habitação: 0/1 e Assistência Social: 0/2.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/5, Saúde: 1/2, Educação: 1/1 e Assistência Social: 0/4.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Pavimentação (2º), Cultura (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/1, Pavimentação: 0/3, Cultura: 1/1 e Educação: 0/2.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Saneamento Básico (2º), Saúde (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/1, Saneamento Básico: 2/7 e Saúde: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Habitação (2º), Educação (3º) e Áreas de Lazer (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 0/2, Habitação: 0/3, Educação: 0/4 e Áreas de Lazer: 0/3.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Saúde (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Assistência Social: 0/1 e Saneamento Básico: 0/2.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Assistência Social (2º), Habitação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 0/7, Assistência Social: 0/13 e Habitação: 0/7 e Saúde: 1/2.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saneamento Básico (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 2/9, Educação: 0/2, Saneamento Básico: 4/4 e Saúde: 1/2.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Pavimentação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/5, Assistência Social: 0/9 e Saúde: 1/1.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Desenvolvimento Econômico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/1, Educação: 0/1, Assistência Social: 0/1 e Desenvolvimento Econômico, Tributação: 1/2.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Pavimentação: 0/3, Assistência Social: 0/5 e Saúde: 0/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º e 2º), Pavimentação (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 3/6, Pavimentação: 0/9 e Saúde: 0/1.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/9, Saúde: 0/3 e Assistência Social: 0/2.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Pavimentação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/5, Saneamento Básico: 0/4, Pavimentação: 0/2 e Assistência Social: 0/4.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/4, Educação: 1/2, Assistência Social: 1/6 e Cultura: 4/4.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Saúde (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/1 e Pavimentação: 0/1.

OP 2014: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).
Demandas Concluídas: Habitação: 3/60, Educação: 2/22, Saúde: 5/16 e Assistência Social: 1/49.

2015

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/2, Educação: 0/3 e Assistência Social: 0/2.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Habitação (2º), Saneamento Básico (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/1, Habitação: 0/1, Saneamento Básico: 0/2 e Educação: 1/4.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Juventude (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/4, Saúde: 3/3, Assistência Social: 0/1 e Juventude: 0/11.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Saúde: 1/5, Educação: 0/2 e Assistência Social: 0/7.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º e 2º), Saúde (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 3/4, Saúde: 1/1 e Educação: 0/2.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Saúde (2º), Habitação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/8, Saúde: 0/1, Habitação: 0/4 e Educação: 0/3.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Educação: 0/1 e Pavimentação: 0/2.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Saneamento Básico: 1/4, Assistência Social: 0/8 e Educação: 1/4.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1 e Educação: 0/2.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Saneamento Básico (3º) e Juventude (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/7, Saúde: 1/1, Saneamento Básico: 3/4 e Juventude: 0/3.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/1 e Educação: 0/1.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Pavimentação (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Saúde: 0/1, Pavimentação: 0/2 e Educação: 0/1.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Saúde (2º), Pavimentação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/8, Saúde: 0/1, Pavimentação: 0/2 e Saneamento Básico: 3/4.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º e 3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/7, Saneamento Básico: 9/14 e Pavimentação: 0/2.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Saúde (1º), Habitação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Saúde: 0/2, Habitação: 0/4, Assistência Social: 1/9 e Cultura: 7/8.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/4, Assistência Social: 0/6 e Saúde: 2/3.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Saúde (2º), Cultura (3º) e Esporte e Lazer (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/1, Saúde: 2/2 e Cultura: 4/4.

OP 2015: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 1/43, Saúde: 10/21, Assistência Social: 1/51 e Educação: 2/23.

2016

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Trabalho e Renda (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Saneamento Básico: 0/4 e Assistência Social: 0/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 0/6, Habitação: 0/2, Saúde: 0/1 e Assistência Social: 0/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Cultura (2º), Esporte e Lazer (3º) e Juventude (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/5, Cultura: 0/8, Esporte e Lazer: 0/3 e Juventude: 0/10.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Educação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Pavimentação: 0/1, Educação: 0/2 e Saneamento Básico: 2/4.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Saúde (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/5, Saneamento Básico: 2/8 e Saúde: 1/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Saúde: 0/1, Assistência Social: 0/7 e Saneamento Básico: 0/2.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Saúde: 0/1 e Educação: 0/1.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Educação (1º), Habitação (2º), Assistência Social (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Educação: 1/11, Habitação: 0/7, Assistência Social: 0/11 e Cultura: 0/15.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Cultura (2º), Educação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/3, Cultura: 0/6, Educação: 0/4 e Habitação: 0/1.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Cultura (2º), Juventude (3º) e Esporte e Lazer (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/7, Cultura: 0/6 e Juventude: 0/4.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Cultura (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Cultura: 0/4 e Assistência Social: 0/3.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Saúde (2º), Cultura (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/5, Saúde: 1/2, Cultura: 0/7 e Pavimentação: 0/4.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Cultura (2º), Habitação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/12, Cultura: 0/6, Habitação: 0/2 e Saneamento Básico: 0/2.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Assistência Social (1º), Cultura (2º), Educação (3º) e Habitação (4º).

Demandas Concluídas: Assistência Social: 0/4, Cultura: 0/2, Educação: 0/4 e Habitação: 0/3.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Cultura (2º), Pavimentação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/5, Cultura: 0/13, Pavimentação: 0/1 e Saneamento Básico: 1/8.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Desenvolvimento Econômico (2º), Assistência Social (3º) e Educação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Desenvolvimento Econômico, Tributação: 0/2, Assistência Social: 1/5 e Educação: 0/2.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Saúde (2º), Cultura (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 0/5, Saúde: 2/3, Cultura: 2/2 e Assistência Social: 0/2.

OP 2016: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Cultura (3º) e Saúde e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/35, Assistência Social: 1/66, Cultura: 2/69, Saúde: 4/9 e Saneamento Básico: 5/39.

2017

1. Humaitá-Navegantes: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saneamento Básico (2º), Educação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 0/1.

2. Noroeste: Áreas Prioritárias: Cultura (1º), Saneamento Básico (2º), Saúde (3º) e Esporte e Lazer (4º).

Demandas Concluídas: Cultura: 0/11, Saneamento Básico: 0/3, Saúde: 0/1 e Esporte e Lazer: 0/1.

3. Leste: Áreas Prioritárias: Cultura (1º), Saúde (2º), Educação (3º) e Juventude (4º).

Demandas Concluídas: Cultura: 0/8, Saúde: 2/2, Educação: 0/1 e Juventude: 0/13.

4. Lomba do Pinheiro: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Cultura (2º), Habitação (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 0/1, Cultura: 0/6, Habitação: 0/7 e Assistência Social: 0/2.

5. Norte: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Habitação (2º), Saúde (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 0/1, Habitação: 0/1, Saúde: 3/3 e Cultura: 0/1.

6. Nordeste: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Cultura (2º), Esporte e Lazer (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Cultura: 0/9 e Pavimentação: 0/1.

7. Partenon: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Pavimentação (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Pavimentação: 0/1, Desenvolvimento Econômico, Tributação: 0/1 e Cultura: 0/8.

8. Restinga: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Pavimentação (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/4, Educação: 0/5, Pavimentação: 0/1 e Saneamento Básico: 0/2.

9. Glória: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Saúde (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Saúde: 1/1 e Cultura: 0/10.

10. Cruzeiro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/3, Assistência Social: 0/4, Desenvolvimento Econômico: 0/11 e Cultura: 0/10.

11. Cristal: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Cultura (2º), Desenvolvimento Econômico (3º) e Assistência Social (4º).

Demandas Concluídas: Cultura: 0/8, Desenvolvimento Econômico: 0/2 e Assistência Social: 0/2.

12. Centro-Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Saúde (2º), Assistência Social (3º) e Pavimentação (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/1, Saúde: 1/2, Assistência Social: 0/4 e Pavimentação: 0/3.

13. Extremo Sul: Áreas Prioritárias: Saneamento Básico (1º), Pavimentação (2º), Habitação (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Saneamento Básico: 0/2, Pavimentação: 0/1 e Cultura: 0/3.

14. Eixo Baltazar: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Educação (2º), Esporte e Lazer (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/6, Educação: 0/1 e Cultura: 0/7.

15. Sul: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Cultura (2º), Saneamento Básico (3º) e Saúde (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/8, Cultura: 0/14, Saneamento Básico: 0/4 e Saúde: 1/1.

16. Centro: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Assistência Social (2º), Educação (3º) e Cultura (4º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/2, Assistência Social: 0/2, Educação: 0/2 e Cultura: 0/6.

17. Ilhas: Áreas Prioritárias: Pavimentação (1º), Saúde (2º), Cultura (3º) e Saneamento Básico (4º).

Demandas Concluídas: Pavimentação: 0/1, Cultura: 0/5 e Saneamento Básico: 0/1.

OP 2017: Áreas Prioritárias: Habitação (1º), Cultura (2º), Saneamento Básico e Pavimentação (3º).

Demandas Concluídas: Habitação: 0/40, Cultura: 0/106, Pavimentação: 0/9 e Saneamento Básico: 0/14.